

Raimunda Alves Moreira de Assis

A Educação em Itabuna

um estudo da organização escolar (1906 - 1930)





Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANACI BISPO PAIM - SECRETÁRIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

LOURICE HAGE SALUME LESSA - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dário Ahnert

Dorival de Freitas

Eronilda Maria Góis de Carvalho

Fernando Rios do Nascimento

Francolino Neto

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Maridalva Souza Penteadó

Maria Laura Oliveira Gomes

Marileide Santos Oliveira

Paulo dos Santos Terra

Reinaldo da Silva Gramacho

Rosana Lopes

Rozemere Cardoso de Souza

FOTO DA CAPA: Colégio do Prof. Belfor Saraiva, na década de 1930. Antiga residência do Cel. José Henrique de Aguiar, residência atual da família João Atalah Júnior. (Itabuna-BA. Arquivo da Fundação Henrique Alves)

Raimunda Alves Moreira de Assis

A Educação em Itabuna

um estudo da organização escolar (1906 - 1930)

Ilhéus - Bahia
2006


Editora da UESC

©2006 by RAIMUNDA ALVES MOREIRA ASSIS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Adriano Lemos

REVISÃO

Aline Nascimento / Maria Schaun

EQUIPE EDITUS

Diretor de Política Editorial: Jorge Moreno; **Revisão:** Maria Luiza Nora, Aline Nascimento;

Supervisão de Produção: Maria Schaun; **Coord. de Diagramação:** Adriano Lemos;

Design Gráfico: Alencar Júnior.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A848 Assis, Raimunda Alves Moreira de.
A educação em Itabuna: um estudo da organização escolar, (1906 - 1930)
/ Raimunda Alves Moreira de Assis. - Ilhéus, Ba: Editus, 2006.
186p. : il.

Trabalho apresentado inicialmente como dissertação de Mestrado, realizado em convênio UFBA/UESC sob a orientação de Prof^a Marli Geralda Teixeira.

Bibliografia: p. 189-196.

ISBN: 85-7455-082-5

1. Educação - Itabuna (BA). 2. Escolas - Organização e administração. I. Título.

CDD 370.98142

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os educadores itabunenses que, mesmo no anonimato e sob as mais variadas circunstâncias, deixaram o seu legado na história da educação de Itabuna.

AGRADECIMENTOS

Este é um dos momentos que particularmente me parece o mais difícil, porque quase sempre ficam esquecidas pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção do trabalho. Sou imensamente grata a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ajudaram-me a realizar esta pesquisa. Porém, faço alguns agradecimentos especiais:

Inicialmente, à prof^a Marli Geralda Teixeira, pela orientação criteriosa e o incentivo com que me conduziu na elaboração desta dissertação; aos funcionários da Câmara Municipal de Itabuna e da Fundação Henrique Alves, bem como aos amigos do Arquivo Público: Miriam Luíza Menezes Gomes, Jovenildes da Silva, Gilmar Souza Freitas, Sílvio Fernando Carvalho Silva, Zélia Possidônio dos Santos, Adeildes Batista Moura e Marta Isabel Silva Lima, pelo carinho com que me receberam e disponibilizaram toda a documentação solicitada; à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e também ao Departamento de Ciências da Educação, pela oportunidade e apoio que me proporcionaram; a Paulo Assis, meu companheiro, pela valiosa ajuda, especialmente nos momentos mais complicados da pesquisa, participando com discussões, sugestões de encaminhamentos e incansáveis leituras; aos colegas da Universidade, Irene e Gasparetto, pela boa vontade e gentileza na elaboração dos dados estatísticos, especialmente no que diz respeito à reconstituição da população do Município de Itabuna no período em estudo e a Selem Asmar, pela boa vontade com que disponibilizou os seus livros; aos amigos e colegas Tereza Cristina, Leila Mororó, Salvador Trevisan e Ana Pires, pela paciência que tiveram de propor sugestões e ler os originais do trabalho; aos entrevistados, Professoras Litiza Camâra, Lindaura Brandão, Edite Santana e Elza Cordier; ao jornalista Otoni Silva e sua esposa, e ao memorialista Moacir

Menezes, pela enorme vontade e gentileza de colaborar na construção desta dissertação, e também ao Sr. Nilton Ramos, que disponibilizou o seu acervo pessoal de fotos; aos estagiários Luciana Lavigne e Gerusa Maria, pelo trabalho de localização, leitura e cópia dos documentos legais, e a Marcos Vinícius Santana Silva, especialmente pela valiosa ajuda com as dicas no uso dos recursos de informática; finalmente, a minha filha Ana Paula, quem mais reclamou da minha ausência, ao meu filho Alexandre David e a Mirinha, minha madrinha/mãe, pela compreensão e paciência com que toleraram a minha ausência no dia-a-dia das suas vidas, imposta pela elaboração deste trabalho.

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado".

Karl Marx, O 18º Brumário de Luís Bonaparte.

APRESENTAÇÃO

A dissertação de mestrado ora aqui apresentada sob o título *A educação em Itabuna: um estudo de organização escolar, 1906-1930*, defendida em 2000 junto à UFBA (convênio UESC/UFBA), é leitura particularmente interessante, quer para os estudiosos e pesquisadores da Educação, quer para historiadores e sociólogos. Ouso dizer que, mesmo o leitor leigo, despreocupado de qualquer princípio científico, terá aí um objeto instigante de leitura e reflexão.

A profa. Raimunda Assis define o seu espaço-temporal de investigação, considerando a separação político-administrativa de Itabuna (antiga Tabocas), indo de 1906 a 1930, percorrendo, portanto, quase três décadas da educação no município.

É imperativo dizer que, para investigar, refletir e entender o processo educacional em foco, a pesquisadora enveredou, de forma consistente e em bases científicas, no contexto histórico-político-cultural da época, quer em nível micro (o Município de Itabuna), quer no nível maior da educação brasileira e, mais ainda, buscando as bases técnico-pedagógicas externas que norteavam ou influenciavam a situação e a organização educacional em nosso país.

Numa pesquisa exaustiva e minuciosa, lançando mão de fontes primárias, a profa. Raimunda Assis oferece um “Panorama Geral do Contexto Socioeconômico da Região Sul da Bahia”, que pode servir de apoio seguro a uma interpretação sociológica das primeiras décadas da formação da cidade de Itabuna.

Ao lado disso, a partir do capítulo 2, para compreender o processo educacional da sede dessas terras grapiúnas, a pesquisadora incursiona objetivamente, e com dados surpreendentemente precisos, na caracterização do sistema escolar de Itabuna, incluindo o público (escolas municipais) e o privado. O quantitativo de escolas, suas condi-

ções de funcionamento, número de alunos e sua caracterização, nomes e número de professores, formas de avaliação da aprendizagem, nada foi esquecido ou descuidado.

Verticalizando seu trabalho, a profa. Raimunda Assis buscou demonstrar os métodos e técnicas pedagógicos da época e as concepções pedagógicas subjacentes a tais procedimentos. E, à luz da concepção teórica que fundamentou a sua hipótese de trabalho, particularmente as idéias de Gramsci no referente aos conceitos de “bloco histórico” e “hegemonia”, comprovou sua hipótese de que “a escola não era para todos e reproduzia a relação orgânica da sociedade de classes da época”.

Obviamente, concorde ou não com a visão gramsciana ou, mesmo, enxergando o objeto de estudo sob outra ótica e sob outras relações de causa e efeito, a consistência, a pertinência, o apuro formal e, mais que isso, a estrita coerência entre o paradigma adotado e a linha interpretativa desenvolvida justificam a importância e a validade da análise e de seus resultados.

Se focamos o objeto de estudo à luz de princípios tomados à Sociologia, à História ou, mesmo, às teorias da Educação, os fatos e provas elencados pela pesquisadora se abrirão a uma análise conseqüente e fundamental para entender-se a Itabuna de hoje, de agora. E, aí, está o outro grande mérito da pesquisa: servir de elemento de reflexão ante o sistema educacional da Região e do País, vez que, na verdade, malgrado as circunstâncias histórico-culturais específicas do momento-espço escolhido, sabe-se não haver grande divergência entre ele e o desenvolvimento do processo educacional no restante do país, principalmente pelo fato de ter vivido o Brasil a situação de país colonizado.

A par disso, a Escola, qualquer que seja o seu contexto, reflete as contradições da própria sociedade, no que se há de concordar inteiramente com a autora.

É justo, ainda, ressaltar a retrospectiva que a pesquisa realiza, a fim de explicar os paradigmas que balizam a educação naquelas décadas, especialmente o escolanovismo e a introdução do psicologismo na educação, a exemplo da linha desenvolvida por Pestalozzi.

É dever ressaltar: a dissertação faz-nos concluir que, após mais de setenta anos decorridos, a educação ainda exclui e seleciona do ponto

de vista socioeconômico. Levanta preocupações, também, no sentido de que hoje, como ontem, a educação, embora entendida como fator preponderante de desenvolvimento pelos dirigentes públicos, não conseguiu democratizar-se em plenitude e ser compreendida em sua integralidade, ou seja: não há educação, neste sentido, onde ainda há exclusão, preconceito, onde faltam saúde, nutrição e condições culturais num mínimo indispensável.

Finalmente, achamos relevante destacar: o trabalho revela um nível de interesse histórico para os filhos desta terra, por resgatar entidades, órgãos e figuras caras às origens desta cidade. Conscientemente ou não, a autora revelou e alimentou, pois, a alma desta cidade grapiúna, na qual, independente do lastro ideológico escolhido, as pessoas vivem uma humanidade que as faz ter grandeza e pequenez, heroísmo e fraqueza. Assim somos nós. Assim é a humanidade a caminho do aperfeiçoamento.

Creio, portanto, estar a Editus presenteando a Educação de Itabuna com este livro sério, vigoroso e instigante.

MARGARIDA CORDEIRO FAHEL

Professora aposentada do Departamento de Letras e Artes da
UESC e membro do Conselho Estadual de Educação

S u m á r i o

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

C A P Í T U L O 1

Panorama Geral do Contexto Socioeconômico da Região Sul da Bahia

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	25
1.2 AÇÃO COLONIZADORA	27
1.3 INTERESSE PELAS TERRAS	28
1.4 VIDA POLÍTICA	29
1.5 VIDA ECONÔMICA	32
1.6 VIDA SOCIAL	35
1.7 DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E SOCIOCULTURAL DE ITABUNA...	39

C A P Í T U L O 2

Evolução da Instrução Primária em Itabuna: 1906/1930

2.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL	47
2.2 DEMANDA ESCOLAR	49
2.3 CRESCIMENTO DA REDE ESCOLAR	54
2.4 DEFICIÊNCIA QUANTITATIVA DA EVOLUÇÃO DA REDE ESCOLAR	58
2.5 MATRÍCULA E FREQUÊNCIA ESCOLAR	60

C A P Í T U L O 3

Implantação e Organização da Instrução Primária em Itabuna: 1906/1930

3.1 REFORMAS DO ENSINO E AS BASES JURÍDICAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ITABUNA:1906/1930	66
3.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO EM ITABUNA: 1906/1930.	74
3.2.1 Dos níveis de Ensino.	74
3.2.1.1 O Curso Elementar	74

a) Escolas Infantis	75
b) Escolas Elementares	76
c) Escolas Elementares Noturnas	78
d) Escolas Elementares Rurais	84
3.2.2 Curso Complementar (escola primária do “2º grau”)	91
3.3 TIPOS DE ESCOLAS	100
a) Escolas Isoladas (1906/1930)	101
b) Escolas Reunidas (1930/1935)	102
c) Grupos Escolares (1935...)	104
3.4 ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS	106
3.5 GASTOS DO MUNICÍPIO COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1906 -1930	107

C A P Í T U L O 4

Escolas Isoladas: verticalizando a análise

4.1 CARACTERIZAÇÃO	115
4.2 INSTALAÇÃO/MOBILIÁRIO	117
4.3 QUEM ERAM OS ALUNOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS?	125
4.4 QUEM ERAM OS PROFESSORES?	130
4.4.1 O Professor Leigo	138
4.4.2 O Professor Adjunto	140
4.4.3 O Delegado Escolar	143
4.5 REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES	148
4.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR	152
4.5.1 O pensamento pedagógico	152
4.5.2 O Currículo	157
4.5.3 Os Exames Escolares	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto de uma experiência de pesquisa que analisa a trajetória histórica da educação escolar no município de Itabuna-Ba, no período compreendido entre 1906 e 1930. Tomou-se como objeto de análise a Rede de Ensino Primário do Município, abrangendo as instituições escolares Públicas e Privadas.

A pesquisa justifica-se pela inexistência de estudos relativos ao campo da educação no município. Isso fez “ousar” realizar esta produção. Para tanto, recorrem-se às fontes primárias e secundárias que nos possibilitaram apresentar um quadro analítico-descritivo dos acontecimentos que marcaram a vida educacional itabunense no período.

A questão inicial que orientou a pesquisa foi a seguinte: que tipo de educação foi implantada na Rede de Ensino do Município de Itabuna durante o período de 1906/1930, considerando-se as especificidades socioeconômicas e políticas da região cacauzeira na época? Agregados à problematização, levantaram outros questionamentos: como o sistema educacional de Itabuna evoluiu no período? As especificidades socioeconômicas e políticas da região cacauzeira influenciaram na estrutura organizacional da rede escolar de Itabuna? Quais as principais características que orientaram as práticas escolares e a organização do ensino? Quem eram os alunos? Quem eram os professores? Que linhas filosófico-ideológicas influenciaram esta educação?

Partindo desses questionamentos, foi possível levantar a hipótese de que o ensino implantado nas escolas primárias de Itabuna no período em estudo não só refletia os interesses e as relações de poder que se estabeleciam entre a classe política e economicamente dominante e o conjunto da sociedade, como também atendia aos desejos específicos da pequena burguesia emergente de cacauicultores de não ter filhos analfabetos para poder prosseguir os estudos na capital e obter o título de “doutor” e, do outro lado, existia a necessidade premen-

te de formar um quadro intelectual para manejar o aparelho burocrático local de então, ainda em formação.

Assim, foi com a intenção de colocar à disposição dos professores pesquisadores e estudantes que se procurou sistematizar o processo histórico que gerou e desenvolveu a educação escolar no município de Itabuna, identificando, descrevendo e analisando a evolução e organização da rede escolar do município, relacionando-a às especificidades socioeconômicas, políticas e culturais da região cacauceira, no período de 1906 a 1930.

O estudo começa descrevendo os importantes acontecimentos que gradativamente desencadearam as novas perspectivas políticas, econômicas e culturais, tanto da sociedade brasileira quanto para a sociedade local, que passavam por processos de mudanças e adaptações após a proclamação da República.

No cenário nacional, essas mudanças foram marcadas pelo início do trabalho assalariado, expansão das fábricas, aquecimento do comércio e dos serviços urbanos, revolução dos transportes e lançamento das bases materiais de uma sociedade com ambições de modernização. Apesar destas mudanças, a República, no seu início, continuava atrelada aos vícios administrativos da oligarquia cafeeira, em cujo nome e interesse o poder foi exercido, daí persistir o caráter colonial da economia. Paralelamente às mudanças de base da matéria (infra-estrutura), decorriam as superestruturas. Daí a educação torna-se o alvo das atenções, a prioridade, nos discursos oficiais, tanto em nível nacional como local.

O fio condutor para desenvolver o estudo das políticas públicas de educação do município passa pela relação educação e sociedade, situando a problemática a partir das condições sociais, econômicas e políticas da época e suas implicações na evolução do sistema educacional.

Como recurso interpretativo para a análise mais objetiva da temática, foi utilizado o conceito básico de dialética, pois tal concepção permite explicitar o fenômeno estudado, considerando a idéia de que a realidade está em constante transformação e em contínuo movimento, como um todo organicamente estruturado (GADOTTI, 1989). Dentro desse raciocínio, parece possível compreender e explicar a educação escolar, partindo da realidade concreta, ou seja, da interligação entre educação e sociedade na sua dinamicidade.

Segundo o pensamento dialético, a realidade é uma totalidade concreta que permite compreender que os fatos ocorrem num dado contexto social e fazem parte de um todo com o qual se relacionam reciprocamente. Em outras palavras, são elementos parciais de uma realidade globalizante em movimento. Daí Kosik (1976) dizer que, na dialética, “totalidade é a teoria da realidade, como totalidade concreta”. De forma que, no método dialético, tudo se relaciona, e nenhum fato pode ser compreendido isoladamente. Como Gadotti observa: “cada um dos fenômenos deve ser entendido a partir de sua ligação indissolúvel com a realidade, integrada por outros fatos e idéias” (1989:59). E essa totalidade é formada pela infra-estrutura (base material-econômica da sociedade) e pela superestrutura (estrutura jurídico/política – Estado, Direito etc.), que se relacionam reciprocamente, como um bloco homogêneo. Nesse enfoque, todo e qualquer fenômeno social só pode ser compreendido dentro da perspectiva totalizante na qual está inserido.

Nessa direção, busca-se compreender o fenômeno estudado, considerando o pensamento marxista, ressaltando-se os estudos do filósofo italiano Antonio Gramsci. A partir da análise dos conceitos desse autor sobre “bloco histórico” e “hegemonia”, fica evidenciado que “é no interior do bloco histórico que se realiza uma hegemonia determinada”. Trata-se, então, de estabelecer uma relação entre os dois conceitos e ver, portanto, que a hegemonia é a parte perceptível que envolve todo um corpo teórico-político (bloco histórico) formulado pelo trabalho de intelectuais (PORTELLI, 1977; MACCIOCCHI, 1976).

Partindo do referencial teórico desenvolvido por Gramsci, foi possível identificar neste universo de estudo – a sociedade itabunense – o bloco histórico constituído pelo conjunto de elementos que compunha o quadro da sociedade local, considerando-se os seus condicionamentos sociais, econômicos e políticos. Já a hegemonia assume visibilidade no conjunto de ações desenvolvidas pela classe política e economicamente dominante, ao ocupar os pontos-chave do governo local e definir os rumos tomados pela sociedade – e pela educação.

Diante da realidade da sociedade itabunense, é imprescindível saber qual a importância que poderia ter a educação neste momento histórico para o município. Esse questionamento parece que orienta

a relação entre Poder (hegemonia) e Sistema de Ensino, considerando-se que a sociedade local necessitava fornecer escolas aos seus filhos e formar o futuro quadro de dirigentes locais. Assim, pressupõe-se que a escola se constituía numa das necessidades básicas do município, e que, devido às dificuldades iniciais de funcionamento, estaria destinada prioritariamente a uma determinada classe social economicamente privilegiada.

Partindo dessa hipótese e a julgar pelos indicadores que serão apontados no decorrer do trabalho, observa-se que a escola se constituiu num dos aparelhos ideológicos da maior importância, com um papel a cumprir. Severino (1986) analisa esta questão, enfatizando: “Todo projeto educacional será necessariamente um projeto político e não há como evitá-lo. A educação, como qualquer outra atividade humana, não é um processo neutro”. Nesse sentido, reforça posições político-ideológicas consolidadas. Em outras palavras, a existência da educação está relacionada com os interesses concretos de uma dada sociedade. Portanto, cabe compreender que não se articula projeto educacional fora de um projeto político. Nessa direção, a educação de Itabuna cumpriu o seu papel de interpenetrar a ideologia vigente da época em todos os espaços sociais, reproduzindo o modelo social excludente. Basta atentar para alguns aspectos do ensino, como, por exemplo, a deficiência quantitativa de escolas, a reprovação, a seletividade, a exclusão, dentre outros. Tais fatos, que serão analisados a seguir, reforçam a tese de que as contradições existentes na sociedade se refletiam na escola.

Para desenvolver a pesquisa, recorreu-se a fontes de diversas naturezas. Foram utilizados como fontes primárias os conjuntos de documentos manuscritos e impressos do Arquivo Público Municipal de Itabuna: Atas do Conselho Municipal de Itabuna, jornais oficiais, jornais de circulação da época, livros de registros de decretos e correspondências, além de fontes iconográficas até então inexploradas na historiografia do ensino primário no município.

O processo de coleta de dados apresentou basicamente quatro etapas: a primeira foi a localização do material; em seguida, a leitura da documentação existente; a terceira tarefa foi a classificação dos documentos selecionados; e a última etapa, o tratamento de análise e interpretação dos dados coletados. De modo geral, foi um processo bastan-

te lento, imposto pelas próprias características da pesquisa histórica.

Na primeira fase de localização do material, pôde-se desenvolver o trabalho sem maiores dificuldades, considerando que o mesmo se concentrava basicamente no Arquivo Público Municipal, localizado no prédio da Biblioteca Pública Municipal, no bairro da Conceição. Os outros locais foram: Prefeitura Municipal de Itabuna, Câmara de Vereadores e Universidade Estadual de Santa Cruz, através do CEDOC (Centro de Documentação e Memória Regional) e mais o encontro com os sete depoentes que seriam entrevistados: professoras Litza Câmara, Elza Melo, Elza Cordier e Edite Santana, Lindaura Brandão, jornalista Otoni Silva e sua esposa, Moacir Menezes e, por último, a pessoa de Nilton Ramos, que gentilmente forneceu o seu acervo fotográfico.

A segunda fase foi a de leitura da documentação, o que resultou na seleção das temáticas. Não restam dúvidas de que esta foi a fase que requereu maior carga de trabalho e tempo, por exigir do pesquisador uma disposição sobre-humana para manter-se confinado na sala de leitura, sob um condicionamento físico, às vezes, de mais de quatro horas diárias ininterruptas. Por outro lado, era preciso ter muita paciência e persistência para poder decifrar as palavras, dificultadas pela caligrafia dos escriturários e pelos “pergaminhos” arquetetados pelas traças, que nos desafiavam a fazer o papel de “advinhos”.

Para a realização desta tarefa, trabalhou-se com uma média de sete livros de atas com 810 páginas e mais sete livros de jornais oficiais com 900 folhas. O período de levantamento dos dados destas fontes durou em média um ano e meio, uma das etapas que apresentou maiores dificuldades.

Quanto à terceira etapa, classificação dos documentos selecionados, buscou-se organizar os dados partindo de três categorias gerais: infra-estrutura social (saúde, educação e entidades); infra-estrutura física (construções, calçamentos, transporte, água, esgoto etc.) e infra-estrutura econômica (comércio, indústria, agricultura etc.). A partir daí, procurou-se selecionar os assuntos agrupando-os em subcategorias, como, por exemplo: corpo docente e discente, questões institucionais e administrativas das escolas, financiamento da educação e outros. Essas informações iam sendo armazenadas em um microcomputador.

Para a sistematização das informações coletadas nas fontes, utilizou-se uma ficha de registros com as seguintes informações: data, assunto, fonte, localização e cópia (manuscrita) do documento. Após a coleta de informações gerais, fez-se uma seleção do material, categorizando-o segundo os assuntos tratados. Também utilizou-se o recurso da “cópia”, através da xerografia e da informática, com o *scanner*, na gravação e reprodução de figuras (desenhos e fotografias).

Em relação à quarta etapa, tratamento, análise e interpretação dos dados coletados, procedeu-se à redação e impressão de relatórios temáticos, segundo as categorias utilizadas pelo pesquisador, o que permitiu evidenciar de forma mais clara e objetiva o objeto de pesquisa, facilitando, por outro lado, o tratamento estatístico dos dados quantitativos, através de recursos oferecidos pela informática, construindo-se tabelas, gráficos, dentre outros.

A documentação coletada foi relativamente farta, principalmente no que diz respeito à visão geral das políticas educacionais, definidas pelos poderes constituídos, as quais explicitavam as finalidades da educação, naturalmente determinada pela classe hegemônica. Por outro lado, as fontes não possibilitaram acompanhar as questões “micro” das escolas, como, por exemplo: os conteúdos trabalhados, os hábitos e ritos escolares, a organização dos programas, dentre outros. A materialização do cotidiano das escolas só nos foi possível mediante a utilização de um outro recurso metodológico: a entrevista.

Na busca de integrar esses múltiplos movimentos que determinaram a estrutura organizacional do ensino primário itabunense, neste período, destacou-se no capítulo primeiro: O Panorama Geral do Contexto Socioeconômico da Região de Itabuna: 1906/1930, cuja história se inicia com a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, em 1534. Em seguida, trata-se da evolução econômica da região, que começou basicamente em 1850, com a lavoura do cacau despontando como um produto promissor no mercado de exportação, o que provavelmente passou a estimular os movimentos migratórios para ocuparem as terras da região. E, a partir daí, consolida-se a monocultura do cacau no período compreendido entre 1850/1930. Isso fez com que Itabuna, frente aos demais municípios, assumisse uma posição de destaque pelo seu desenvolvimento socioeconômico.

Em seguida, apresenta-se as características básicas que marcaram a evolução da instrução primária em Itabuna, considerando-se os aspectos relativos ao crescimento populacional, à demanda escolar, à política de expansão do ensino e à deficiência quantitativa da rede escolar, examinando a questão da seletividade do sistema de ensino.

A implantação e organização da instrução primária em Itabuna: 1906/1930 é a temática do terceiro capítulo, no qual se apresentam as bases jurídicas da instrução; as reformas introduzidas no ensino primário no período; a forma como os cursos e níveis de ensino se estruturavam; os tipos e modalidades de escolas com ênfase nas escolas isoladas (localização, material, alunos, professores). E, em seguida, analisam-se os recursos financeiros para a educação, constatando-se que estes nunca foram suficientes para cumprir as finalidades definidas.

No quarto capítulo são destacados os aspectos internos das escolas isoladas. Questiona-se sobre quem eram os alunos que frequentavam as escolas, e quem eram os professores, discutindo-se a sua formação; a falta de valorização profissional, as condições de trabalho e a sua importância na implantação do sistema de ensino e no combate ao analfabetismo local. Em seguida, descreve-se a organização escolar, destacando as concepções pedagógicas vigentes.

Por fim, encerra-se este trabalho com algumas considerações acerca da evolução e organização do ensino primário de Itabuna, esperando que a sistematização deste estudo possa preencher uma lacuna manifestada na história da educação itabunense e, por outro lado, sirva de subsídios e estímulos para outros pesquisadores se aventurarem nesta tentativa de fazer interagir dialeticamente as evidências dos fatos que produzem o conhecimento histórico.

PANORAMA GERAL DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO SUL DA BAHIA

1.1 Considerações preliminares

O que demarca o início da nossa história é a chegada dos portugueses na Bahia há pouco mais de 500 anos. Sabe-se que as terras descobertas não despertaram de imediato interesse ao ilustre *el-rei* Dom Manoel. Este, após ouvir as informações do capitão da esquadra exploradora de 1501, concluiu não haver aqui o que comercializar e com que obter lucro imediato, acreditando que o apossamento das terras descobertas oneraria os cofres públicos da Coroa portuguesa. Então, decidiu continuar suas viagens “venturosas” para o oriente em busca das mercadorias especialíssimas das Índias, negócio certo que rapidamente se transformava em dinheiro para o erário real.

Pelo exposto, percebe-se que as intenções da posse das terras por Portugal eram apenas comerciais. Daí o porquê deste solo da América ficar quase ao abandono por cerca de três décadas, tema examinado exaustivamente por Campos, no livro *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*:

O abandono votado pela Coroa lusitana às terras da Santa Cruz nos tempos que se seguiram de perto ao descobrimento de Cabral é de uma só maneira explicado por todos os historiadores: Portugal achava-se deslumbrado pelas riquezas da Índia, pela opulência dos seus reinos, pela magnificência das suas cidades, pela abundância dos seus ótimos produtos cuja exploração prometia lucros incalculáveis ao erário real (CAMPOS, 1981:1).

Mas, com a descoberta pelos espanhóis de riquezas minerais na América e com as invasões constantes de estrangeiros (franceses, germânicos, castelhanos etc.) no litoral brasileiro, fiscalizado apenas por alguns navios que faziam a exportação de madeira tintorial, a Coroa portuguesa começou a se preocupar com as propriedades descobertas e viu-se obrigada a povoá-las para não perdê-las para os “invasores”. Além disso, havia a expectativa da expansão do mercado açucareiro que já era praticado pelos portugueses desde o século XV nas ilhas atlânticas de Madeira e Açores. Portanto, essa cultura já atraía a atenção da Coroa Portuguesa.

Diante dessas possibilidades comerciais e da iminente realidade de “invasão” territorial por outras Nações, os portugueses decidem criar colônias no Brasil. O rei D. João III, em 1534, loteou as terras em quinze capitanias e as distribuiu aos donatários para povoá-las e desenvolvê-las. Segundo Campos (1981), os lotes de terras couberam a “indivíduos da segunda nobreza do reino”, através de uma carta de doação e da carta foral. A capitania de Ilhéus foi entregue a Jorge de Figueredo Correia que a transferiu ao loco-tenente Francisco Romero, o qual veio para a Bahia estabelecer sua posse. Fixou-se no outeiro de São Sebastião, edificando as primeiras casas, a primeira igreja e fortificações (MACEDO; RIBEIRO, 1999: 21).

Campos (1981) ainda apresenta nos seus estudos a seguinte descrição a respeito da capitania de Ilhéus:

[...] do quinhão que denominou Capitania dos Ilhéus, doado pelo tenebroso *Zelador Fidei* a Jorge de Figueiredo Correia (6), fidalgo da casa real, escrivão da sua fazenda e seu historiógrafo, dos Figueiredos chamados “do escrivão da fazenda”, - portanto herdou o ofício, - sendo a carta de doação assinada em Évora a 26 de junho de 1534, e o foral, fixando “os direitos, foros e tributos e cousas que na dita terra haviam os colonos de pagar”, de acordo com os termos sacramentais do documento, em 11 de março do milésimo seguinte, firmado também naquela cidade (7) (CAMPOS, 1981:3).

1.2 Ação colonizadora

Apesar de a região Sul da Bahia ter tido uma ação colonizadora muito precoce, nos idos de 1534, através das capitânicas de São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro, até o final do século XIX não tinha conseguido evoluir economicamente e nem dado continuidade ao processo de desenvolvimento iniciado pela colonização. Vários foram os motivos que dificultaram esta ação: desde a falta de recursos financeiros dos donatários para a dinamização das capitânicas, passando pela falta de interesse dos governos metropolitano e colonial, até a resistência indígena na defesa de suas terras.

Só a partir da segunda década do século XIX foi que o Governo Imperial passou a ter preocupações com a utilização destas terras do Sul já pertencentes à Província da Bahia, considerando naturalmente a subutilização de suas potencialidades regionais. Nesse sentido, houve algumas tentativas de colonização oficiais e particulares, entre os anos 1850/1870, cujo objetivo era a fixação do homem nessas regiões para povoá-las e desenvolvê-las. Assim, o governo incentivou, através de movimentos migratórios, a vinda de alemães, finlandeses, suíços, poloneses e até mesmos brasileiros para esta região. Contudo, muitas destas tentativas resultaram em fracasso, decorrente da não-permanência destes colonizadores.

Antes dessas tentativas de fixação do homem nesta região, já se iniciara a exploração econômica em meados do século XVIII com o plantio da lavoura do cacau a partir de sementes vindas do Pará. As primeiras plantações começaram nas margens do Rio Pardo, atual Município de Canavieiras, como lavoura de “fundo de quintal.” A passagem da lavoura do cacau de “fundo de quintal” para atividade econômica com objetivos comerciais de exportação transcorreu lentamente e com interrupções, notadamente até os meados do século XIX, quando se deu sua introdução definitiva na economia baiana. Contudo, desde 1834, o cacau já começava a aparecer regularmente na pauta dos produtos de exportação da Província, todavia de forma tímida, perdurando neste ritmo até 1860 (GARCEZ; FREITAS, 1979; FALCÓN, 1995). Para os autores, a economia do cacau se firma definitivamente no mercado de exportação no período de 1860/1890. O quadro econômico da região foi assim descrito:

[...] período considerado de fixação da exploração econômica do cacau, em que a cacauicultura se afirma como cultura dominante na região¹ a lavoura se desenvolve mais aceleradamente. Na última data, o cacau exportado registra o total de 3.503 toneladas, assumindo o 2º lugar entre os produtos de exportação do Estado, representando 23,3% do valor das exportações e acenando com perspectivas econômicas promissoras, numa conjuntura em que os produtos que tradicionalmente sustentavam o comércio com o exterior – açúcar, fumo e algodão, principalmente – estavam em decadência (GARCEZ; FREITAS, 1979:21).

Também afirmam que, apesar de a lavoura cacauceira já mostrar uma alternativa satisfatória para a exportação, neste período, é ainda vista como mais um produto da policultura regional e, além disso, sua condição de cultivo de longo prazo não chegava a estimular os movimentos migratórios, devido ao imediatismo dos seus interesses.

1.3 Interesse pelas terras

Estudos realizados revelam que dois motivos especiais despertaram o interesse pelas terras do Sul da Bahia. O primeiro deles veio com o advento da Primeira Constituição Republicana (1891), que transfere as terras devolutas da União para o domínio do Estado da Bahia. E o segundo foi a crescente importância econômica do cacau no exterior, como produto de exportação, que passou de 100 toneladas, em 1851-52, para 2.677 toneladas, em 1888-89. Observe-se, principalmente, a importância desses dados, em se tratando de uma conjuntura economicamente desfavorável para o recém-criado Estado Republicano, cujos produtos agrários tradicionais (açúcar, fumo, algodão) estavam em cri-

¹ Não é ainda monocultura de exportação, mas dentro do sistema policultor vigente, e que se manterá até a última década do século, quando a lavoura do cacau afirmasse como a mais importante atividade da região, aquela que oferece maior volume de produto para o comércio.

se. Desta forma, o cacau, como um produto promissor no mercado de exportação, se impôs à região como uma nova opção econômica, o que estimulou um crescimento significativo de migrações para ocupar suas terras, não só por parte de estrangeiros mas, sobretudo, de brasileiros, principalmente sergipanos e alagoanos, expulsos de seus estados pelas sucessivas estiagens. Os contingentes que aqui chegavam ocupavam faixas de áreas quase sempre inferiores a 50 hectares, consideradas como pequenas propriedades. Vinham sempre acompanhados de suas famílias e começavam imediatamente as plantações de cacau, preferencialmente nas áreas entre Itabuna/Ilhéus. O apossamento destas terras se efetivava tanto de forma legal quanto ilegal (ASMAR, 1983).

Com isso, o crescimento demográfico anual da região, que entre os anos de 1872 e 1892 era de 1,40%, passa a ter, no período de 1890 a 1920, o crescimento da ordem de cerca de 6% ao ano, contra, aproximadamente, 2% para o conjunto do Estado, conseqüência da migração, viabilizada pela economia da nova monocultura de exportação e pela existência de terras devolutas na região. Mas, entre 1920 e 1940, este crescimento começa a diminuir, ficando em média 5% ao ano. Observa-se, ainda, uma redução continuada da taxa de crescimento populacional nos períodos subseqüentes. Essa redução, segundo Asmar (1983), é conseqüência da primeira dificuldade de ocupação da terra, decorrente da Lei de Terras de 1850, que impedia a ocupação primária de terras devolutas (do Estado). Em outras palavras, a ocupação da terra só seria possível através da compra da posse ao Estado cuja extensão não deveria ultrapassar os 100 hectares. Daí, poder-se dizer que a consolidação da monocultura do cacau se deu entre 1890/1930 (GARCEZ; FREITAS, 1977; FALCÓN, 1995).

1.4 Vida política

Destaca-se aqui o processo de emancipação política do Município de Itabuna. Este movimento iniciou-se em 1897, quando as lideranças locais dirigiram um memorial ao Conselho Municipal de Ilhéus, solicitando a separação do arraial de Tabocas do Município de Ilhéus, e a sua conseqüente autonomia política e elevação à categoria de Vila.

Este pleito foi indeferido, alegando pouco desenvolvimento econômico do arraial, mas o desejo de autonomia permanecia vivo nos habitantes de Tabocas. Nove anos mais tarde (1906), pressupõe-se que a partir do peso das determinações socioeconômicas, decorrentes do expressivo desenvolvimento da economia do cacau e da organização da sociedade civil, houve uma forte pressão política junto ao governo do Estado em favor da emancipação política do arraial. E, liderados, sobretudo, por José Firmino Alves, foi enviada ao chefe do governo uma mensagem subscrita por um terço do eleitorado de Tabocas, bem como um projeto assinado pelos deputados Virgílio Gonçalves, Plínio Costa, Manoel Cardoso da Cunha, Landulfo Pinho, solicitando a emancipação de Tabocas. O projeto de Lei requereu a elevação do arraial de Tabocas à condição de Vila, constituindo-se o novo município, da Vila e do Termo de Itabuna. O ato de criação ocorreu no dia 13 de setembro de 1906, Lei n.º 692, sendo assinado pelo então governador José Marcelino de Souza e José Carlos Moreira Ayres de Almeida. O primeiro Intendente do novo município foi o engenheiro Olyntho Batista Leone (1908). Logo após a sua elevação à categoria de Vila, incetava-se uma nova luta para promovê-la a cidade, sob o argumento do seu rápido crescimento e desenvolvimento socioeconômico. O que, após quatro anos, veio a ocorrer através da Lei 807, de 28 de julho de 1910, sancionada pelo governador João Ferreira de Araújo Pinho.

Estes fatos mudaram rapidamente a fisionomia do antigo Distrito, acelerando o seu crescimento econômico e social, o que provocou transformações nos aspectos da infra-estrutura e superestrutura social. Via-se, com frequência, a abertura de novas ruas, construção de casas residenciais, rancharias para hospedar os comerciantes; as buraras transformando-se em grandes propriedades; o comércio ampliando-se com instalação de grandes casas comerciais e armazéns exportadores de cacau; instalação de redes de energia, água e esgoto; construção da estrada de ferro Ilhéus-Conquista (1911). Por outro lado, havia a ampliação de instituições sócio/culturais como o Clube Literário (1905); Sociedade União Comercial das Classes Caxeiral e Operária (1908); Sociedade Musical (1988); Sociedade Monte Pio dos Artistas (1919); Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo (1913); Associação Comercial (1917); Cooperativa Banco Rural (1924); Loja Maçônica Areópago

Itabunense (1922); criação de jornais: *O Itabuna* (1905); *O Correio de Itabuna* (1910); *A Época* (1917) *O Intransigente* (1926) e o crescimento da rede escolar que se impunha como um fator de desenvolvimento da realidade social e cultural, tornando-se um elemento determinante na construção da própria sociedade. A preocupação com a educação escolar nesse período envolveu a ação tanto de governantes quanto da população local, como veremos no capítulo adiante.

Diante da emancipação política e das transformações socioeconômicas e culturais que ocorriam no município naquele período foram disseminadas as bases de uma sociedade urbanizada, o que favoreceu para um aumento populacional expressivo. Em seu livro de memórias, a professora Sancha dos Santos Galvão, que aqui chegou no ano de 1925, refere-se à questão assim:

Itabuna estava crescendo muito, chegava gente de diversos lugares, não havia casas suficientes. As famílias tinham que ficar em casa de parentes e amigos por muito tempo [...]. A dificuldade de casa naquela cidade, que crescia aos pulos, dia a dia, era uma coisa de causar admiração. Quando uma pessoa conseguia construir uma casinha para a sua residência, já havia uma avalanche de pretendentes para a que ia ser desocupada. Pagavam até ao inquilino para que ele o ajudasse na obtenção da casa (GALVÃO, 1993:99-103).

Mas, aos pouco, a demanda populacional foi equilibrando-se e diferentes fatores impuseram uma nova organização territorial no município, alterando, inclusive, a sua superfície inicial, de 4.210 quilômetros quadrados, com os limites entre Ilhéus, Una, Canavieiras e Conquista, para uma área reduzida de 517 quilômetros quadrados, havendo paulatinamente o desmembramento de vários municípios (ANDRADE, 1968). O mapa a seguir, da divisão política da região no início do século até o ano de 1952, demonstra que o Município de Itabuna compunha-se dos seguintes Distritos: Ferradas, Mutuns, Buerarema (ex-Macuco), Ibicaraí (ex-Palestina), Itapé (ex-Itaúna), Floresta Azul, Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória e Jussari.

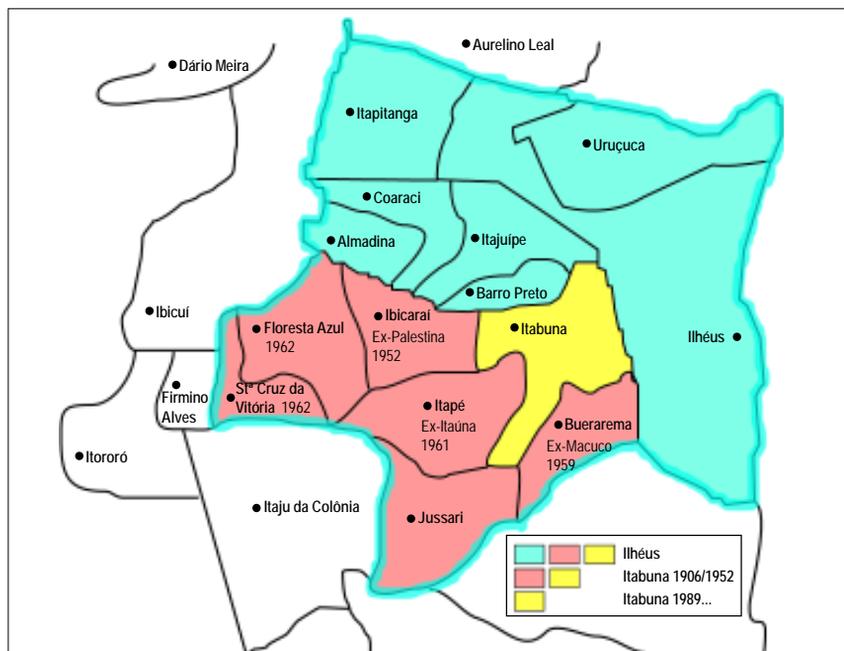


Figura 1 - Divisão Política do Território de Itabuna até o ano de 1952.²

1.5. Vida econômica

A vida econômica da região cacauceira, durante o período em estudo, Primeira República, esteve completamente dependente do mercado internacional. Após a fase de fixação do homem à terra, firma-se economicamente com a monocultura de exportação do cacau entre 1890/1930, equilibrando a vida financeira do Estado, destacando-se, inclusive, como uma das regiões mais promissoras economicamente. Sabe-se, porém, que a consolidação desse desenvolvimento só ocorre a partir da situação de equilíbrio entre a oferta e a demanda

² Ilhéus, no início do século, abrangia quase toda a região do Vale do Almada. Em 1906, acontece a autonomia político-administrativa de Itabuna e a partir daí decorre o primeiro desmembramento de terras da região sul da Bahia. Em seguida, novos desmembramentos ocorreram no território itabunense. Ibicarai separa-se de Itabuna em 1952; Buerarema, em 1959; Itapé, em 1961 e Jussari, em 1989 (CAZORLA e outros, 1992).

mundiais de cacau, na época. Vê-se que foi realmente notável o crescimento da produção para mais do quántuplo em 1905, aumentando sucessivamente até atingir mais de cinquenta milhões de quilos em 1920, com uma ampliação média anual de cerca de 1.500 toneladas, voltando a crescer, entre 1920 a 1930, em ritmo menor (BONDAR, 1938; SILVEIRA, 1990 *apud* FALCÓN, 1995).

Garcez e Freitas (1979) demonstram, na Tabela 1, o comportamento tendencial da produção cacauera na Bahia em números absolutos, nas três primeiras décadas deste século. Observa-se que o seu volume inicial foi triplicado.

Tabela 1 - Produção da Lavoura de Cacau por Década: 1900 a 1920

1900/1	1909	199,636 toneladas
1910	1919	372,768 toneladas
1920	1929	611,002 toneladas

Fonte: Garcez e Freitas (1979:29).

Isso fez com que o cacau passasse a ocupar o *status* de principal atividade econômica do Estado, assim comentada por Tosta Filho:

[...] neste período (até o ano de 1930), o Estado retirou da lavoura 400 milhões de cruzeiros, sendo 200 milhões de impostos diretos sobre a produção e outros tantos de impostos indiretos (sem contar ainda os tributos federais e municipais). Essa importância significava, segundo o mesmo autor, 50% da renda do Estado, sem qualquer retorno à região. Acrescenta, ainda, que ‘apenas 10 milhões chegaram a ser empregados lá, para fins reprodutivos’ (TOSTA FILHO, 1948 *apud* GARCEZ; FREITAS, 1979:25).

Vale ressaltar que o período da Primeira Grande Guerra, 1914/1918, a produção e comercialização da lavoura cacauera não foram abaladas. Garcez e Freitas, ao discutirem a questão, dizem que:

[...] a produção e a comercialização do cacau não foram afetados, mantendo, ao contrário, uma tendência crescente, tanto

no volume da produção como nos preços do produto, circunstância acrescida ainda de um significativo aumento das vendas nos anos imediatos de pós-guerra, resultante da operação de reestocagem dos mercados consumidores e da reabertura de novos mercados (Idem, 1979:29).

Sabe-se que desse fantástico desenvolvimento econômico na balança comercial do Estado, fruto da produção da lavoura cacaueira, a região não obteve ganho, ela constituiu-se somente no entreposto da economia baiana, sem direito sequer a possuir um espaço com infraestrutura capaz de sediar o crescimento de sua principal economia. O centro exportador-administrativo era a capital (Salvador). Falcón (1995) comenta, também, que não se conseguiam sequer os equipamentos fundamentais à endogenização do crescimento da economia da região, quais sejam: porto, trapiches (armazém-geral), casas bancárias, agências de seguros etc.

O autor continua explicitando que a pujança econômica da região cacaueira estava voltada para a quase total especialização em um único produto, cuja realização se efetivava nos mercados externos e isso não estimulava a formação de uma verdadeira economia, compreendida como um todo complexo capaz de fomentar as suas próprias forças produtivas, envolvendo os elementos que compõem a sociedade local (FALCÓN, 1995).

Diante dessa realidade de uma monocultura, o município não procurava ampliar o leque de diversificação e expansão de seus negócios, ou seja, investir em outros ramos da produção e da comercialização. E, neste sentido, a economia da região avançava de forma linear, ou seja, o seu desenvolvimento se efetivava apenas pela presença dos comerciantes exportadores e importadores reunidos em firmas comerciais, exercendo um controle sobre a economia baiana e constituindo-se a conexão entre a lavoura cacaueira e os mercados externos. Por outro lado, ainda eram estas casas de comércio que exerciam a função de instituições bancárias, assumindo os “riscos” dos investimentos, submetendo o pequeno produtor agrícola a taxas de juros elevadas.

Assim, não será difícil compreender por que as outras atividades que aqui se desenvolveram não tiveram grande expressão no mercado;

eram realizadas por pequenos negociantes, muitos profissionais liberais, pequenas indústrias caseiras, além de casas de artesãos e arrieiros, feirantes e outros.

Um fato que nos pareceu importante destacar neste período com grande repercussão na economia regional foi o *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929, que desmantelou toda a economia mundial com efeito sobre a economia da região cacauceira, principalmente porque a maior parte do cacau era comprada pelos Estados Unidos. Esse fato provocou uma queda vertiginosa na procura do cacau e, conseqüentemente, uma baixa acentuada nos preços. Associado a esse fato começaram a surgir conjunturas adversas ao equilíbrio da economia cacauceira, principiando os indícios de desequilíbrio no sistema de produção do cacau, tanto no que concerne ao mercado externo quanto à produção interna. No que diz respeito à situação interna, observou-se: o envelhecimento dos cacauais; a falta de assistência técnica e tecnológica aos produtores; o sistema de produção cheio de vícios nas suas bases; falta de financiamento para assistir aos cacauicultores na renovação do plantio e custeios da cultura do cacau. Esses acontecimentos desorganizaram simultaneamente a produção e a comercialização, instaurando-se uma grave crise econômica na região. Entretanto, vale salientar que os seus efeitos não se fizeram sentir de imediato. Segundo Garcez e Freitas (1979), os efeitos da crise foram mais graves a longo prazo, estendendo-se pelos primeiros anos da década seguinte, ameaçando a falência da lavoura do cacau.

1.6 Vida social

A vida social de Itabuna, durante a Primeira República, sofreu transformações à semelhança das demais cidades que estavam em processo de desenvolvimento e urbanização. Várias ações foram realizadas por seus moradores para dinamizar o quadro social e cultural do município, e dentre elas, a organização das Filarmônicas, sendo de maior destaque: Euterpe Itabunense e Amantes da Lira, que, através das suas apresentações, disputavam a preferência do público itabunense. No livro *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*, de autoria de José

Dantas Andrade, este declara que “[...] as bandas muito contribuíram para animar as festas que se realizavam no largo da Praça Olyntho Leone, que, naquele tempo, ainda se chamava largo da Matriz, inclusive construindo ali um coreto”. O mesmo autor ainda comenta sobre a organização dos clubes de futebol, clubes carnavalescos, conjuntos vocais e outros. Salienta que todas essas agremiações serviam para dinamizar a vida social do município motivada pelo desenvolvimento econômico do cacau (ANDRADE, 1968).

Em meio a essas transformações socioculturais, faz-se necessário assentar o principal protagonista - o *homem* - estabelecendo a sua relação com os processos que constituem a sua realidade social, o *trabalho*. Segundo Marx (1987), é o trabalho o conteúdo concreto dessa luta, que ao mesmo tempo transforma a natureza e transforma o próprio homem. O trabalho, portanto, na perspectiva marxista, poderá traduzir-se na exploração do homem pelo homem ou, por outro lado, poderá se constituir no centro de humanização do homem. Nessa perspectiva, os estudos de Falcón (1995) tomaram como elementos definidores da formação das classes sociais da região a natureza da posse da terra e as relações de trabalho, típicas de cada um deles, bem como a situação de cada grupo de produtores (e não produtores) em relação à propriedade do capital.

Tomando por base esses elementos tipificadores levantados acima (posse da terra e relações de trabalho) nos diferentes momentos históricos de desenvolvimento da lavoura cacaueira, o que não deixa de ser um ponto delicado, Falcón (1995) caracteriza o quadro das classes sociais existentes na região de diferentes modos: no primeiro período é caracterizado pela presença marcante dos **pequenos produtores**, representados pelos desbravadores, a maioria emigrantes nordestinos, pelos remanescentes das fracassadas tentativas de colonização estrangeira, bem como pelos tropeiros, comerciantes e até profissionais liberais de regiões da Bahia, inclusive Salvador e de Sergipe, isso até a década de 1890. As roças de cacau, neste período, eram trabalhadas pelos próprios familiares, constituindo o campesinato pioneiro, sendo a eles destinadas as tarefas de desmatamento da selva, expulsão dos índios e o enfrentamento com outros grupos pela posse da terra nessa fase pioneira. Nesse período ainda não existiam trabalhadores fixos, ou seja,

assalariados. A sua permanência nas propriedades era temporária, em épocas de limpeza e colheita do cacau.

O segundo período é marcado pela ampliação e diversificação dos grupos sociais que compunham o quadro social anterior. Além dos pequenos produtores, havia grupos de menor poder aquisitivo, tanto na área rural quanto na urbana, com destaque, por exemplo, para os pequenos lavradores, os meeiros, os tropeiros, os contratistas, os feirantes, os quitandeiros, os alfaiates, os ferreiros, os aguadeiros etc. Do outro lado, os profissionais liberais, como os advogados, os médicos e os comerciantes exportadores, estes últimos voltados para os lucrativos negócios do cacau, além da burguesia comercial em formação.

Este segmento dos comerciantes exportadores que se constituiria num grupo economicamente poderoso, pela posição privilegiada no controle do comércio de exportação e de casas de crédito à lavoura com representações nos mais variados locais da região, sendo parte essencial da formação da lavoura cacaueira, como muito bem esclarece Falcón, “[...] atuavam como verdadeiras casas bancárias, financiando a instalação das propriedades, mecanismo que lhes assegurava o controle das safras e a garantia de posição privilegiada no comércio de exportação”. Pelo visto, a **burguesia comercial** se locupletava com o excedente econômico dos produtores, transformando a renda dos camponeses em lucro mercantil (FALCÓN, 1995:54).

A partir da primeira década do século começa-se a entrever uma subdivisão na classe dos produtores de cacau, identificados pela maior ou menor detenção da posse das terras; pela quantidade de equipamentos para o beneficiamento das fazendas; pela presença de técnicas mais atualizadas e, conseqüentemente, melhores níveis de produtividade. Em outras palavras, já se diferenciavam vários extratos de produtores, caracterizados pela concentração da terra e maior divisão social do trabalho. Assim, as tarefas e os grupos sociais vão se diversificando, dando origem a novos personagens, a exemplo do surgimento do capataz e do peão.

É importante destacar que, entre 1910 e 1920, o cacau vivia uma de suas melhores fases na pauta de exportações e, conseqüentemente, a busca pela ampliação da posse da terra era cada vez maior, o que vinha acompanhado de muitos litígios, lutas e práticas inescrupulosas, comandadas pelos grandes proprietários de terras – os

coronéis – que se constituíram no elemento que detinha o poder político (a hegemonia) pela sua privilegiada posição econômica.

Falcón (1995) chama atenção para o efeito mais imediato do poderio dos coronéis que foi o processo de expropriação da terra do pequeno produtor e, por outro lado, a consolidação dessa nova classe, agrupando um número privilegiado de fazendeiros de cacau que, por vinculações econômicas e políticas, certamente passou a se constituir na força hegemônica da sociedade local, definindo as prioridades políticas para a cidade.

Enfatiza, ainda, que a consequência mais imediata da

expropriação da terra do pequeno produtor, fato que assinala a passagem da produção meramente mercantil a uma etapa mais sofisticada: a da produção capitalista. E esse tipo de produção supõe a existência da burguesia agrária – ao mesmo tempo causa e resultado da nova racionalidade produtiva (FALCÓN,1995:58).

A consolidação desta nova classe – **burguesia agrária** – demarca o terceiro período da formação do quadro social regional. Com o fortalecimento dessa classe emergente, representada pelos coronéis, seus interesses privados confundiam-se com os interesses da coletividade e, nesse sentido, a classe dos pequenos produtores (camponeses) ficava submissa aos interesses dos coronéis que, usando de vários “expedientes”, quer no campo ou no comércio, tornavam-se cada vez mais poderosos, enquanto que os camponeses ficavam mais submissos e expropriados. Nessa direção, Falcón afirma que os poderes econômico, militar e político acabavam misturados e elevavam o coronel a cargos públicos importantes, facilitando seu fortalecimento e o aumento de sua influência no processo sucessório. Para o autor, “essa década comportou a formação de uma elite regional com valores próprios, assenhorada de posição que lhe permitia fazer valer seus interesses na região” (1995:36).

Percebe-se, entre 1920 e 1930, um conjunto de mudanças operadas no crescimento da produção dos grandes proprietários, os quais conseguiram combinar as atividades da cacauicultura com outros negócios “ligados ao controle do comércio de exportação, bem como na função de ofertadores de crédito à lavoura”. Além dessas atividades,

acrescenta-se o empréstimo de dinheiro com juros altíssimos (agiotagem) para as pessoas que, em geral, não tinham acesso aos empréstimos oficiais, a compra de milhares de ações no mercado financeiro, vários imóveis urbanos, dentre outros, no dizer de Falcón, personificando o que poderia ser chamado de burguesia cacauera (,1995:65-66).

Embora não haja uma diferença substancial entre burguesia agrária e burguesia cacauera, o autor certamente quis enfatizar a estreita relação dos grandes proprietários de terras com a produção cacauera e a construção de seu poder em torno dela. Esse seria o caso do coronel Manoel Misael da Silva Tavares, em Ilhéus; Martinho Conceição e Oscar Marinho Falcão, em Itabuna.

Pelo visto, a dinâmica das relações sociais das classes que compunham a estrutura social local ocorria de forma conflitiva, considerando-se que os interesses eram divergentes. Contudo, nada impedia que a expansão da lavoura cacauera se consolidasse, evidenciando-se os interesses de uma economia capitalista excludente.

1.7 Dependência econômica e sociocultural de Itabuna

Da segunda metade do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, na América Latina, consolidava-se um novo modelo econômico, o neocolonialismo. Os países industrializados, com grande acumulação de capitais, “invadiam” os países atrasados, apoiados pela ação dos governos locais, para fazer deles fornecedores de matérias-primas e utilizar sua mão-de-obra barata. Nesta fase, novas potências industriais, como Estados Unidos, Itália e Alemanha, passam a fazer parte do mercado monopolista, aprofundando o jugo econômico a toda a América Latina.

Essa dependência foi se desenhando, por um lado, através da maciça exportação de capitais com os investimentos estratégicos para a construção de estradas de ferro, instalações frigoríficas, usinas e plantações; por outro lado, através da massa de emigrantes que deixou a Europa com destino à América Latina, transformando profundamente sua paisagem humana.

Este processo em curso, de remodelação econômica da América Latina, também teve reflexos no desenvolvimento da região cacauceira, com profundas alterações na infra-estrutura de produção, provocando significativas alterações não só na infra-estrutura como na superestrutura, nos mais diversos setores da sociedade. No campo da infra-estrutura pode-se destacar, especialmente, a implantação, pelos Ingleses, da estrada de ferro Ilhéus – Conquista, explorada pela The State of Bahia South Western Railway Limited, em 1911, a qual integrava as principais zonas produtoras, dinamizando a economia da região do cacau, assim descrita por Campos:

Um dos mais poderosos, dos mais eficientes propulsores da grandeza hodierna de Ilhéus foi, sem qualquer favor, a construção da Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista, que já vinha sendo objeto de cogitações do poder público desde o tempo do Império. Finalmente, depois de várias negociações e tentativas fracassadas, na administração do Dr. Severino Vieira, concedeu-a o Estado, em 28 de dezembro de 1904, a Bento Berilo de Oliveira, que transferiu a concessão à Firma Oliveira, Carvalho & Companhia, aprovado este sub-rogamento por decreto de 19 de setembro de 1905. Dois anos mais tarde houve um aditamento ao contrato. Aquela firma, por sua vez, cedeu todos os seus direitos, em 1909, à The State Of Bahia South Western Railway Company, incorporada em Londres. Só então iniciou-se de modo regular o serviço de construção, que vinha sendo feito morosamente. Em 21 de agosto de 1913 inaugurou-se o tráfego definitivo da linha, na extensão de 59 quilômetros, até Itabuna, aliás já utilizada provisoriamente desde 1911. Para servir à zona irrigada pelos rios Mocambos e Almada, de vincada importância econômica, a State of Bahia foi autorizada em 25 de fevereiro de 1911 a construir o ramal de Almada e o sub-ramal de Mocambo, com a extensão total de 35 quilômetros. Este foi posteriormente prolongado até Itapira, à margem direita do rio de Contas, no quilômetro 42,220 (CAMPOS, 1981:301).

Um outro aspecto a destacar, resultante da expansão desse novo modelo econômico, foi a atividade marítima de vapores da Compa-

nhia Costeira com sede na capital do Estado, que intensificou suas atividades no porto de Ilhéus, em 1904, com o pacote São Félix.

Por outro lado, a atividade comercial na região registrou a chegada de poderosos grupos econômicos internacionais, representados pelas casas exportadoras, principalmente a F. Steverson & Cia. Limited e da Wildberger & Cia e, dentre as nacionais, destacam-se: Tude Irmãos & Cia., José Borges e Irmãos, Magalhães & Cia., Costa e Ribeiro, Fernandes & Cia., Halla e Irmão, e Oliveira e Irmão. Todas essas empresas importavam quase o dobro dos recursos efetuados pelo Banco do Estado, que vão dar as bases econômicas necessárias para a consolidação do modelo agroexportador da cultura do cacau. Elas atuavam como controladoras do comércio exterior e também como instituições bancárias, financiando a instalação das propriedades. A importância dessas instituições é decisiva para a implantação do novo modelo agroexportador da região (FALCÓN, 1995).

Dessa forma, ainda segundo Falcón, esses grupos econômicos viabilizavam os interesses do capital internacional, que se apropriava do excedente econômico dos produtores e transformava em lucro mercantil, chegando, muitas vezes, a ter também um caráter de importadora no abastecimento regional, comercializando mercadorias importadas de fora da região. Tem-se como exemplo a casa Wildberger, que se encontrava nos mais diversos arraiais, onde comprava cacau.

Certamente, esta tendência geral imposta à América Latina (AL) pelas potências capitalistas centrais trouxe conseqüências graves para as economias locais. Segundo Halperin Donghi (1970), a tendência geral na América Latina é que as oligarquias, embora apoiadas em estruturas políticas, financeiras e comerciais, enfraquecem-se sob a pressão dos representantes das economias metropolitanas. Em conseqüência desse enfraquecimento, as oligarquias cedem lugar ao surgimento de camadas médias, predominantemente urbanas, cada vez mais exigentes, e com hábitos cada vez mais parecidos com os das pessoas dessa classe média moradora das metrópoles dominantes. Na região cacauceira, identificou-se características dessa natureza, principalmente entre os grupos de fazendeiros e comerciantes exportadores.

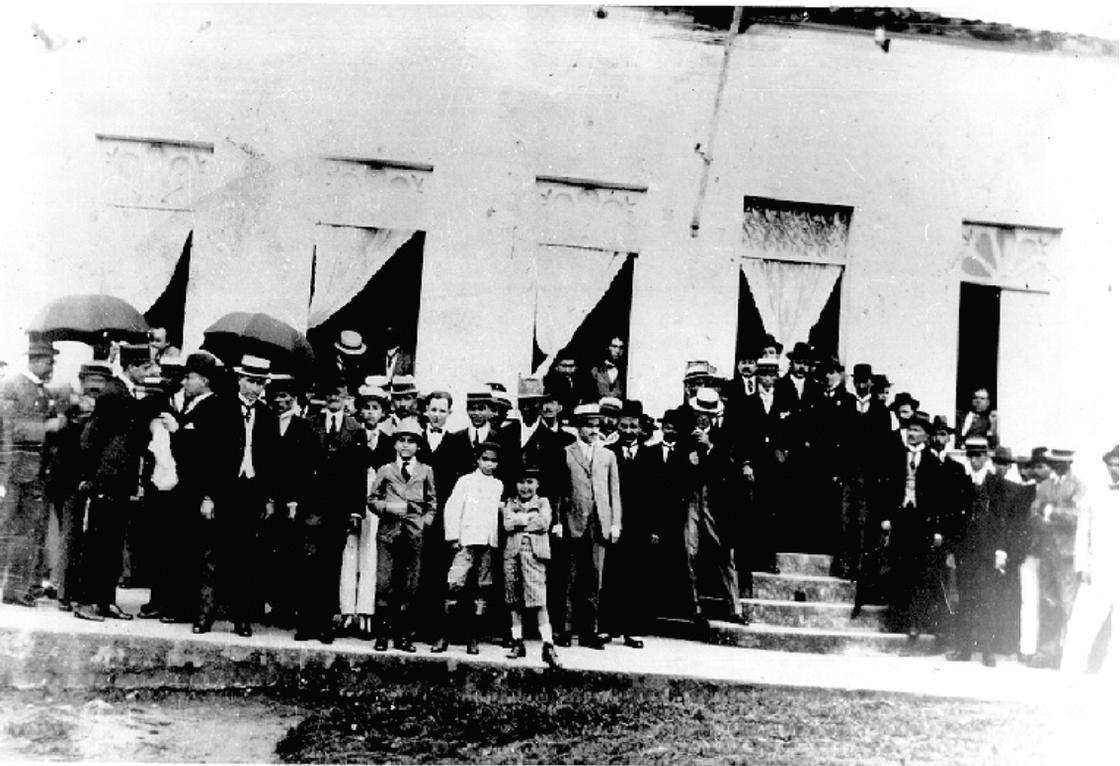
A consolidação dessa classe privilegiada, representada em sua maioria por um grande número de fazendeiros de cacau, decorreu de

sua associação ao capital estrangeiro; do avanço do capital comercial sobre a atividade puramente produtiva; da introdução de melhores técnicas na produção e processamento do cacau. Tudo isso levou ao fortalecimento dessa burguesia emergente, que cada vez mais transplantava os “modelos” europeus e, principalmente, norte-americanos (BERGER, 1976).

Esta realidade social é caracterizada por Dantas (1968) e Gonçalves (1960) ao descreverem o cultivo progressivo de alguns costumes e estilos de vida da região a partir de traços da cultura aristocrática europeia e da burguesia americana, reproduzidos nos mais variados aspectos da vida dos itabunenses. A burguesia regional vai paulatinamente perdendo os velhos traços da cultura local, cedendo lugar e incorporando novos traços de bens culturais e de consumo como: fonógrafo; máquina de costura e de escrever; piano de fabricação alemã³; peças de arte; construções de casas de modelos arquitetônicos em estilo europeu⁴ e outros. Além disso, a população local procurava refazer os seus costumes provincianos, assumindo novos hábitos, valores e atitudes da vida urbana. Substituindo, por exemplo, o sentar-se à porta para contar histórias “causos”; pela frequência ao Cine-teatro Ideal (1918); as festas com as bandas de músicas Minerva (1907) e Lira Popular (1926), além da Filarmônica (1898) fundada pelo cel. Paulino Vieira do Nascimento. Segundo os autores regionais, os eventos e as organizações sociais e culturais foram criados para dinamizar a vida dos itabunenses e “contribuir para a sublime arte da música nesta cidade”. Também, a burguesia local cultivava o hábito de vestir-se bem, copiava a moda da capital e da Europa, comparecia aos eventos com “cretone francês, finas casimiras, tropical inglês e linho irlandês importado”. Na

³ Segundo Gonçalves, nessa época não havia aqui nem ferrovia, nem rodovia. Contudo, Firmino Alves comprou em Salvador um piano transportado via Ilhéus para Tabocas. Este foi uma das primeiras novidades em Tabocas... (GONÇALVES, 1960:33)

⁴ Registra-se ainda hoje algumas construções com frontespícios de estilo barroco, a saber: casario de Olyntho Leone, situado à praça Olyntho Leone, N.º1 e 3; Centro do Artesão, na praça Laura Conceição (matriz São José); residência atual dos Hatalas, na rua Barão do Rio Branco, antiga Taboquinhas, dentre outras.



POSE DO INTENDENTE JOSÉ KRUCHEWSKY EM 1921

Figura 2 - Posse do Intendente Municipal José Kruschewsky - 1921.

Fonte: Fundação Henrique Alves.

foto, observa-se a forma como a população local costumava vestir-se para participar dos grandes eventos, refletindo as diferentes posições sociais (DANTAS 1968:143; GONÇALVES, 1960:33).

Este processo de transplantação cultural de modelos europeus e americanos não se refletia somente nos hábitos, na arte, na técnica e forma de vestuário, mas, sobretudo, nas idéias, na educação. As escolas copiavam os novos métodos que já vinham sendo aplicados em outros países. É importante registrar o destaque atribuído aos métodos ativos, através da Escola Americana em Itabuna (1925), sob a direção da professora Sancha dos Santos Galvão, a qual fez a seguinte referência à escola: “Em pouco tempo espalhou-se ser eu a professora que ensinava pelos **métodos americanos**, que já havia ensinado em diversos lugares etc.” (GALVÃO, 1993:102, grifo nosso).

Como foi visto, consegue-se identificar claramente que a burguesia local aderiu à nova cultura modernizante da época, adquirindo novos hábitos e costumes que logo, logo se refletiram também no pensamento educacional local.

Os aspectos apresentados neste primeiro capítulo visam apenas caracterizar o contexto geral da estrutura econômica e sociocultural da região, dentro de uma visão globalizante, para daí situar o processo no qual se desenvolveu a implantação e organização escolar de Itabuna.

Evolução da Instrução Primária em Itabuna: 1906/1930

Neste capítulo, objetiva-se mostrar as características básicas que marcaram a evolução da Instrução Pública⁷ na cidade de Itabuna, no período de 1906 a 1930, considerando-se os fenômenos educacionais a partir das relações de forças socioeconômicas e culturais que davam movimento à realidade social da época.

Para analisar a evolução educacional optou-se pelos seguintes indicadores: crescimento populacional, demanda escolar, número de escolas criadas, número de professores na rede de ensino, percentual de gastos com a educação, dentre outros, o que permitiu apresentar os resultados quantitativos e qualitativos da educação escolar.

De 1867 a 1906, quando aqui chegaram os primeiros desbravadores, as fontes só registraram a existência de duas escolas no Distrito, significando que o quadro educacional era lastimável, considerando-se a sua população em idade escolar. Então, observa-se que, num espaço de 39 anos, a educação não fazia parte do conjunto das prioridades da administração do Distrito. Com o processo de separação político-administrativa de Itabuna, em 1906, a educação passa a ser motivo de inquietações dos governantes locais. Os diferentes segmentos sociais, especialmente os fazendeiros, os políticos, o clero e os intelectuais, preocupados com o desenvolvimento local, demonstraram um interesse

⁷ Instrução Pública era o termo usado na época para designar, em geral, o ensino primário e secundário. Aqui o termo será usado neste mesmo sentido.

especial pela Instrução Pública, pois acreditavam que o desenvolvimento político-econômico e social dependia da educação.⁸

Assim, a educação em Itabuna nesta primeira fase constituiu-se como fator de desenvolvimento. A atenção imediata era voltada para a ampliação do número de escolas, tendência essa de enfoque quantitativo, contida nas idéias pedagógicas da Primeira República, cujo objetivo era alfabetizar as massas populares, pois considerava-se que “combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”, lema da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915). Existiam nesse período vários movimentos a favor da educação, organizados em dois movimentos ideológicos, conhecidos como “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, que foram descritos por Ghiraldelli (1990):

O entusiasmo pela educação teve caráter quantitativo, ou seja, em última instância resumiu-se na idéia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar (1990:15).

Apesar desses movimentos em prol da educação, no final desse período ainda havia cerca de 75% da população brasileira analfabeta. No que diz respeito à Bahia, o Censo de 1920 aponta que, da população de 3.334.465 habitantes, cerca de 81,61% eram analfabetos. Silva (1997) revela que o deputado baiano Aristides Borges (1891) já questionava, nas discussões travadas entre os parlamentares no início da República, acerca da questão do analfabetismo nos Municípios e dizia: “Quem é que ignora que mais de 90% da população não sabe ler nem escrever? O Brasil é um país de analfabetos...” (SILVA, 1997:43).

Em Itabuna, membros dos diversos segmentos sociais, em especial o dos governantes, criticavam o índice de analfabetismo da cidade, que era superior ao índice oficial do Estado da Bahia de 81,61%, considerado altíssimo (SILVA, 1997). Por conseguinte, era urgente dispen-

⁸ Demonstrados nos Pareceres, Projetos, Atos e Atas do Conselho Municipal do Município de Itabuna de: 22/01/1908, p. 08; 08/03/1909, p. 46; 21/03/1910, p. 72; 09/03/1911, p. 9/v.

sar atenção à educação, pois todos conheciam a sua importância como fator de desenvolvimento e modernização local.

Assim compreendida, era importante estender a escola elementar ao povo, para incrementar não só o desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, combater o analfabetismo e melhorar o nível de escolarização da população local, pois de acordo com este pressuposto era possível, através do processo educativo, melhorar o nível cultural, intelectual, moral e político, e assegurar à cidade a posição de referência regional que disputava na época com o município vizinho de Ilhéus. Prova disso, foi o elevado número de pareceres, nesse período, criando novas escolas no município. Tomou-se como exemplo o parecer do conselheiro Tertuliano Guedes de Pinho (1908):

[...] considerando que é dever do Município, atender as reclamações, que como esta desperta os nossos deveres, somos de parecer que se crie à cadeira do Arraial das Ferradas como pede o projecto. Pondo o Snr. Presidente a discussão foi por unanimidade aprovada.⁹

Apesar das intenções manifestas dos representantes locais quanto à necessidade de educar a sociedade itabunense como um todo, verificou-se que, na prática, as ações educativas foram insuficientes e visaram a atender preferencialmente aos filhos de uma elite econômica em formação. Na época, os filhos dos segmentos sociais mais pobres e os filhos dos trabalhadores rurais, na sua grande maioria, estavam excluídos do processo educacional.

2.1 Crescimento populacional

Um dos primeiros aspectos que incrementaram a evolução da instrução primária em Itabuna foi o vertiginoso crescimento

⁹ Parecer extraído do Livro de Atas do Conselho Municipal de Itabuna. Em 18/01/1908. Folha nº 06.

populacional do município, motivado pelo cultivo do cacau. Esse produto constituiu-se no principal fator de desenvolvimento regional entre os anos de 1890 e 1930, favorecido pela posição que alcançou no mercado internacional como produto de exportação. Isso estimulou um crescimento significativo de migrações para ocupar as terras da região. O crescimento demográfico anual da região que, entre os anos de 1872 a 1892, era de 1,40% ao ano, passa a ter no período de 1890 a 1920 o crescimento da ordem de cerca de 6% ao ano contra aproximadamente 2% para o conjunto do Estado (GARCEZ; GUERREIRO, 1979).

Nesse sentido, reconhece-se que o modelo econômico exportador, com base na monocultura do cacau, favoreceu para uma dinamização do crescimento populacional intensificado pelas migrações, o que proporcionou à região um crescimento demográfico bastante acelerado. Os dados da Tabela 2 demonstram a evolução da população do Município de Itabuna no período em estudo.

Tabela 2 - Reconstituição da População do Município de Itabuna (1890/1950)¹⁰

Ano	População	Taxa de crescimento médio anual
1890	3.024	1,65
1900	7.265	9,16
1910	17.453	9,16
1920	41.980	9,16
1930	63.773	4,27

Fonte: Tabelas: 1 e 3, p. 94 e 96 de Cazorla, Rebouças e Gasparetto, 1992.

¹⁰ Para estimar a população de Itabuna no período em estudo foi necessário reconstituir a população de Ilhéus do ano de 1872, tomando como base a população de Ilhéus e Itabuna de 1906, calculou-se as taxas de crescimento do município, utilizando o modelo geométrico. A partir desses dados, foram estimados os valores inexistentes. A população de Itabuna de 1899 representa 55,5% da população de Itabuna de 1906. Para estimar a população de 7 a 14 anos, foi aplicado o percentual desta população da pirâmide populacional do Brasil.

De uma população inicial em 1890 de 3.024 habitantes para 63.773 em 1930, observa-se um crescimento demográfico muito expressivo, mas que se deu de forma bastante diferenciada ao longo do tempo. Nota-se que, até 1890, o crescimento populacional era de apenas 1,65% ao ano, considerado muito pouco expressivo para aquela época. No período seguinte, de 1900 a 1920, viu-se que o processo apresentou uma tendência de crescimento considerável, registrando-se uma taxa anual de 9,16%, mantendo-se estável durante um período de duas décadas. Passada essa primeira fase de expressivo crescimento populacional, observou-se que, na década subsequente, houve uma acentuada tendência de decréscimo dessa taxa de crescimento, em consequência da redução do fluxo migratório para a Microrregião Cacaueira, decorrente do fato de a estrutura de posse da terra já estar definida (ASMAR, 1983).

Este expressivo crescimento populacional, fruto da valorização do cultivo do cacau, assegurou uma posição de destaque a este município, transformando-o no centro de referência regional, e neste sentido as exigências sociais passaram a ser outras e, dentre elas, a educação se constituía como fator de desenvolvimento sócio-político-econômico.

2.2 Demanda escolar

Com esse processo de urbanização e crescimento demográfico acelerado, outras exigências fizeram-se presentes no contexto social local, e a educação se constituiu numa delas. Esta aspiração pela educação passou a ser motivo de “desejo” não só dos governantes, mas também da população em geral, comprovado através do levantamento dos dados estatísticos obtidos em fontes oficiais (manuscritos e impressos), as quais revelaram um crescimento gradativo da rede escolar do município com o objetivo de atender a uma demanda escolar cada vez mais crescente.

Analisando a taxa de crescimento populacional no período 1900 a 1930 - “Estimativa da população do Município de Itabuna”, percebe-se que houve um ritmo de crescimento populacional vertiginoso no período em estudo. Constatou-se que a população municipal que em 1900 era de 7.265 habitantes, após três décadas aumentou para 63.773

habitantes, revelando um crescimento de aproximadamente 877%. A razão média anual do período era de 7,9% ao ano, um percentual bastante significativo de crescimento. A partir desses dados do crescimento populacional encontrado foi possível estimar a demanda potencial de alunos em idade escolar em Itabuna e a deficiência quantitativa da expansão da rede escolar.

Vale salientar que as escolas do município do período em estudo se constituíam numa única sala de aula e com um só professor a ministrar aulas para várias séries. Eram denominadas “escolas isoladas” e atendiam em média a 50 alunos por escola. A partir dessas informações tornou-se possível fazer uma estimativa da população em idade escolar e do número de vagas disponíveis, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Evolução da demanda escolar em Itabuna: 1900-1930

Anos	Demanda potencial 07-14 anos	Nº de Escolas	Nº de Vagas por Escola	Oferta de Matrícula
1900	827	02	50	100
1910	2.073	19	50	950
1920	4.893	45	50	2250
1930	7.428	58	50	2900

Fonte: Carzola, Irene. Estimativa da população do Município de Itabuna, 1999. Atas do Conselho Municipal de Itabuna 1906 a 1930.

Obs: Os cálculos finais foram elaborados pela autora.

Fica claro, analisando a tabela acima, que a necessidade de criar escolas para atender à população era um fato incontestável. Verificou-se, ainda, através da análise de vários documentos, que a preocupação pela Instrução Pública era demonstrada tanto pela população em geral como pelas instituições sociais e pelas autoridades políticas locais, através dos sucessivos discursos, mensagens, decretos e pareceres do Intendente Municipal¹¹ e dos Conselheiros Municipais, (Poder Executivo e Legislativo, respectivamente) os quais advogavam a necessidade de se ampliar cada vez mais a rede pública de ensino.

¹¹ Denominação dos chefes do poder executivo Municipal até 1930, hoje equivalente ao cargo de prefeito.

Ainda a respeito da questão levantada quanto à necessidade de expandir a educação local para atender à demanda escolar reprimida e combater o analfabetismo, identificaram-se alguns movimentos sociais reivindicatórios como, por exemplo, o dos moradores da zona do Rio Branco e do Ribeirão da Onça que, através de petições, reivindicavam a concessão de escola para os seus distritos.¹²

Partindo desses movimentos reivindicatórios de segmentos da sociedade e do interesse de alguns governantes, constatou-se que o município de Itabuna procurou assumir as suas responsabilidades pelo crescimento da rede escolar, criando novas salas de aulas, tanto na sede quanto nos distritos. As escolas existentes, em sua grande maioria, estavam sob a responsabilidade do poder público municipal, consequência da instalação da Primeira República do Brasil, em 1889, cujo regime provocou uma nova ordenação no Estado, tendo sido uma das principais tendências à descentralização administrativa da União. Os Estados ganharam autonomia para estruturar sua vida interna. E, para tal, tiveram que elaborar novas leis de acordo com a Constituição do País. E no campo educacional, a Constituição Baiana de 1891, no Art. 109, § 6º, determinava que as antigas escolas primárias provinciais deveriam passar para a responsabilidade dos municípios.

Assim, analisando as informações registradas a partir de 1906, constatou-se que havia entre 1906 e 1930, em todo o Município de Itabuna, 58 escolas, das quais 42 eram municipais, duas estaduais, duas sociedades beneficentes e 12 particulares, conforme dados contidos na Tabela 4.

¹² Ata da 14ª Sessão da 2ª Reunião Ordinária do Concelho Municipal de Itabuna. Em 20/06/22, p. 68- Livro 1920/1923.

Tabela 4 - Escolas Criadas em Itabuna de 1867 a 1930

(continua)

Data de Criação	Escola	Rede	Localização	Endereço	Observações
1867	Escola Particular Cel. Firmino Alves	Particular	Urbana	Burundanga	Aeroporto (atualmente)
1878	Escola Mantida pelo Município de Ilhéus	Municipal	Urbana	Rua da Areia (em frente à ilha do Jegue)	Av. Firmino Alves (atualmente)
1908	Escola Mista da Jaqueira	Municipal	Urbana		
1908	Escola Mista do Arraial da Palha	Municipal	Rural		Próximo a Nestlé
1908	Escola Municipal Sexo Feminino	Municipal	Urbana	Taboquinha	Barão do Rio Branco
1908	Escola Estadual – Etelvina Araújo	Estadual	Urbana		
1908	Escola Municipal Mista de Ferradas	Municipal	Rural	Arraial de Ferradas	Proj/Lei-C/ Tertuliano Guedes de Pinho
1908	Escola Municipal Sexo Feminino	Municipal	Urbana		
1908	Escola Municipal Sexo Masculino	Municipal	Urbana	Rua da Jaqueira / Joaquim Nabuco	Av. Dilson Cordier (atualmente)
1908	Escola Municipal Sexo Masculino	Municipal	Urbana	Antiga Taboquinha	R. Barão do Rio Branco (atualmente)
1909	Escola Estadual	Estadual	Urbana		Lúcia Oliveira
1909	Escola de Ensino Secundário do Sexo Feminino – complementar	Municipal	Urbana	Joaquim Nabuco	Dilson Cordier
1909	Escola Mista Municipal de Macuco	Municipal	Rural	Macuco	Buerarema
1909	Escola Municipal Mista de Catulé	Municipal	Rural	Arraial de Catulé	
1909	Escola Municipal Mista da Feirinha	Municipal	Urbana	Feirinha do Macuco	Praça José Bastos (Prefeitura atual)
1910	Escola Municipal Sexo Feminino	Municipal	Urbana	Taboquinhas	
1910	Escola de Ensino Secundário para o Sexo Masculino – complementar	Municipal	Urbana		
1910	Escola Particular Prof. ^a Maria Améla Bastos	Particular	Urbana		
1910	Escola Particular Prof. ^a Maria do Carmo Ferreira	Particular	Urbana		
1911	Escola Municipal do Sexo Feminino	Municipal	Urbana		
1911	Escola Primária do Sexo Masculino	Municipal	Urbana		
1912	Escola Elementar do Sexo Masculino	Municipal	Urbana	Joaquim Nabuco	

(continua)

Data de Criação	Escola	Rede	Localização	Endereço	Observações
1912	Escola Mista Municipal de Mutuns	Municipal	Rural	Arraial de Mutuns	Distrito de Mutuns (atualmente)
1912	Sociedade Beneficente União das Classes	Beneficente	Urbana		
1912	Escola Elementar do Sexo Feminino	Municipal	Urbana	Barão do Rio Branco	
1913	Escola Mista de Catulé	Municipal	Rural	Catolé	
1915	Escola Elementar sexo Feminino	Municipal	Urbana	Rio Branco	
1915	Escola Elementar sexo Masculino	Municipal	Urbana	Joaquim Nabuco	
1916	Escola Noturna	Municipal	Urbana		
1917	Escola Municipal de Macuco	Municipal	Rural	Macuco	Buerarema (atualmente)
1917	Escola Municipal	Municipal	Rural	Arraial da Palha	Rua da Palha
1917	Escola Municipal	Municipal	Urbana		
1917	Escola Municipal	Municipal	Rural	Mutuns	
1917	Escola Municipal	Municipal	Rural	Mutuns	
1917	Escola Municipal	Municipal	Urbana		
1917	Escola Mista	Municipal	Rural	Boqueirão	
1917	Escola 4	Municipal	Urbana		
1917	Escola 9	Municipal	Urbana		
1917	Escola Municipal	Municipal	Rural	Ferradas	
1917	Escola Municipal 10	Municipal	Urbano		
1918	Colégio Cabral – complementar	Particular	Urbano	Salão do Colégio Vicentino	
1918	Escola Mista nº 5	Municipal	Rural	Arraial de Mutuns	
1918	Escola nº5 sexo Masculino	Municipal	Urbano		
1919	Escola Municipal Feminina	Municipal	Rural	Ferradas	
1919	Escola Municipal Masculina	Municipal	Rural	Ferradas	
1921	Colégio 7 de Setembro	Particular	Urbano		
1921	Colégio Alzira Pain	Particular	Urbano		
1921	Colégio Alberto Soares	Particular	Urbano		
1923	Colégio São Vicente de Paulo – complementar	Particular	Urbano		
1923	Escola Mista Pontalzinho	Municipal	Urbano		
1925	Colégio Divina Providência – complementar	Particular	Urbano		
1925	Sociedade Beneficente Monte Pio dos Artistas	Beneficente	Urbano		Subvenção a uma sala noturna

Data de Criação	Escola	Rede	Localização	Endereço	Observações
1926	Escola Mista	Municipal	Urbana	Jaqueira	
1926	Escola Mista	Municipal	Rural	Arraial de Paulistana	
1928	Escola Aurora Juvenil	Particular	Urbana		
1928	Escola Catharina Paraguassú	Particular	Urbana		
1928	Escola Dez de Janeiro	Particular	Urbana		
1929	Escola Americana	Particular	Urbana		

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna de 1906 a 1930.

ANDRADE, José Dantas. Documento Histórico Ilustrado de Itabuna-Ba: Gráfica Ed. Ltda., 1972.
Livro: Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908 a 1916 - Gestão Olyntho Leone n.º 1.

2.3 Crescimento da rede escolar

A pesquisa desenvolvida mostra que de 1867, fase lendária dos desbravadores, até 1906, quando o arraial de Tabocas ainda integrava o 3º Distrito de Ilhéus, o número de escolas era muito restrito. Até esse momento, só se tem conhecimento da existência de duas escolas: a primeira delas, conforme informações de pessoas da família do coronel Firmino Alves, foi instalada no lugar denominado Burundanga (hoje av. João Mangabinha Filho, margeando o rio Cachoeira até o antigo aeroporto - Mangabinha), sendo mantida pelo mesmo; a professora da escola chamava-se Maria Rosa de Jesus que, por ser muito corada, tinha o apelido de “Rosa Camarão”. Sabe-se, também, que existia uma escola oficial mantida pelo Município de Ilhéus, a qual começou a funcionar na rua da Areia, hoje av. Firmino Alves, cujo professor era José Marcelino Borges (ANDRADE, 1968). Não foram encontradas, porém, fontes documentais que comprovem a existência dessas escolas.

O fenômeno de crescimento da rede escolar inicia-se efetivamente a partir de 1908, com um atraso histórico considerável, se comparado com a realidade social concreta do município cujo desenvolvimento econômico já vinha sendo incrementado pelos governantes locais. A ampliação do número de escolas ocorre como uma das ações intermediadoras para concretizar as condições materiais (infra-estrutura) da sociedade objetivando assegurar sua posição de destaque regional. Logo, a evolução do sistema escolar subordinava-se aos interesses

das forças produtivas. Daí porque a educação, nesse sentido, dependia da maneira como as forças sociais historicamente determinavam. Então fica claro que a educação era vista pelos governantes como propulsora e mediadora de desenvolvimento nos diferentes setores da sociedade. Nesse enfoque, Luckesi (1990) discute que a educação está “eivada de sentido, de conceitos, valores e finalidades que a norteiam”. Daí entender-se que a educação não é algo autônomo, independente dos fatores sociais, ou seja, das condições socioeconômicas que condicionam o fenômeno educativo. Em outras palavras, a educação tem um direcionamento, um sentido que é determinado a partir da maneira como se entendem suas relações com a sociedade. Nessa direção era preciso elevar o nível da população, segundo as exigências do desenvolvimento econômico-social.

Convém ressaltar que esta visão de educação capaz de impulsionar o desenvolvimento global, direcionar a vida social e modificar situações existentes forçou o sistema público a adotar várias medidas administrativas e infra-estruturais para o crescimento da rede escolar. A preocupação maior foi, especialmente, no que diz respeito ao aumento quantitativo do número de escolas, constatado através de atos e pareceres dos poderes Legislativo e Executivo, criando várias escolas, nomeando professores para ensinar, construindo a estrutura administrativa das escolas, comprando e alugando espaços físicos para o funcionamento de salas de aulas e instituindo normas e regulamentações para o serviço da instrução pública.

Vê-se que a ideologia da educação como “fator de desenvolvimento” reinante no período em estudo, já vinha sendo veiculada mesmo antes da década de 20 e que se consubstanciou no “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores, que diz:

[...] se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

Portanto, o manifesto explicita a ideologia educacional reinante vinculada ao processo de desenvolvimento, estabelecendo a relação entre educação e desenvolvimento.

Sob esta perspectiva, nessa primeira fase da educação de Itabuna, ficou evidente a importância vital a ela atribuída como fator de desenvolvimento socioeconômico. A Figura 2 demonstra o crescimento do número de escolas municipais a partir de 1906 até 1930.

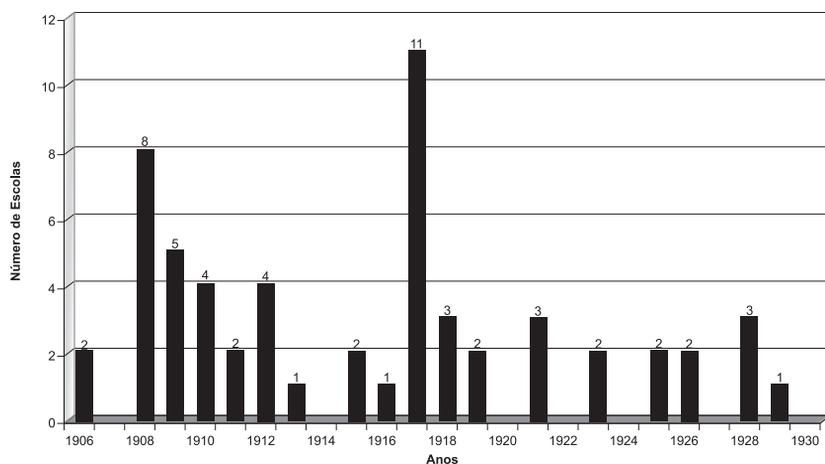


Figura 2 - Número de Escolas Municipais em Itabuna de 1906 a 1930.

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna 1906/1930.

Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908 a 1916 gestão Olyntho Leone.

Obs.: Os espaços em branco refletem a ausência de dados.

Considerando o período antecedente à emancipação político-administrativa, durante o qual a área de abrangência do futuro município possuía somente duas escolas, conforme tabela 3, verificou-se que dois anos após (1908) houve um aumento significativo do número de escolas, e esse indicador de desenvolvimento educacional atingiu cerca de 350% em relação ao período anterior. Entre os anos de 1909 e 1916 houve a incorporação de 19 novas escolas, o que significou uma relativa estabilidade no processo de crescimento. O gráfico ainda mostra que em 1917 houve a criação de um elevado número de escolas no mesmo ano, num total de 11 estabelecimentos. Um acréscimo de

40,74%, tomando como base o número de escolas criadas anteriormente, que saltou de 27 estabelecimentos para 38. Vale salientar que, nesse ano, a cidade era governada pelo intendente interino Manoel da Fonseca Dórea, o qual governou Itabuna por apenas um ano, deixando evidente que a educação era a prioridade do seu governo. Nos anos seguintes, de 1918 a 1930, nota-se que seguiu um processo estável quanto à criação de novas escolas. Deve-se salientar que até 1917 a maioria das escolas existentes do Sistema de Ensino eram públicas, pertencentes à rede de Ensino Municipal. Entretanto, a partir dessa data, observa-se que começa a crescer o número de escolas do setor privado.

Nos anos de 1914, 1920, 1922, 1924, 1927 e 1930 não existem registros documentais, nas fontes primárias, de criação de escolas no município.

Esse quadro indica que, embora houvesse um esforço das autoridades locais em ampliar a rede escolar municipal para corresponder às exigências da realidade de desenvolvimento socioeconômico e cultural ocorrido no período, verificou-se que o crescimento do número de escolas foi inferior a duas escolas por ano. Uma questão que despertou a atenção diz respeito à relação entre o número de escolas criadas e as escolas em funcionamento no período estudado.

O gráfico elaborado permite chegar à conclusão do distanciamento existente entre os ideais proclamados nos discursos dos governantes e os atos efetivamente realizados. Através das folhas de pagamento mensais dos professores, foi possível fazer esta triangulação das informações. Isso nos leva a crer que o ato de criação das escolas muitas vezes não saía do papel.

As prováveis explicações para o comportamento do gráfico a seguir (Figura 3) seriam, portanto: a distância entre o discurso político e a realidade; a influência do otimismo e do entusiasmo pela educação, criando uma realidade fictícia; ausência de vontade política para concretizar os propósitos definidos no papel; fragilidade de recursos financeiros. Enfim, percebe-se, com esses dados, a distância entre os ideais proclamados e o efetivamente realizado na época, ou seja, o dito e o feito.

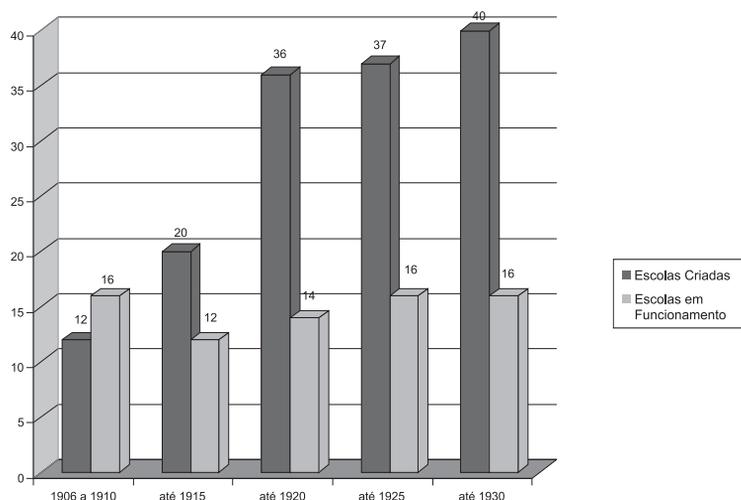


Figura 3 - Escolas Criadas X Escolas em Funcionamento. Itabuna-BA - 1906-1930.

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna (1900 a 1930).

2.4. Deficiência quantitativa da evolução da rede escolar

Durante o período em estudo, embora os dados tenham demonstrado a criação de um número significativo de escolas, estas não acompanharam o mesmo ritmo de crescimento demográfico do município no que diz respeito às crianças na faixa etária de 7 a 14 anos. Portanto, existia uma demanda potencial reprimida. Procurou-se estabelecer um comparativo entre crescimento da população de 7 a 14 anos e o crescimento do número de escolas, conforme será demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Matrícula inicial do ensino primário em Itabuna e demanda instalada:1906/1930

Anos	Oferta de Matrícula	Demanda potencial 7 a 14 anos	% Matrícula	% Fora da escola
1900	100	827	12,09%	87,91%
1910	950	2.073	45,83%	54,17%
1920	2250	4.893	45,99%	54,01%
1930	2.900	7.428	39,05%	60,95%

Fonte: Carzola, Irene. Estimativa da população do Município de Itabuna,1999. Atas do Conselho Municipal de Itabuna 1906 a 1930.

Relacionando a oferta de matrícula e a demanda instalada no período entre 1900 e 1930, conforme tabela acima, verifica-se uma significativa defasagem entre a oferta de matrícula e a demanda escolar potencial. Nota-se que a população escolar em Itabuna crescia de forma acelerada, assim como a oferta de matrícula, porém, esta não conseguia cobrir as necessidades efetivas de procura de vagas da população em idade escolar, especialmente entre 1900 e 1920, período coincidente com a emancipação político-administrativa do município e a instalação inicial da infra-estrutura básica e afirmação econômica da região no mercado externo em decorrência da expansão da cultura cacauera.

Os dados encontrados mostram que a expansão escolar ofertada pela rede de ensino do município era insuficiente para atender à demanda de crianças de uma cidade cada vez mais populosa. Em outras palavras, o que se observou foi um excepcional percentual de estudantes fora da escola. O quadro de exclusão estava assim composto: 1900 – 87,91%; 1910 - 54,17%; 1920 - 54,01% e 1930 - 60,95%.

Um dado curioso a observar foi o aumento surpreendente da demanda escolar potencial de aproximadamente 51% entre a população de 7 a 14 anos, na década de 20; em contraposição, há uma redução do número de escolas. Conseqüentemente, muitas crianças ficaram sem estudar. Essa tendência da década de 1920 parece perdurar por décadas sucessivas, como sugere a Tabela 5.

Assim, de acordo com os dados analisados, pode-se concluir, preliminarmente, que houve uma deficiência quantitativa da expansão escolar no município de Itabuna e uma parcela significativa de crianças em idade escolar ficou “marginalizada”¹³ do processo educacional.

Saviani (1986), ao estudar a problemática da seletividade no processo educacional brasileiro, escreve que a educação, em alguns contextos, é entendida como inteiramente dependente da estrutura social, cujo papel é legitimar e reforçar a marginalidade social, fruto da falta

¹³ O termo marginalizado aqui é entendido como o fenômeno da falta de acesso à escolarização.

de acesso aos bens culturais e especificamente da entrada da população em idade escolar na rede de ensino.

Esta realidade de falta de escola para as crianças, principalmente as das classes populares, quer seja em nível local ou nacional, só pode ser compreendida a partir das condições de existência (sociedade civil), pois é a partir daí que se abrem as alternativas possíveis de acesso à educação e se estabelecem os seus limites (SÁ, 1979).

2.5 Matrícula e frequência escolar

As escolas de ensino primário de Itabuna, no período em estudo, realizavam as suas matrículas a partir do final do mês de dezembro. A obrigatoriedade da primeira etapa de escolarização para as crianças começava aos sete anos de idade, sendo iniciada nas escolas elementares.

Para o aluno ingressar no sistema de ensino público ou particular, exigia-se, no ato da matrícula, que a criança, além de ter completado sete anos de idade, apresentasse os seguintes documentos: atestado de vacina contra varíola e atestado de que não sofria de nenhuma moléstia contagiosa ou repugnante.

Exemplo dessas exigências pode ser comprovado através deste anúncio da escola Catharina Paraguassu, mantida pela Loja Maçônica Areópago Itabunense, convocando os pais para a matrícula dos seus filhos:

Escola Catharina Paraguassu (Loja Areópago Itabunense), de acordo com o artigo 15 do regulamento em vigor, acha-se aberta até o dia 15 do corrente a inscrição de matrícula nesta escola. O candidato deve preencher as seguintes condições:

- a) Ser reconhecidamente pobre;
- b) Ter de 7 a 12 anos de idade;
- c) Não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante;
- d) Ser vacinado ou revacinado.

Para outras informações procurar a diretor da escola. Itabuna 3 de janeiro de 1927. Dr. C. Alpoin.¹⁴

¹⁴ Jornal *A Época* nº 89, p. 4, em 11/01/1927.

Ainda tratando da questão da matrícula e frequência dos alunos de acordo com os documentos, o número máximo em cada sala era de 60 alunos com uma frequência efetiva de 50 alunos. Vale esclarecer que no primeiro dia de aula os estudantes eram submetidos a um exame para serem “classificados” quanto ao nível de aprendizagem “[...] e facilitar o trabalho dos professores e maior aproveitamento dos alunos”, argumento apresentado pela direção da Escola Americana.¹⁵

A frequência e evasão escolares foram aspectos da educação com muito poucas informações nas fontes consultadas da época. Não existem registros consistentes que permitam apresentar dados mais concretos da frequência escolar dos alunos. Sabe-se que em 1929, na rede municipal, estavam matriculados 716 alunos, segundo artigo do jornal *A Época*.

Pelos dados levantados na tabela nº 5, poder-se-á dizer que historicamente sempre houve uma defasagem entre demanda e oferta. Tomou-se como exemplo o ano de 1920, quando a demanda escolar era de 4.893 alunos, entretanto só era atendida, segundo nota do jornal da época, uma pequena parcela da população infantil de 716 alunos. O artigo em pauta analisava o tema com um grande sentimento de euforia, como se o desempenho da rede escolar municipal fosse um dos melhores, e a universalização do ensino em nosso município já fosse uma realidade, quando, na verdade, estavam fora da escola, neste ano, 54,01% da população infantil de 7 a 14 anos. Isso demonstra que, além de não se ter assegurado o direito constitucional de acesso à educação, os dados educacionais existentes eram manipulados pelos meios de comunicação, salvo melhor juízo, para atender aos interesses da classe dominante que, certamente, controlava direta ou indiretamente todos os aparelhos de estado e ideológicos da época.

¹⁵ Jornal *A Época* nº 45 em 02/02/1929.

Implantação e Organização da Instrução Primária em Itabuna: 1906/1930

Após a emancipação político-administrativa de Itabuna, em setembro de 1906, buscou-se dar uma outra feição ao novo Município. As prioridades de ações para o seu desenvolvimento estavam ligadas inicialmente às condições materiais (infra-estrutura), fruto do clima de progresso que permeava toda a sociedade brasileira e especialmente local, motivado pela cultura de exportação do cacau de que vivia a região.

A partir da configuração do novo aspecto socioeconômico e cultural local, as exigências sociais passavam a ser outras, alavancando novas mudanças no que concerne à superestrutura. Desse modo, a escola se constituiu numa das principais exigências, tanto pelo setor político (representado pelo governo local) como pela sociedade civil (movimentos populares, igrejas, sindicatos, dentre outros), pois entendiam a educação, naquele momento, como um veículo básico de desenvolvimento.

Considerando o quadro situacional das relações existentes entre educação e sociedade, ficou demonstrado o interesse pela implantação e organização do ensino primário, através dos variados discursos, pareceres, petições, projetos e relatórios dos Intendentes e Conselheiros Municipais. Veja-se, por exemplo, o que o Presidente do Conselho Municipal (1916), Gileno Amado, num dos seus discursos defendendo a importância da Instrução Pública e a necessidade da sua organização dizia:

[...] que o problema da Instrução Pública, pela sua fundamental importância lhe desperta sempre atenção. No intuito, portanto, de organizar um regulamento para o serviço de Instrução Pública no qual pretendia regular o processo de nomeação de

professores, instituindo o concurso para os que não tiverem diploma do estado precisava preliminarmente das informações que condensou no requerimento que envia à mesa...¹⁶

O coronel intendente Manoel da Fonseca Dórea (1916), a respeito desse mesmo assunto, expunha a seguinte explicação ao presidente do Conselho Municipal, Gileno Amado, através de relatório:

[...] não discutimos a necessidade do argumento do número destas escolas, com quanto entendamos que o problema capital na instrução municipal é principalmente o de sua organização racional sob uma feição integral e uniforme com adaptação de métodos modernos, observação rigorosa dos preceitos higiênicos e, sobre tudo, o de sua instalação decente e cômoda.¹⁷

Ainda tratando da questão do interesse pela organização escolar e percebendo-a como instrumento de promoção de desenvolvimento, deixa explícita esta idéia o conselheiro Tertuliano Guedes de Pinho (1908), no parecer de número sete, quando afirma que: “[...] o futuro de qualquer país está confiado a capacidade intelectual de seus filhos e demais”.

Enfim, o que se observou através das mensagens, nesse período, foi que o Município deveria fomentar a organização e o crescimento da rede escolar como elemento estratégico de desenvolvimento para um determinado projeto político-social, o qual se implantava naquele momento histórico. De acordo com esse raciocínio, constata-se o “poder” que se atribuía à educação como redentora da sociedade e propulsora de desenvolvimento, tanto por parte da sociedade civil quanto pelo setor político local, conforme demonstra o parecer transcrito abaixo:

Ata da continuação da primeira sessão ordinária do Conselho Municipal de Itabuna. Aos dezoito dias do mês de janeiro de mil e

¹⁶ Ata da 14ª Sessão da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da cidade de Itabuna.

¹⁷ Ata da 5ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Itabuna.

novecentos e oito, às onze horas da manhã, reunidos no Paço Municipal os conselheiros, Firmino Ribeiro de Oliveira, presidente, Tertuliano Guedes de Pinho, Antônio Gonçalves Brandão, Antônio Baptista d'Oliveira, Gavino Henrique Loup, Américo Primitivo dos Santos, Adolpho Maron, 2º secretário. Sob a presidência do primeiro, foi aberta a sessão. Lida e aprovada a acta da sessão anterior passou-se ao expediente. Foi em seguida apresentado a mesa um parecer da comissão de “Legislação, Poderes, Justiça e Instrução” convertendo em Lei projecto apresentado pelo conselheiro Tertuliano Guedes de Pinho. Parecer: Considerando que a instrução é o que mudifica e reforma os costumes de um povo, concorrendo para o seu engrandecimento, considerando que é dever do Município, attender as reclamações, que como esta desperta os nossos deveres, somos de parecer que se cria a cadeia do Arraial das Ferradas como pede o projecto. Pondo o Sr. Presidente a discussão foi por unanimidade aprovada¹⁸ (grifo nosso).

Nesse parecer do conselheiro Tertuliano Guedes de Pinho (1908), fica explícita na expressão “considerando que a instrução é o que modifica e reforma os costumes de um povo” a concepção liberal de educação, manifesta na Primeira República. Segundo Luckesi, “a pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais de acordo com aptidões individuais, por isso os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classe através do desenvolvimento da cultura individual” (LUCKESI, 1990:50). Dessa forma, a educação de Itabuna estava identificada com o projeto político-pedagógico da época. As políticas de educação desenvolvidas no município eram articuladas com as questões do crescimento econômico e social, enfatizando o dever do Município para com a sua implantação e seu desenvolvimento. Nota-se que a educação tornou-se uma estratégia de luta na implantação do projeto político-social gestado para a cidade de Itabuna, refletindo-se

¹⁸ Parecer extraído do Livro de Atas do Conselho Municipal de Itabuna. Folha nº 06. Em 18/01/1908.

nas especificidades do desenvolvimento e organização escolar da época, tendo em vista o desenvolvimento da cidade.

Apesar do interesse manifestado pelos representantes das classes dominantes na ampliação e organização da educação primária em Itabuna, constatou-se que o município não implementou, no período em estudo, a infra-estrutura necessária para atender a uma população cada vez mais crescente, apesar de experienciar um vertiginoso crescimento econômico na região. Então, pressupõe-se que as autoridades locais, que viam a educação como um “veículo de crescimento econômico”, não tiveram maiores preocupações em expandir a escola a todos os segmentos sociais. Conseqüentemente, apenas um reduzido grupo teve acesso à educação, o que contrariava a política nacional da Primeira República que professava a necessidade de escola para todos e erradicação do analfabetismo.

A organização da instrução primária em Itabuna tinha as suas bases legais fundamentadas nas diretrizes estabelecidas pelo Estado, cuja legislação dispunha sobre as responsabilidades dos municípios para com a educação, conforme será tratado a seguir.

3.1 Reformas do ensino e as bases jurídicas da instrução pública de Itabuna:1906/1930

A organização do Ensino foi uma luta que ocorreu no meio político e entre os educadores desde os primeiros dias da República. Havia uma pressão constante pela implantação de Reformas Educacionais e construção de um sistema de ensino em âmbito nacional, com a finalidade de buscar soluções para os problemas educacionais. Entretanto, segundo Romanelli, não se obtinha o êxito esperado porque faltava uma infra-estrutura que garantisse a implantação das reformas e o apoio político das elites dominantes, “que viam nas idéias do reformador uma ameaça perigosa à formação da juventude cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural” (1989:42).

Apesar dos empecilhos, houve várias tentativas de organização do ensino por parte do Governo Federal na perspectiva de reconstru-

ção de um sistema educacional. E, neste sentido, várias Reformas de Ensino sucederam-se durante toda a Primeira República, como demonstra Ghiraldelli:

[...] o Governo Republicano iniciou seus dias com a Reforma Benjamim Constant (1891), dirigida ao ensino do Distrito Federal. Entre outras coisas, essa reforma criou o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (que durou apenas de 1890 a 1892) e tentou a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico com disciplinas científicas; organizou o ensino secundário, primário, normal; criou o Pedagogium (centro de aperfeiçoamento do Magistério). Tal reforma não se efetivou na prática, e suas intenções foram sufocadas com a extinção do Ministério da Instrução e com o arrefecimento do entusiasmo pela educação após 1894. Em 1911, o Governo Federal promoveu nova legislação; a Lei Orgânica Rivadávia Correia, que proporcionava total liberdade aos estabelecimentos escolares, tornando a presença facultativa e desoficializando o ensino. A reação a tal legislação se processou com a Reforma Carlos Maximiano (1915), que reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o acesso às escolas superiores. Por fim, aconteceu a Reforma Luiz Alves/Rocha Vaz, que pela primeira vez procurou estabelecer uma legislação que permitisse ao Governo Federal uma ação conjunta com os Estados da Federação no sentido do atendimento ao ensino primário (GHIRALDELLI, 1990:27).

Com a vitória dos princípios federalistas que consagravam plena autonomia aos Estados, ocorreu conseqüentemente a descentralização do ensino no Brasil, e isso fez com que o Governo Federal se omitisse em realizar parte da obrigação de oferecer educação básica à Nação. Neste sentido, o Estado da Bahia teve que assumir suas responsabilidades consagradas na Constituição da República de 1891. Para tanto, procurou-se criar condições para estruturar o sistema educacional baiano, na perspectiva de solucionar os seus graves problemas, não só no que diz respeito ao analfabetismo, mas sobretudo a oportunizar o acesso à educação a todas as crianças em idade escolar. Segundo Silva (1997), o ensino primário na Bahia expressa o pensamento nacional

do novo regime, determinando a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, tendo o Estado por seu fiador.

Para organizar o ensino na Bahia, o governo do Estado baixou preliminarmente o Ato (31 de dez/ 1889), e regulamento complementar (10 jan/1890) cujo objetivo era reformar a instrução primária e secundária, implementando, assim, o ideário republicano de democratização do ensino. E, paralelamente, fazer cumprir o dever constitucional do recenseamento escolar e da obrigatoriedade do ensino para os alunos de 7 a 13 anos, inicialmente na capital e, no término do 5º ano, em todo o Estado.

Por certo, todos os atos de governo foram reinterados na Constituição Estadual de 2 de julho de 1891, que consagrou no seu título X, capítulo 1, art. 148. “A educação primária deverá ser gratuita, obrigatória e universalizada” (SILVA, 1997)

Contudo, a Lei Estadual Nº 117 que organizava o ensino do Estado só foi promulgada em 24 de agosto de 1895. Esta lei dispunha quanto às atribuições municipais, com modificações em alguns pontos, para combater os males geradores dos desencontros e erros da educação. Como observa Silva:

Assim, ficava o Estado incumbido de criar e manter uma escola elementar para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, nas cidades, em todas as vilas e povoados mais importantes, exceto a capital, sem prejuízo daquelas que os municípios quizessem ou devessem criar e manter. Competia também ao Estado, a criação de uma ou duas escolas complementares para cada sexo nas sedes de comarca e na medida em que o município apresentasse condições financeiras assumiria o controle delas (SILVA, 1997:51).

É importante registrar que foram muitas as polêmicas em torno dessas duas questões: recenseamento escolar e obrigatoriedade escolar com destaque para essa última. Para muitos deputados baianos o Estado não tinha recursos econômicos nem estrutura para fazer cumprir esta norma constitucional. Assim, o Deputado Aristides Borges se manifestou:

O ensino obrigatório não pode ser dado neste Estado. Os nobres deputados infelizmente não conhecem as condições do sertão. Pois SS. Exas. não vêem que um homem que dificilmente passa a vida, não tem recursos para mandar seus filhos à escola, distante muitas vezes 4 ou 5 léguas? Os ilustres colegas podem mandar a escola para a casa do cidadão? (SILVA, 1997:25).

Pode-se notar que havia um relativo consenso acerca da questão. Os deputados afirmam não questionar “o direito da criança de ir à escola”, mas as condições do Estado em assegurar esse direito. Dentre estes, pode-se destacar o deputado Virgílio Lemos, segundo o qual, não se contesta o direito da criança à escola *mas, como decretar a obrigatoriedade se não temos escola e como tê-las sem retribuição honesta para o professor e sem real educação normal?*” (SILVA, 1997:25-26).

Promulgada a Constituição Baiana de 1891, o artigo 6º da lei definia: O ensino primário é de competência dos Municípios que deverão criar, manter e fiscalizar nos termos do Art.109 § 6º da Constituição, reservado ao Estado a competência que a mesma Constituição lhe garante e observadas as disposições perante a Lei. Como se observa, o ensino primário constituiu-se em responsabilidade dos Municípios. Entretanto, várias foram as dificuldades encontradas para colocá-lo em prática, conforme algumas razões que se seguem:

- a) Falta de condições materiais e espaço adequado nas escolas;
- b) Falta de recursos financeiros dos Municípios;
- c) Atraso na liberação das quotas do Estado, decorrente da falta do envio dos orçamentos pelos Municípios;
- d) Falta de envio da quota mensal dos Municípios, referente à 6ª parte da renda bruta contraída pelo Estado com o custeio do ensino primário;
- e) Política municipal negligente com a obrigatoriedade do ensino;
- f) Falta de regularidade do recenseamento escolar feito pelos Delegados Escolares nos Municípios.

Numa descrição sintética (SILVA, 1997), fornece um cenário da situação educacional baiana em 1914:

O Estado da Bahia contava em 1914 com uma população de 2.200.000 habitantes. Destes, 310.000 residiam em Salvador. A rede escolar alcançava o número de 821 escolas, sendo que 582 estaduais, 112 mantidas por municípios interioranos e 127 escolas em Salvador. Estas estavam distribuídas por cinco circunscrições assim discriminadas: 1ª Sé, São Pedro, Passo, Itapuã; 2ª Conceição, Pilar, Mares e Matoim; 3ª Vitória, Nazaré, Pirajá; 4ª Santana, Brotas, Cotegipe, Passé; 5ª Santo Antonio, Penha, Maré. Nelas a matrícula acusava 9.022 alunos, a frequência registrada foi de 6.233, incluído o ensino noturno para adultos. No interior, as 582 escolas estaduais apresentaram uma matrícula de 27.037 alunos com uma frequência de 20.713. As escolas mantidas pelos municípios (112) atestavam uma matrícula de 5.600 alunos, para uma frequência de 5.040. Diante de tal quadro, o governador Seabra lamentava: “[...] Matrícula que não atinge a 2% do total da população estadual e frequência escolar que fica abaixo de 1,5% sobre os 2.200.000 habitantes da Bahia. Nada pode ser mais triste[...]” (SILVA, 1997:54).

Diante desse quadro, fica evidente que a situação da educação nos municípios baianos, de modo geral, era precaríssima, o que preocupava as autoridades governamentais. E o Município de Itabuna não se diferenciava dos demais; pelo contrário. Os dados já apontavam que em 1910 tinha-se uma população escolar na faixa de 07 a 14 anos de 2.073 crianças, e a oferta de matrícula era apenas de 950 vagas; isso significava que 1.123 crianças estavam excluídas da escola (Vide tabela nº 5). Este impasse na educação (demanda e oferta) também foi comentado pelos meios de comunicação local. Um artigo intitulado “Uma escola na Jaqueira”, do jornal local *A Época*,¹⁹ de circulação semanal, comentava a questão assim:

Moradores da Rua Joaquim Nabuco, Avenida Mangabinha e Burundanga, reclamam, por nosso intermédio, contra o fato de a Jaqueira não possuir uma escola, pois a que lá existia, foi transferida, não se sabe porque motivo, para a rua Dr. Miguel Calmon.

¹⁹ Jornal *A Época* em 27 de abril/1029 – nº 469.

As crianças naquelas bandas, ficam assim, privada das luzes da instrução, sendo-lhes impossível caminhar todos os dias nada menos de três quilômetros para ir a escola.

Levamos a reclamação muito justa ao Sr. Intendente Municipal, e para a mesma pedimos a consideração do Sr. Delegado Escolar, certos de que os reclames serão atendidos.

Passada esta primeira etapa de discussão do direito da criança à educação, a sociedade brasileira e conseqüentemente baiana passava a exigir mudanças, visando a reduzir o analfabetismo, que em 1920 atingia 65% da população de quinze anos e mais. Dessa forma, o país é novamente abalado por uma série de reformas educacionais. São as reformas educacionais dos anos 20, quando cada Estado se encarregou de promover as suas. Na Bahia, Anísio Teixeira (1925) idealizou a implantação de escolas primárias de tempo integral, definida na Lei N^o 1.846, art. 65.

[...] Será sobretudo educativo exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento do pensamento e da expressão: guiando-lhes as atividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidando, finalmente, do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados e o conhecimento das regras elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades da região e do ambiente [...] (RIBEIRO, 1991 apud NAGLE, 1974:212).

Nesse sentido, a reforma proposta por Anísio era extensiva a todos os municípios baianos e, desse modo, a instrução primária em Itabuna buscava organizar-se tendo em vista as orientações normativas, estabelecidas por Regulamentos e Lei Estadual. Em outras palavras, o ensino primário do Município de Itabuna estava subordinado administrativamente às normas do Estado e, portanto, sujeito às condições deste para legislar e inovar. Nessa direção, a definição da Lei do Ensino

Municipal de Itabuna estabelecida a partir do Código de Posturas do Município, desde 25 de janeiro de 1908, no capítulo IX, artigo 56º, definia:

As escolas e colégios deste Município obedecerão ao regulamento do ensino estadual, sendo fiscalizados pelo Intendente. Art. 57. Fica proibido o funcionamento de escolas e colégios particulares, sem licença do Intendente. §1. As referidas escolas ou colégios não poderão ser mistas. Pena 30\$000 (trinta reis) e fechamento imediato.

De acordo com essas legislações, o governo Municipal regulamentou o ensino, através do projeto de Lei n.º 29, de 08 de março de 1909. No artigo 3º do Projeto de Lei, rezava:

[...] As três escolas Municipais que funcionam dentro do perímetro urbano da Vila, são consideradas de 3ª classe e perceberão seus professores o vencimento de um conto e seiscentos mil réis (Rs 1:600;\$000) anualmente.

Parag. 1º. As dos arraiares de Ferradas e Catulé, considerados de 4ª classe perceberão o vencimento de Rs1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis), anualmente.

Parag. 2º. Os Professores municipais que provarem no fim de cada ano letivo o aproveitamento dos seus alunos, a juízo de uma comissão examinadora nomeada pelo Intendente, receberá uma gratificação de Rs 200\$000 (duzentos mil reis).

Art. 4º Arbitrada a quantia de Rs. 3:000\$000, para aluguel das cinco casas escolares a razão de Rs.600\$000, anualmente e mais Rs 500\$000 para instalação da escola do arraial do “Catolé”.

Art. 5º Para manter a disposição da presente Lei, já foi votada no atual orçamento a verba de Rs12:400\$000 (doze contos e quatrocentos mil réis), conforme a Lei Nº 27 de 02 de dezembro de 1908. Cap. V. Art. 7º e § 1º.

Art. 6º Fica o professorado municipal, obrigado a manter nas escolas, aulas de ginásticas e exercícios físicos;

Art.7º Fica o Intendente autorizado contratar com pessoas competentes para educar em exercícios militares e esgrimas os alunos das escolas do sexo masculino, quer Municipal e quer estaduais com o ordenado de Rs100\$000, mensais.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.²⁰

Em meio a essas diferentes legislações, nota-se nos vários pareceres emitidos pela Comissão de Instrução Pública que o teor dos documentos administrativos subordinava-se aos regulamentos vigentes, como nos exemplos abaixo:

Veio à mesa com o parecer da Comissão de Instrução Pública os decretos n.º 3 e 4, de 04 de março baseado em leis Estaduais mandando que o professor bacharel Manuel Guedes Galvão e o professor Valentim da Costa Lima reassunção das funções do seu cargo, e tornando sem feito, o ato de nº 3 ato de 12 de Janeiro do mesmo ano, sendo postos a votação, foram aprovados por 5 votos contra 2. Sendo aprovado nesta mesma sessão por unanimidade vez que já tinha sido discutido em outras sessões²¹ (grifo nosso).

Parecer n.º 6. A comissão de Instrução Pública do Conselho Municipal, tomando em consideração o que alega em sua petição a professora da escola mista do Arraial de Conceição de Ferradas a vista dos mapas que provam uma matrícula de 73 alunos de ambos os sexos e uma frequência média de 52, e considerando o que dispõe a lei estadual que rege a espécie, é de parecer que seja discutido o presente²² (grifo nosso).

Pelo que se verificou, todas essas reformas implantadas no País e na Bahia foram incorporadas ao ensino de Itabuna. A base de sua organização estava respaldada nas Reformas Educacionais da Primeira República, bem como nos Regulamentos baixados pelo Estado da Bahia sobre a instrução primária e secundária e, por último, a Reforma Anísio Teixeira, de 1925.

²⁰ Livro de Ata do Conselho Municipal de Itabuna de 23/03/1909, folha 49.

²¹ Ata do Conselho Municipal de Itabuna de 8/ mar/ 1912, p. 37 – Livro: 1910/1914.

²² Ata da 4ª sessão da 3ª reunião do Conselho Municipal de Itabuna em 09/09/1919 p. 91 – L.1917/1919.

No entanto, no que pesem toda discussão e esforço de parcela dos governantes locais para dotar a rede escolar municipal de um conjunto de medidas administrativas e pedagógicas que estruturassem o sistema de ensino, o Município deparou-se com ações limitativas. E essas ações abrangiam, desde as condições físicas e materiais das escolas, o transplante cultural e pedagógico, o qual provocava uma inadequação tanto dos métodos empregados quanto dos conteúdos ministrados, até a falta de vontade política de alguns governantes. Tudo isso favorecia para o ensino em Itabuna não apresentasse um desenvolvimento satisfatório, prejudicando seu processo de universalização no município.

3.2 Estrutura e funcionamento do ensino primário em Itabuna: 1906/1930

3.2.1 Dos níveis de Ensino

Em sua estrutura, o ensino primário de Itabuna constava do curso primário fundamental com duração de seis anos. O curso compreendia dois níveis distintos: o **curso primário elementar** e o **curso primário complementar**. O primeiro nível era o curso primário elementar, obrigatório para crianças de 7 a 13 anos e deveria ser ministrado em escolas destinadas ao ensino das séries iniciais com duração de quatro anos, distribuídas em quatro séries: 1^a, 2^a, 3^a e 4^a. Quanto ao segundo nível, curso primário complementar, tinha a duração de dois anos, 1^a e 2^a séries, e destinava-se aos alunos que tinham concluído o curso elementar. Esses cursos funcionavam em regime de tempo parcial. Cada nível de escolaridade correspondia a uma determinada faixa etária e a passagem de um nível para outro pressupunha determinado desempenho e a obtenção de certificado correspondente.

3.2.1.1 O Curso Elementar

A fase inicial do processo de educação escolar era o curso elementar, primeiro nível da obrigatoriedade escolar, quando se iniciava o

processo de alfabetização. Este curso compunha-se de: escolas infantis e escolas elementares (séries iniciais).

a) Escolas Infantis²³

Ao realizar o estudo sobre as escolas infantis no município, no período de 1906 a 1930, viu-se que, nesse primeiro momento da educação em Itabuna, a escola infantil não era oferecida pelo poder público local. As crianças só tinham acesso ao ensino público a partir dos sete anos de idade na primeira série primária. Não foi registrada, no período, nenhuma escola infantil da rede municipal. Esse serviço ainda era muito restrito. O governo municipal não assumiu a responsabilidade da implantação e sustentação desse serviço educacional, muito embora se saiba que os setores dirigentes na Primeira República demonstraram preocupação com as políticas voltadas para a infância. Segundo Jussara Hermani (1995), na sua tese de doutorado sobre a educação infantil em Piracicaba, este momento foi muito rico de políticas de “atenção à criança” no que diz respeito a uma política desenvolvida pela sociedade civil e pelo Governo Federal.

Na Primeira República, as políticas públicas de atenção à criança estavam relacionadas aos problemas sociais mais graves, gerados pela abolição dos escravos, imigração da mão-de-obra européia havendo, por conseguinte, um número significativo de crianças nas ruas. Portanto, era preciso que se fizesse alguma coisa para se ter o controle social da questão. Desse modo, a atenção à educação infantil nasceu com o objetivo de proteger a criança desamparada para que não se tornasse um delinqüente. Pelo visto, não se reconhecia o grau de importância desse nível de ensino para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social. Além disso, não se atentava para o fato de que as crianças que cursavam uma pré-escola apresentavam menos dificuldades de aprendizagem e socialização nas séries seguintes.

Nesse período é possível identificar duas tendências de política para a infância. Uma para atender às crianças e adolescentes sem refe-

²³ Entendida hoje como Educação Infantil

rência familiar e outra para as criança e adolescentes em situação de risco social, refletindo-se até hoje. Então, nesse momento histórico da educação de Itabuna, a política para a infância não se direciona para o atendimento de crianças na primeira infância. As atividades deste segmento da educação foram iniciadas pela sociedade civil organizada, através da **Loja Maçônica Areópago Itabunense**. Sociedade fundada em 1922, criada com objetivos assistencialistas e patrocinada pela iniciativa privada, a qual se identificava com as políticas vigentes no país, de proteção à criança.

A primeira escola Infantil de Itabuna foi a **Escola Catharina Paraguassu**, fundada em 1926; funcionava num salão da Loja Maçônica Areópago Itabunense e oferecia, além do curso infantil, o curso elementar. Tinha como regente a professora Helena Barbosa, e o seu diretor, Claudionor Alpoim. Vale destacar que esta Instituição, ainda hoje, mantém em um de seus salões uma escola infantil, em convênio com a prefeitura municipal.

É pertinente, contudo, atentar que no geral esse nível do ensino era desconsiderado na Bahia. Silva (1997), ao tratar da questão da remuneração dos professores do Estado da Bahia, nesse período, diz que o professor infantil, que na prática só existia na capital e em número reduzido, percebia um salário inferior aos demais níveis do curso elementar. Enquanto o professor elementar da primeira classe (professor da capital) recebia duzentos mil réis (200\$000) por mês, o professor de educação infantil era desprestigiado recebendo apenas cento e sessenta e seis mil réis (166\$000) por mês.

A questão em discussão adverte que a educação infantil na Bahia, bem como em Itabuna, não foi um direito assegurado às crianças pelos poderes públicos; os elementos definidores de sua inserção ou não neste nível de escolaridade eram os fatores de ordem socioeconômica, portanto, de classe social.

b) Escolas Elementares (séries iniciais)

As escolas elementares eram voltadas para as quatro primeiras séries do ensino primário, cujo objetivo era atender à primeira etapa da obrigatoriedade escolar. Inicialmente foram bastante difundidas e lo-



Figura 4 - Prédio da antiga Maçonaria Areópago Itabunense onde funcionou a primeira escola infantil de Itabuna - 1926

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves, de Itabuna.

calizavam-se tanto na sede (zona urbana) do município quanto nos distritos (zona rural). As classes eram criadas a partir de 50 alunos com uma frequência regular. Se o número de alunos não fosse suficiente para formar classes específicas de acordo com o mesmo sexo, seriam criadas as escolas mistas de ambos os sexos.

Em geral, a regência das classes era feita pelo professor do mesmo sexo, mas quando se tratava de escolas mistas, cabia a regência às professoras. As escolas elementares tinham como objetivo ministrar conhecimentos que levassem os alunos ao aprimoramento intelectual, moral e físico. O ensino elementar das quatro primeiras séries compreendia as seguintes matérias: Português; História do Brasil; Geografia;

Aritmética; História Natural; Desenho e Trabalhos Manuais (para as meninas). Os conhecimentos ministrados tinham o objetivo de desenvolver as faculdades infantis de forma gradual e harmoniosa. Os livros destinados ao ensino eram indicados pela Inspetoria do Ensino. Como não existia uma variedade de autores, esses passavam de uma geração para outra. Consultado um ex-estudante que em 1925 cursou o 2º ano elementar na Escola São Vicente de Paulo, o jornalista Otonni Silva,²⁴ ele assim se expressou: “Era um único livro, do mesmo autor, para todas as séries [...]. O livro servia para a família inteira, não é como hoje, essa mudança danada” (entrevista concedida em 19/08/1999).

As aulas tinham uma duração de 4 horas, distribuídas em turnos matutino, vespertino e noturno. Existia um intervalo de meia hora, no meio do trabalho escolar, para descanso e recreio dos alunos, sob a fiscalização dos professores. As férias escolares eram divididas em dois períodos: no mês de junho, para as comemorações dos festejos juninos e, após os exames finais, no mês de dezembro. Os exames eram públicos, previstos tanto para as escolas públicas, quanto para as particulares, feitos através de uma “Banca Examinadora”. Os exames constavam de todas as matérias do programa correspondente à série que o aluno estivesse cursando. Os resultados dos exames eram registrados e publicados em jornais de circulação local. Ao concluírem o curso elementar, os alunos recebiam um atestado de aprovação do curso primário elementar, fornecido pelo professor.

c) Escolas Elementares Noturnas

A escola noturna em Itabuna só veio a ser fomentada em 1916, dez anos após a emancipação político-administrativa da cidade. Pelo que se percebe essa modalidade do ensino estava relegada a segundo

²⁴ Jornalista, tabelião e cacauicultor, Otonni Silva nasceu em 1915, militou no jornalismo local desde os 15 anos de idade, iniciou como tipógrafo, depois passou a gerente do jornal, a seguir chefe de redação do *Intransigente*. Foi o pioneiro na implantação da primeira emissora de rádio de Itabuna em 1956, Rádio Clube de Itabuna.



ESCOLA DA JAQUEIRA EM 1926 - PROFESSORAS: ALICE FERREIRA, ARMINDA COSTA, MARIA CONCEIÇÃO BOMFIM E DR; REINALDO SEPULVEDA, (DELEGADO ESCOLAR) - N. 1 - O Pintor Walter Moreira.

Figura 5 - Escola Elementar da Jaqueira, Itabuna-Ba, 1926 - Professores: Alice Ferreira, Arminda Costa, Maria Conceição Bonfim e Dr. Reinaldo Sepúlveda (Delegado Escolar) e alunos.

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves, de Itabuna-Ba.

plano. Os governantes não se preocupavam em assegurar escola ao cidadão itabunense adulto. A primeira escola noturna foi criada oficialmente pela lei nº 10, em setembro de 1916, aprovada por unanimidade, pelo Conselho Municipal. Porém a sua implantação não foi efetivada imediatamente pelo poder constituído. Essa denúncia foi feita pelo Colégio Cabral, no ano seguinte (1917), através de uma petição na qual requeria auxílio para manutenção de uma escola noturna.²⁵ Pressupõe-se que, a manutenção do ensino público noturno

²⁵ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 28 /09/1916 - Folha 54, livro: 1914-1917.

como compromisso político de combate ao analfabetismo não era considerado pelos governantes como uma prioridade.

As poucas escolas noturnas existentes destinavam-se a fornecer conhecimentos aos alunos trabalhadores, quase sempre do sexo masculino, maiores de 16 anos e que não pudessem frequentar aulas no período diurno. Eram muitas as dificuldades enfrentadas: falta de espaço físico; escolas afastadas da moradia dos alunos, ausência de professores e, a mais grave de todas, a falta de vontade política dos governantes da época para mantê-las funcionando. Pode-se constatar, ainda, através dos dados existentes, que as escolas noturnas ficaram quase exclusivamente sob a responsabilidade da iniciativa privada e de algumas entidades da sociedade civil organizada. Sua principal finalidade era combater o analfabetismo. A primeira escola noturna de Itabuna estava ligada a uma sociedade beneficente, **A Sociedade Monte Pio dos Artistas**, instituição fundada em 01 de novembro de 1910, por iniciativa dos artistas que visavam a prestar serviços educacionais, artísticos (filarmônica) e manter uma caixa funerária para os seus associados. Essa Instituição mantinha uma escola noturna, gratuita, com subvenção concedida pelo município, no valor de cento e cinquenta mil réis (150\$000) mensais. Nesse sentido, as suas atividades dependiam da “boa vontade” das administrações públicas municipais em liberar ou não os recursos. A prova dessas iniciativas foi a solicitação da Sociedade Monte Pio dos Artistas de restauração da subvenção que já vinha recebendo com regularidade há mais de 09 anos pela prestação de serviços educacionais à sociedade local, em especial ao ensino noturno:

[...] cuja subvenção sempre foi aplicada no funcionamento de sua escola noturna, onde compareciam, com regular frequência, meninos pobres e carentes das primeiras luzes do espírito. Parecer: O ato da administração passada cassando a contribuição mensal de (200\$000) duzentos mil réis, para o fim alegado, foi mais uma força que se veio conjugar para a propaganda do analfabetismo. O homem moderno, por si ou em direção de homens, tem o máximo do seu esforço voltado para a campanha ao analfabetismo, para a difusão da Instrução, único meio mais viável da mocidade atingir a perfeição. Somos, portanto, de parecer, que sejam restaurados os duzentos mil réis de sub-

venção mensal para a manutenção da escola noturna da “Sociedade Monte Pio dos Artistas” desta cidade, julgando, entretanto, que o seu magistério deve ser exercido por um diplomado.²⁶

Nesse parecer, como se observa, fica evidenciado que o poder constituído reconhecia no discurso a importância do ensino noturno para combater o analfabetismo; além disso, via a educação como fator de desenvolvimento social e pessoal. Não se constatou, todavia, nenhum programa especial que tivesse o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no Município e muito menos uma política de manutenção do ensino noturno, além do que ainda dificultava o trabalho das instituições que ofereciam este serviço, não liberando os recursos que estavam consignados para tal finalidade. Um exemplo significativo pode ser encontrado num jornal local de circulação semanal, *A Época*, no ano de 1929. Publicou um artigo em defesa da questão da escola noturna: “A Escola Noturna da Monte Pio”:

A Escola Noturna da Monte Pio dos Artistas concorre eficientemente para a difusão do ensino nesta cidade. Basta ver, para o demonstrar, a qualidade de meninos que freqüentam e a disciplina que se observa na referida escola. Sua matrícula já conta nada menos de 57 nomes de alunos, sua freqüência é de 47. É louvável portanto o esforço da Monte Pio no instruir os nossos pequenos conterrâneos. Tendo em vista os serviços que sua escola está prestando a infância Itabunense e a muitos adultos, a Sociedade Monte Pio dos Artistas deve continuar a mantê-la e a melhorá-la o mais possível.²⁷

Uma outra Instituição que mantinha o ensino noturno foi o **Colégio Cabral**, criado em 1917, ofertando curso Complementar (curso imediatamente superior às quatro primeiras séries), sendo também subsidiado com recursos do Município. Na petição requerendo auxílio para a manutenção da escola noturna, o documento

²⁶ Ata da 13^o Sessão Ordinária do Conselho Consultivo do Município de Itabuna, em 14/11/33, folha 30/ v 1932/1933.

²⁷ Jornal *A Época*, 10/03/29, n.º 458, livro 1929.

tecia considerações sobre a criação, por lei, de uma cadeira noturna, nesta cidade, cuja vaga até aquele momento não fora preenchida, portanto requeria a manutenção do recurso. Nesse sentido, a comissão de Instrução Pública e Fazenda apresentara o seguinte projeto de lei, n.º 8.

O Conselho Municipal decreta:

Art. 1: Fica concedida ao Colégio Cabral, nesta cidade, a subvenção anual de 2:400\$000 para manutenção de um curso noturno gratuito para crianças e adultos.

Art. 2: O Colégio gozará do favor concedido no Art.º1 desta lei aprovando ter uma matrícula de 25 alunos entre adultos e crianças e uma frequência aproximadamente.

Art. 3: A diretoria deste colégio obriga-se

- a) a não recusar matrículas até um máximo de 50 alunos qualquer aluno que pretenda freqüentar o curso salvo nos casos previstos nas leis em vigor.
- b) A não perceberem qualquer contribuição dos alunos, crianças e adultos, que freqüentarem o aludido curso.
- c) A obedecer os programas oficiais do Estado adaptando os modernos métodos de ensino.
- d) A manter as aulas das 19 às 22 horas em todos os dias úteis.

Art. 4: O pagamento da subvenção constante do art1º desta lei, será feito a contar do mês de janeiro de 1918 próximo vindouro em prestações mensais de 200\$000.

Art. 5: Esta subvenção será suspensa pelo poder executivo,

- a) quando não se verificar os requisitos especificados no Art. 3º letras a, b, c, d desta lei;
- b) quando, por qualquer motivo, for extinto o colégio;
- c) quando for dissolvida a sua atual Diretoria. Parágrafo Único. Em qualquer caso haverá recurso para o Conselho.

Art. 6: Revogam-se as disposições em contrário.²⁸

²⁸ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 25/set/1917, p. 11 – Livro 1917/1919.

O ensino noturno também era oferecido pelo colégio **São Vicente de Paulo** para crianças pobres menores de idade, em convênio com o poder público municipal. Uma outra sala noturna identificada foi a da **Sociedade Beneficente União das Classes**, fundada em 12 de setembro de 1908, destinada a oferecer aulas noturnas aos caixeiros do comércio e a seus filhos.

Observa-se que as escolas noturnas destinavam-se a combater os altos índices de analfabetismo existentes na cidade, superiores a 90% da população. É interessante atentar para mais um trecho de um parecer relativo ao ensino noturno, registrado na Ata da 13.^a sessão ordinária do Conselho Consultivo do Município de Itabuna, em 14/11/1933, dizia-se que “o homem moderno tem o máximo do seu esforço voltado para a campanha de combate ao analfabetismo, para a difusão da Instrução”,²⁹ tanto para crianças como para adultos. Pelo visto, as autoridades locais, apesar de reconhecerem a necessidade de combater o analfabetismo e ter por outro lado o discurso identificado com os ideais republicanos, as medidas práticas para a ampliação e manutenção do ensino público noturno que atendessem ao estudante jovem e adulto não se efetivaram. Em outras palavras, não foi desenvolvida uma política pública para a educação de jovens e adultos. Fez-se muito pouco por este segmento da educação. Assim, num período em que ganha corpo a questão do analfabetismo do povo brasileiro, era necessário um programa mais agressivo de combate ao analfabetismo no município, mas parece-nos que muito pouco foi feito, porque, como se observa, através das fontes primárias, só se registrou a existência de quatro escolas noturnas, num período de 24 anos. Esse quadro vem reforçar mais uma vez a hipótese de que a educação estava destinada a atender aos interesses da classe dominante, considerando-se que a escola noturna destinava-se aos trabalhadores e aos seus filhos.

²⁹ Ata do Conselho Consultivo do Município de Itabuna em 14/11/1933 p. 30 v – Livro 1932/33.



DAS PRIMEIRAS TURMAS DE ALUNOS DA ESCOLA MANOEL VITORINHO DA S. MONTE PIO DOS ARTISTAS.

Figura 6 - Escola Noturna da Sociedade Monte Pio dos Artistas - Itabuna-Ba, 1916.

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves, de Itabuna - BA.

d) Escolas Elementares Rurais

A escola rural era destinada às crianças, de 7 a 14 anos que viviam na zona rural do município, e correspondia às quatro primeiras séries iniciais. Interessa saber, aqui, quem freqüentava às aulas.

Para analisar a problemática em questão, o conceito sobre “população rural”, que pareceu mais próximo da realidade local, foi o apresentado por Palmeira (1999). Ele expõe que população rural pode ser caracterizada como “um conjunto social fracionado e complexo, cujas frações apresentam, no seu exterior, diferentes modos de relações sociais, determinadas pela organização da produção estabelecida no curso do seu desenvolvimento histórico” (PALMEIRA 1990:16). Nesse sentido, consideram-se como população rural todos aqueles

que exerciam um trabalho em torno da atividade rural e habitavam nas vilas, distritos ou povoados. Portanto, estas localidades se caracterizavam tanto pela localização, quanto pelo trabalho que seus habitantes realizavam. Lá existiam alguns serviços públicos destinados ao homem do campo e dentre eles podem-se destacar cartórios de registros de imóveis de terras e nascimento, posto de coleta de impostos e os serviços educacionais para os seus moradores.

A população rural de Itabuna na época era constituída pelos habitantes das vilas e distritos, a saber: Mutuns, Catolé, Ferradas, Buerarema (ex-Macuco); Ibicaraí (ex-Palestina); Itapé (ex-Itaúna); Floresta Azul; Santa Cruz da Vitória, São José da Vitória e Jussari. Durante os primeiros anos, essas localidades eram formadas de agrupamentos humanos cujos habitantes envolviam-se em variadas atividades, quer seja no trato da terra em si como proprietário, assalariado ou meeiro, quer seja pela comercialização de compra e venda de cacau em cartórios de registros e em pequenas lojas de comerciantes rurais. Face a estas características, a Vila de Ferradas apresenta-se como um bom exemplo. Ela reúne as condições de infra-estrutura necessárias à sobrevivência da população do campo, principalmente no ramo do comércio e da educação. Pode-se citar a padaria de Sodré Soares; o açougue de Carmosina F. da Silva; a farmácia de Prestes Rodrigues de Oliveira; a barbearia de Olegário Vieira Reis. E ainda as coletorias de Orlando Tanajura Mendes, Mano Alpedez e César Pitanga, e também o número significativo de estabelecimentos de ensino.

Assim, nessa visão de população rural, é natural a existência de um percentual da população infantil bastante significativo vivendo no campo. Portanto, a idéia da escolarização no meio rural não era uma política de atendimento para os filhos dos trabalhadores rurais, meeiros e posseiros, mas, sobretudo, para os filhos da elite cacauzeira em formação na época em que vivia no campo.

A partir dos dados coletados nas fontes primárias, foi possível elaborar um gráfico identificando o número de escolas rurais e urbanas existentes no município de Itabuna, conforme o que está demonstrado a seguir.

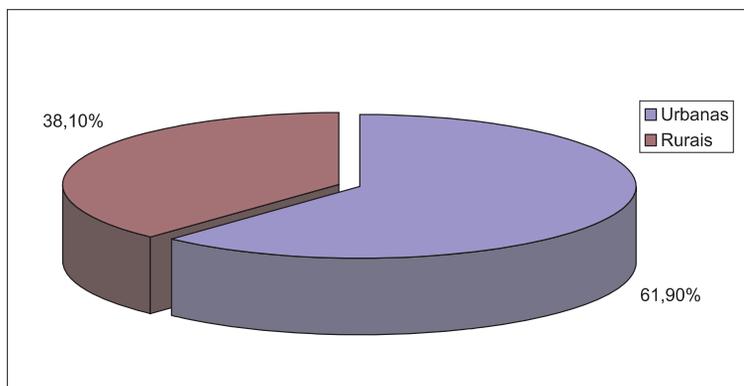


Figura 7 - Escolas Rurais e Urbanas - Itabuna-BA: 1906/1930.

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna (1900/1930).

Das 42 escolas da rede municipal de ensino de Itabuna no período em estudo, existiam 26 na zona urbana e 16 no meio rural. Isso representa em números percentuais 61,90% e 38,10% de escolas, respectivamente. Esse número de escolas criadas, a princípio, parece representar um percentual bastante significativo de vagas e, por outro lado, que atendiam às necessidades educacionais da população em idade escolar daquela época, o que não é verdade porque a demanda era muito superior à oferta, como já foi demonstrado anteriormente.

Através dos dados tabulados, tivemos a iniciativa de identificar o número de escolas existentes no meio rural, num total de 16, conforme se aponta na Tabela 6:

Tabela 6 - Escolas Elementares Rurais - Itabuna-Ba: 1906 a 1930

Localização	Número de Escolas
Distrito de Ferradas	04
Distrito de Mutuns	04
Distrito de Macuco	02
Arraial da Palha	02
Arraial de Catolé	02
Arraial Paulistano	01
Boqueirão	01
Total	16

Fonte: Ata do Conselho Municipal de Itabuna de 1906 a 1930.

Provavelmente, o fato explicativo para que houvesse esse número expressivo de escolas no meio rural, nesse período histórico, deveu-se a dois fatores: o primeiro deles diz respeito ao perfil da população rural que vivia no campo, na época. Eram grupos de famílias, em sua grande maioria proprietários de terras que ali se estabeleciam, aos quais se juntavam várias outras famílias do mesmo tronco, formando, através de gerações sucessivas, uma só parentela, a exemplo das famílias Sodré, Veloso, Ribeiro, Soares, Pinheiro, Carvalho etc., do Distrito de Ferradas.

Como se vê, portanto, a população escolar que estava no campo nesse momento histórico não era apenas o filho dos trabalhadores rurais, meeiros e agricultores pobres, mas os filhos de proprietários de terras. Logo, era preciso ter escolas para essa parcela da população. Dessa forma, os fatos levam a crer que as escolas não se destinavam à população em geral, mas aos filhos dessas famílias que iam se diferenciando pela posse da terra e prestígio social por exercer cargos políticos de administradores, coletores e outros, constituindo-se numa elite social que vivia no campo.

Embora não seja possível afirmar com segurança que houvesse diferenças profundas entre estilos de vida, gosto e mentalidade entre os filhos de proprietários que habitavam na área rural e os filhos dos trabalhadores, é possível que o fator diferencial – posse da terra – contribuisse para assegurar a prioridade das vagas nessas escolas rurais aos filhos dos proprietários. Daí a compreensão de que não parece ser por “acaso” a existência de um número significativo de escolas no meio rural, mas uma questão subordinada aos interesses de classes.

Vê-se, então, que as características da política educacional da época manifestavam-se a partir das relações da conformação estrutural da sociedade, como já foi analisado no capítulo I. Segundo Freitag (1980), as características das políticas educacionais precisam ser vistas à luz da organização da economia e da especificidade da formação social como um todo. Neste sentido, consegue-se dar fundamento ao pressuposto de que as questões educacionais estão diretamente relacionadas com as forças socioeconômicas e políticas. Daí justificar-se o número significativamente expressivo de escolas no meio rural, no período em estudo.

Quanto ao segundo ponto explicativo do número de escolas criadas no meio rural, considera-se que foi a preocupação política da década de 20 em universalizar o ensino elementar para todos e manter a população rural no campo, o que, segundo Speyer (1983), se denominou “ruralismo pedagógico”, movimento que tinha como objetivo fixar o homem no campo, evitando as correntes migratórias.

Embora as fontes demonstrem que houve um certo esforço dos governantes locais quanto à criação do número de escolas rurais, infelizmente o número de alunos em idade escolar era superior ao número de vagas disponíveis, ou seja, a oferta de escolas era inferior à procura.

Para comprovar a hipótese de que o número de vagas disponível nas escolas rurais era inferior à demanda potencial, partiu-se para a seguinte análise: segundo dados de um artigo da época, existiam 16 escolas em funcionamento no Município de Itabuna. Se todas as escolas estivessem em atividade, considerando-se uma média de 50 alunos por escola, então haveria, só no meio rural, 800 alunos freqüentando as escolas. Contudo, o que se verificou foi um número inferior ao estimado. De acordo com o artigo, no ano de 1925 havia, nas escolas municipais, uma freqüência de 265 alunos nos distritos (meio rural) e 451 na cidade, que juntas somavam 716 alunos, número bem abaixo do estimado. Conforme comentário do artigo, fica evidenciada uma tendência animadora com relação aos números apresentados, ou seja, analisa o quadro educacional na perspectiva de um bom desempenho. O artigo foi publicado no jornal *A Época* ligado à facção do poder e nele teciam-se as seguintes considerações:

[...] O Município conta com 9 escolas na sede da cidade e 7 nos distritos, inclusive no Boqueirão. O coeficiente escolar é bastante animador em todo o município, tanto que pelos mapas enviados no fim do ano passado, a esta secretaria, temos uma freqüência de 451 alunos na cidade e 265 nos distritos.

O corpo de professores muito tem se esforçado no desempenho da nobre missão que lhe é confiada, tanto que foi bastante eloqüente o resultado dos exames realizados em novembro do ano passado.

³⁰ Jornal *A Época* nº 19, p. 3, em 21/11/1925.



Figura 8 - Escola Rural de Água Branca, Itabuna (bairro Antique/Santa Inez, atualmente) - 1927.

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves, de Itabuna-BA.

Os comentários deste artigo pretendem comprovar que a rede escolar do município, quer seja na zona urbana ou rural, apresentava bons resultados. É como se o ensino já houvesse se universalizado, ou seja, todas as crianças em idade escolar tivessem estudando. Mas na realidade o que se pode comprovar, é que entre os anos 1920 e 1930 tinha-se uma demanda potencial de alunos em torno de 7.428 crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, e a oferta era de apenas 2.900 vagas. Isto significava que 4.528 crianças estavam fora do processo escolar, portanto 60,95% dos alunos estavam sem estudar.

É interessante registrar que os dados levantados não revelam a existência de qualquer escola, quer estadual ou particular, localizada no meio rural. Isto só reitera mais uma vez que o ensino no meio rural, tradicionalmente, sempre esteve ligado ao poder local, ou seja, ao município.

O ensino nas escolas rurais não passou do curso elementar (4 primeiras séries do curso primário), nenhuma escola foi registrada na

categoria complementar. Além do que, não se distinguia diferenciação do ensino urbano para o rural, a não ser no que se refere às deficiências quantitativas e qualitativas, ou seja, precárias instalações das escolas; falta de materiais escolares; localizações inadequadas; professores despreparados, dentre outros. No depoimento da professora Edite Santana³¹ (1999), encontra-se:

As condições das escolas da roça eram as piores possíveis. Agora, veja bem, na Fazenda Vandea, do Sr. Teodomiro Jordão, gerente do Banco do Brasil, na estrada velha de Buerarema, ele construiu um salão. Lembro bem: era num alto, bem arejado, tinha janelas... Ele deu para a esposa ensinar lá. Agora, em Itororó, não, a gente alugava uma sala em casa de família e aí se ensinava. Às vezes, a pessoa morava na própria casa, não tinha sanitário, água de beber, espaço para recreação... O professor era quem varria a sala com os alunos. O governo nem se preocupava, só pagava o aluguel que se chamava locação. Tinha um inspetor escolar que visitava as escolas. Ele fiscalizava tudo, fazia chamada para ver quantos alunos estavam presentes (entrevista concedida em 20 de agosto de 1999).

O jornalista Otonni Silva (1999) fez o seguinte comentário quanto a esta questão: “Pobre zona rural, feita com muita bravura. Alguns fazendeiros tinham mais cuidado e colocavam uma escolinha aqui, ali. Os professores, sempre leigos, eram os mais necessitados; os pobres é que iam ensinar na zona rural” (entrevistado em 19 de agosto de 1999).

Ao lado de tudo isso, a sua metodologia e seus conteúdos não se identificavam com as necessidades produtivas e culturais do meio rural. Aliados a essas deficiências, estava a ação do professor leigo,³² que muitas vezes não tinha sequer o curso fundamental completo e, com o

³¹ A professora nasceu em Itabuna estudou e formou-se no colégio Divina Providência em 1948. Começou a exercer a profissão no ano seguinte, nomeada pelo Estado para ensinar na zona rural, primeiro na Fazenda Vandea, depois Itororó, São José de Buerarema e no Distrito de Mutuns. Ensinou no colégio General Osório de Itabuna. Continua exercendo a profissão, ainda hoje, na Escola Nossa Senhora Santana.

³² Designação atribuída ao professor que exerce a profissão sem a habilitação legalmente requerida.

seu despreparo para o exercício da profissão, agravado pelos baixos salários, favorecia para que os problemas e a má qualidade das escolas do meio rural cada vez mais aumentassem.

3.2.2 Curso Complementar (escola primária do 2º grau)³³

Segundo Souza (1998), o curso complementar era uma instrução intermediária entre o curso elementar e a escola secundária. Para ingressar neste curso, o aluno deveria ter concluído o curso elementar. Os estudos eram divididos em dois níveis: 1º e 2º curso. Os dados não permitem detalhar a forma como o curso estava estruturado aqui em Itabuna. Segundo o professor Arléo Barbosa,³⁴ esse nível de ensino em 1905 compunha-se de um 1º curso constituído por: revisão de gramática da escola elementar, análise léxica e lógica, leitura e recitação de trechos e, no 2º curso, aprofundamento nos estudos da Sintaxe, acrescido das disciplinas: Francês, Aritmética, Álgebra, Geografia, História, Ciências Físicas e Naturais, Desenho e Ginástica (BARBOSA, 1994:85).

Neste período em estudo (1906/1930), as escolas de curso complementar existentes no município de Itabuna eram em número muito reduzido. Constatou-se que, das 5 escolas complementares existentes, somente duas escolas pertenciam à rede pública, e as demais faziam parte da rede particular de ensino, confirmando a tendência nacional.

A primeira tentativa de implantação do curso complementar veio da iniciativa privada. Foi Júlio Virginio de Sant'Ana, advogado residente nesta Vila, quem enviou uma petição ao conselho municipal de Itabuna, datada de 07/12/1909, solicitando subvenção para instalar um novo colégio no município no ano seguinte. Neste sentido, foi enviado para a comissão de legislação um projeto de Lei propondo a criação do Colégio **Atheneo Itabunense**, com o incentivo financeiro do governo municipal, através de uma subvenção de 5:000\$000 (cinco contos de réis) anuais. Em contrapartida, o município teria direito a

³³ Os termos “2º grau” e “ensino superior” expressam aqui o curso imediatamente superior ao primário elementar de 4 anos, ou seja, ao curso complementar.

³⁴ Professor Titular de História da Bahia e da Região Cacaueira da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Presidente do Instituto Histórico de Ilhéus.

10 bolsas que seriam reservadas aos alunos que provassem não poder dar continuidade aos estudos por falta de recursos. Este benefício ao aluno, porém, estaria condicionado ao desempenho escolar, ou seja, distinção em todas as matérias do curso elementar. O documento estabelecia que o Colégio Atheneo Itabunense, por sua diretoria, obrigasse-se a manter nesta Vila um Colégio de “ensino superior”, onde os alunos de ambos os sexos aprendessem as mesmas disciplinas de ensino ministradas pelo Ginásio da Bahia. Tal intento, no entanto, não se concretizou, por razões que os dados não nos permitem identificar. Foi revogada a sua criação através da Lei nº 02 de 30 de março de 1910 pelo intendente interino do município, o coronel Firmino Ribeiro de Oliveira.

Nesse mesmo ano foram criadas no município duas escolas complementares. Para ministrar aula nesta cadeira, o professor teria que ser formado por um Instituto de Ensino Secundário. A primeira escola desta modalidade foi implantada em 22 de março de 1910, destinada ao sexo feminino, regida pela professora bacharel Marieta Galvão, situava-se na rua Joaquim Nabuco, hoje Av. Dilson Cordier. No livro de registro de seis do município de Itabuna de 1908 a 1916 - gestão Olyntho Leane, encontra-se o registro da Lei que criou esta escola complementar.

O Coronel Firmino Ribeiro de Oliveira Intendente Interino do Município de Itabuna.

Faço saber a todos os seus habitantes que o Concelho Municipal decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Lei nº 1. O Conselho da Vila de Itabuna decreta:

Art. 1º Fica o Coronel Intendente autorizado a criar uma escola primária do segundo grau, do sexo feminino, com sede nesta Vila, cujos planos regulamentares deverão ser apresentados pelo Intendente de acordo com a lei do ensino.

Art. 2º Fica autorizado também a retirar da verba “Instrução Pública” a quantia de três contos e quatrocentos mil réis, sendo dois contos de réis para ordenado da professora, e um conto e quatrocentos mil réis para o aluguel de prédio escolar e despesas do primeiro estabelecimento.

Art. 3º Só poderá ocupar esta cadeira uma moça diplomada por instituto de ensino secundário.

Art. 4º Só poderão ser aceitos como alunos do referido estabelecimento, aqueles que apresentarem atestado de aprovação do curso de aula primária, dados pelos respectivos professores.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Conselho Municipal de Itabuna em 21 de março de 1910.

Tertuliano Guedes de Pinho

P. Antônio Gonçalves Brandão

1º S. Adolfo Maron

2º S. Gavino Henrique Loup

Américo Primitivo dos Santos

Publique-se e cumpra-se³⁵

Em seguida, a 30 de março do mesmo ano, foi criada a segunda escola complementar, do sexo masculino, em substituição ao Colégio Atheneo Itabunense, através da Lei nº 02, assim redigida:

O Coronel Firmino Ribeiro de Oliveira

Intendente Interino do Município de Itabuna.

Faço saber a todos os seus habitantes que o Conselho Municipal decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Lei nº 2 O Conselho Municipal da Vila de Itabuna decreta:

Art. 1º Ficam revogadas as disposições que criou a Ateneo Itabunense, criando-se em substituição uma escola de ensino secundário para o sexo masculino.

Art. 2º Neste estabelecimento será ministrada aos alunos o ensino de humanidades de acordo com o desenvolvimento intelectual de cada um.

³⁵ Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908 a 1916 – gestão Olyntho Leone.

Art. 3º Ordenado do professor será: 2: 400\$000 anuais pagos em prestações mensais.

Art. 4º Fica o Intendente autorizado a adquirir prédio apropriado para a aludida escola e o mobiliário que se fizer mister.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. Salas da Sessões do Conselho Municipal de Itabuna, 30 de Março 1910.

Tertuliano Guedes de Pinho

P. Antônio Gonçalves Brandão

1.º S. Adolfo Maron

2.º S. Antônio Batista de Oliveira

Gavino Henrique Loup

Américo Primitivo dos Santos

Publique-se e cumpra-se.³⁶

O ensino complementar, segundo depoimentos, equivalia ao curso ginásial e permitia o ingresso no ensino secundário (que correspondia ao nível médio), “após fazer exames de suficiência, que era, na época, uma espécie de admissão”. Ao término deste curso, os alunos itabunenses, em geral, encerravam a sua carreira estudantil, considerando que aqui no município ainda não existiam escolas em nível de ensino secundário. Obviamente, existiram alguns poucos privilegiados economicamente que deram continuidade aos estudos, deslocando-se para outras cidades ou para fora do país. De modo geral, as meninas iam estudar em Ilhéus e ficavam em regime de internato no Instituto Nossa Senhora da Piedade,³⁷ tendo em vista ser um colégio destinado ao sexo feminino; outros estudantes deslocavam-se para Salvador e, quase sempre, iam estudar no Instituto Normal de Educação; eram os filhos dos coronéis ou ricos comerciantes de famílias tradicionais: Benevides,

³⁶ Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908/1916 – gestão Olyntho Leone – n.º 1.

³⁷ Estabelecimento de ensino feminino, fundado em 1916, dirigido pelas religiosas Ursulinas. Em março de 1920 iniciou o seu curso Normal para formação de professores, o primeiro da região.

Amado, Kruschewsky e outros que se deslocavam para a capital do País ou até para o exterior, ficando clara a diferenciação de classes.

Em 1917 foi criado um outro colégio particular, o **Colégio Cabral**, sob a direção de Álvaro Augusto Passos, com o objetivo de oferecer um ensino de “nível superior” através do curso primário complementar. Era uma escola mista, em regime parcial de tempo, organizada de forma seriada. O currículo compreendia as disciplinas: Caligrafia e Ditado; Português; Francês; Aritmética; Desenho; Geografia; História do Brasil e História Natural. Os alunos, ao final do ano, eram submetidos a exames finais para “testemunhar publicamente algo dos esforços daqueles que se comprometem a educar a infância” (*Jornal A Época*, em 18 de novembro de 1917).

Em seguida foi criado o colégio **São Vicente de Paulo**, em 1918, o qual estava vinculado à Sociedade São Vicente de Paulo³⁸ e prestava serviços nos mais variados campos sociais, dentre eles, o educacional. O referido colégio teve como principal idealizador, o Monsenhor Moisés Gonsalves Couto (1918), que, ao colocar a primeira pedra para a construção da capela Santo Antônio, afirmou que ali seria construído um edifício destinado à educação e amparo de crianças pobres (*Port. Clerical* 25 nov./1918:8). Nesse mesmo ano, a Escola Vicentina passou a funcionar nos fundos da igreja Santo Antonio, onde hoje é o Colégio Divina Providência. Este colégio era dirigido pelo padre André Costa, destinado ao sexo masculino; funcionava em regime de internato, semi-internato e externato. Oferecia o curso primário elementar e complementar e, além das aulas vicentinas gratuitas, mantinham-se cursos particulares de línguas, ciências, matemática e preparatória. Seguem, a título de registro histórico, anúncios publicados em jornais de circulação local:

Colégio São Vicente de Paulo.

Internato, semi-internato e externato.

Este Colégio além da aula Vicentina gratuita, mantém um cur-

³⁸ Entidade de caráter religioso confessional, fundada nesta cidade em 30 de novembro de 1913, primeira instituição beneficente com a finalidade de prestar serviços à “pobreza desvalida” deste município. Tinha como presidente Celso Fontes Lima.



Figura 9 - Escola Elementar do Colégio Vicentino - Itabuna- Ba, 1918

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves de Itabuna-Ba

so particular de línguas, ciências e matemática e o de preparatório, que funciona das 19 às 21 horas.³⁹

Aviso

Para os devidos fins aviso aos senhores paes de família que a reabertura do colégio São Vicente de Paulo será a 3 de Fevereiro de 1926. Tendo o mesmo de passar uma reforma radical, achar-se-á em condições de oferecer vantagens sobre qualquer outro estabelecimento congênera.

No próximo ano fará parte do seu corpo docente, além do diretor, prof. Américo Guimarães Costa, Dr. Raimundo Costa, prof.^a Julia Costa, o senhor Dr. Claudionor Alpoim. O colégio manterá um curso particular de línguas e comercial.

Padre André Costa - Diretor.⁴⁰

³⁹ Jornal *A Época*, número 17, folha 4, em 04/03/1925.

⁴⁰ Jornal *A Época*, número 55, folha 2 em 05/12/1925.

Para complementar as informações recorreu-se ao depoimento de Ottoni Silva, ex-estudante do 2º curso elementar desta escola, no ano de 1925, cuja idade não confunde as suas lembranças. Ao apresentar-lhe uma lista dos ex-colegas, imediatamente a recordação levou-o a identificar características desses como: nome dos pais, onde moravam, apelidos, profissões, se falecidos etc. Apresenta-se abaixo como ilustração um fragmento do resultado dos exames finais do colégio ora em estudo, na qual consta o nome do nosso depoente.

Colégio São Vicente de Paulo.

Resultado geral do Colégio São Vicente de Paulo, realizado em 16, 17 e 18 de novembro de 1925.

2º Curso Elementar/Banca Examinadora

Presidente: Dra. Alzira Franco/Examinadores: Prof.^a Alice Leite. Prof. Américo Costa e Dr. Raymundo G. Costa.

Afonso Kauark, distinção. Faustino Nascimento, Distinção. **Ottoni Silva, plenamente 9,5**; Aristides Alves, plenamente 7; José Midlej, plenamente 6; Antonio Midlej, plenamente 6; Henrique Wense, plenamente 6; Antônio Barros, plenamente 6; Reynaldo Pereira, plenamente 6; João Pereira, simplesmente 5; Antônio Bastos, simplesmente 4. Foram 2 reprovados, não compareceram: 2 (destaque nosso).

Em 1924, seis anos após a criação do colégio complementar Vicentino Masculino, foi fundado o **Colégio Divina Providência** por iniciativa da mesma Sociedade e, também, por intermédio do vigário monsenhor Moisés Gonçalves de Couto, o qual defendia que “Itabuna precisava de um colégio decente para moças nos mesmos moldes dos existentes na Bahia” (SILVEIRA, 1976), o qual foi administrado pelas irmãs de Santa Catharina de Sena, até o ano de 1940.

Mas todas essas iniciativas ainda eram insuficientes para atender a demanda escolar nesse nível de escolaridade. Nesse sentido, os excluídos do processo educacional eram as crianças cujos pais tinham um baixo poder aquisitivo.

Aliados ao fator econômico, existiam outros de diferentes naturezas. Dentre eles, pode-se destacar a questão de gênero. A mulher,

estava destinada a ter uma escolaridade baixa, apenas em nível de curso elementar. Esses conhecimentos eram considerados suficientes para a sua formação, não havendo necessidade de dar prosseguimento aos estudos porque a ela estava reservada prioritariamente a função de esposa/mãe.

O jornalista Ottoni Silva (1999), em entrevista, assim, se expressou ao analisar o papel que se atribuía à mulher da sociedade Itabunense na época:

A mulher de antigamente se preparava para casar, tinha que saber tocar piano, bordar muito bem. Ela ia pra escola se preparar para casar... Era a dona de casa, a professora dos seus filhos, a virtuosa mulher que só se dedicava aos trabalhos da casa [...]" (Ottoni Silva, 1999).

Quanto aos homens, muitos não prosseguiram os estudos pela necessidade de trabalhar para ajudar a família, pois um bom número de alunos, segundo depoentes, era o que se pode chamar hoje de classe média e média baixa, e precisavam trabalhar também. A professora Litza Câmara⁴¹ assim se expressou sobre a questão da continuidade dos estudos:

[...] havia a preocupação em colocar a criança na escola para aprender a ler e a escrever, tanto que havia um número enorme de 1ª e 2ª séries e, na 3ª e 4ª séries, muito poucas salas, um "funil". Pois os pais tiravam os alunos para ajudá-los. Por exemplo, na escola Lúcia Oliveira, havia aulas aos sábados, mas a escola ficava deserta, porque os pais tiravam os meninos para ajudar, quer seja: ficar com os irmãos menores, ou ganhar um dinheiro com carrinho de feira [...] (Entrevista concedida em 25/03/1999).

⁴¹ A professora nasceu em Itabuna em 1922, fez o seu curso elementar e fundamental no colégio Divina Providência/Itabuna e o curso normal em Salvador, no Instituto Normal de Educação, em 1939. Iniciou a sua carreira profissional no ensino público em 1940, na zona rural (Itaúna, hoje Itapé). A partir daí, dedicou-se às causas do desenvolvimento regional, ministrando aulas e ocupando cargos técnicos e administrativos. Fundadora dos colégios Firmino Alves, Comercial de Itabuna e professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, é considerada uma das pioneiras da educação em Itabuna.

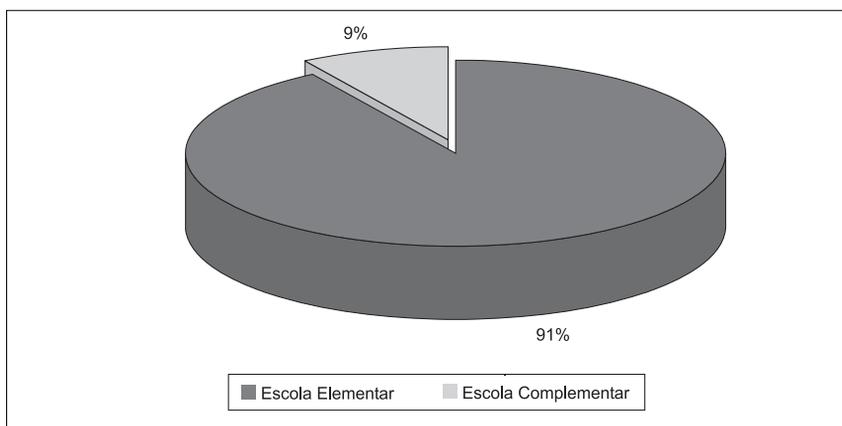


Figura 11 - Número de Escolas Elementares e Complementares de Itabuna: 1906/1930.

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna de 1900 a 1930.

Nesse gráfico, como se pode verificar, fica caracterizada a forma como a rede de ensino de Itabuna estava estruturada. Através dos dados tabulados, evidencia-se o número reduzido de escolas, correspondente ao curso complementar. Assim, entre 1906 e 1930 chegou-se a ter 53 escolas elementares e apenas 05 complementares, o que corresponde, em percentuais, a 91% para as primeiras e 9% para as segundas. Como se vê, a rede de ensino do município compunha-se, quase que exclusivamente, do curso elementar, com um número muito reduzido de escolas complementares, sendo privilégio de poucos a continuidade dos estudos, considerando-se, ainda, que, destas, apenas duas eram públicas.

Esse quadro educacional explicita o processo seletivo a que as classes populares estavam submetidas. Daí o questionamento: como dar continuidade aos estudos, se não existiam escolas públicas complementares para as crianças das classes populares que não podiam pagar às escolas particulares?

Moll, ao tratar dessa questão, expõe o papel das escolas no contexto social dizendo: “ela ratifica o que está ‘socialmente determinado’, separa o que recebe devidamente diferenciado pela posição econômica que os indivíduos ocupam.” (1996:35).

É ainda Bordieu e Passeron (1975) que identificam a escola como aparelho ideológico do Estado, responsável pela reprodução da ideologia que mantém o *status quo*, garantindo a reprodução das classes sociais.

Nesse sentido, as evidências históricas ratificam que os alunos das classes populares não davam continuidade aos estudos por falta absoluta de condições econômicas para ingressar em escolas particulares, considerando-se a quase inexistência de escolas públicas neste nível. Daí tudo leva a crer que a questão da escolaridade era um privilégio das classes dominantes.

É verdade, pelo que se constatou, que o número de escolas do curso complementar na cidade era muito escasso, e certamente, a situação da zona rural era caótica, tanto no que se refere ao aspecto quantitativo, quanto às condições de instalações e de trabalho das escolas.

3.3 Tipos de escolas

Na organização do sistema de ensino de Itabuna, as escolas classificavam-se considerando-se dois aspectos: o primeiro diz respeito a sua localização geográfica, e o segundo, ao número de turmas e/ou das concepções educacionais. Quanto ao primeiro aspecto, as escolas são classificadas em 1ª, 2ª e 3ª classes. Essa tipologia era definida considerando-se o local onde a escola se encontrasse: se na capital, em outras cidades e/ou distritos até povoados, respectivamente. Em outras palavras, as escolas elementares de 1ª classe localizavam-se na capital; as de segunda classe, nas cidades e sedes dos municípios e as de 3ª classe, nas vilas e distritos. Aqui em Itabuna, até 1930, só existiam os dois últimos tipos de escolas, sendo 42 de 2ª classe e 16 de 3ª classe, que correspondiam a 72% e 28% respectivamente. Esse tipo de classificação de escolas pode ser comprovado através de trechos do parecer número 14 da Comissão de Instrução Pública,⁴² conforme segue abaixo:

⁴² Ata da 12ª Sessão da 1ª reunião do Conselho Municipal de Itabuna em 24 de abril de 1918, p. 48, livro: 1917/1919.

[...] Aplicação da verba “Instrução Pública” resolve qualquer dúvida. Há neste Município três classes de professores: os do Perímetro urbano, os distritos rurais e os adjuntos ultimamente criadas vencendo os primeiros 2:000\$000 os terceiros 1:333\$000 de acordo com a tabela Estadual [...]

§1º ao §3º do artigo 2º redija-se:

II vencimentos de 10 professores de 2ª classe, com sede no perímetro Urbano á 2: 000\$000 - 20:000\$000.

III Consignação de 25% para locação escolar- 5:000\$000.

IV vencimento de 06 professores de 3ª classe, com sede nos distritos escolar- 2: 400\$.

VI- Ordenado de 03 adjuntos criadas pela lei n.º 36º de 13 de outubro de 1917- 4: 000\$000.

VIII Material Escolar 5:254\$000 (grifo nosso).

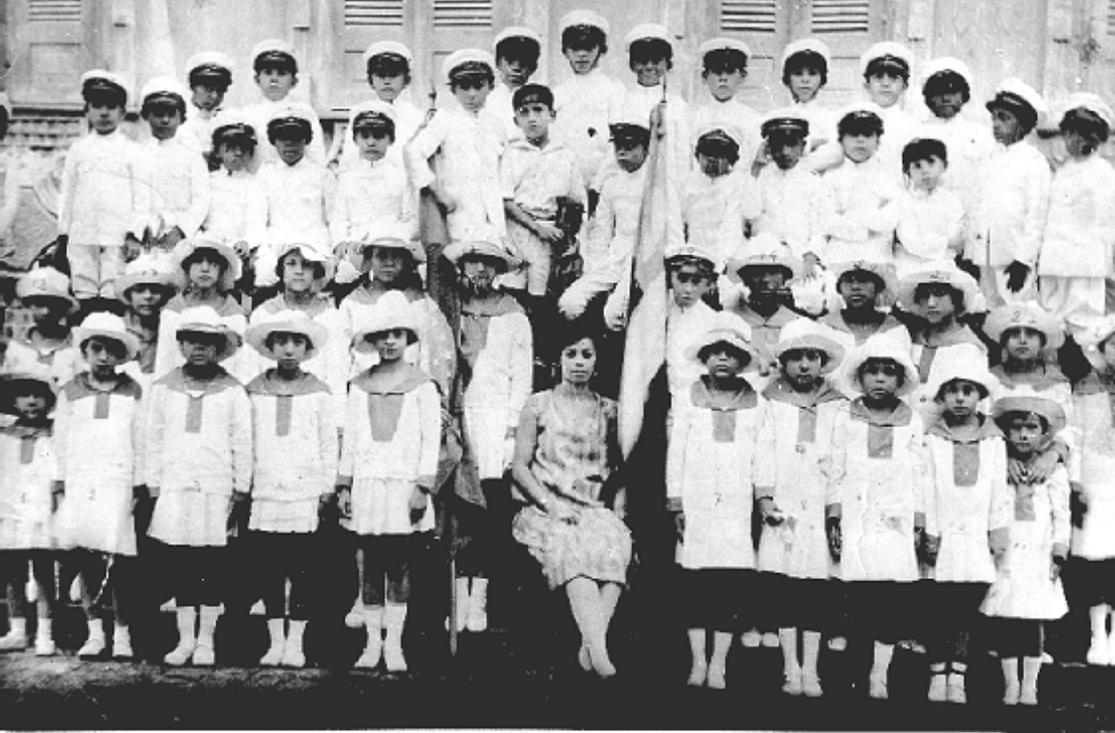
Pela classificação do tipo de escolas sob o enfoque do número de turmas e ou concepção pedagógica, estas estavam assim denominadas: escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares.

a) Escolas Isoladas (1906/1930)

Entendia-se como escola isolada aquela escola de uma só turma em que o professor ministrava aulas para alunos de diferentes séries (classes heterogêneas, multisseriadas).

Neste período delimitado para a realização da pesquisa, 1906 a 1930, constatou-se que as escolas existentes no município eram todas do tipo escolas isoladas. Segundo pesquisa realizada pelo prof. Edivaldo Boaventura (1977) da Universidade Federal da Bahia - UFBA, as escolas na Bahia, nesse período, na sua quase totalidade apresentavam esta modalidade de organização do ensino.

Então, das 42 escolas da rede municipal de Itabuna, 40 eram do tipo isoladas, 02 eram escolas reunidas. Quanto aos grupos escolares, o município só começou a construir um prédio escolar dentro dos padrões modernos, na modalidade de educação graduada, em 1931. Era prefeito do município, nessa época, Glycerio Esteves de Lima, e intendente interino da Bahia, general Raimundo Barbosa.



D. ALZIRA PAIM PIRES, UMA DAS PRIMEIRAS EDUCADORAS DE ITABUNA, ENTRE UMA DAS PRIMEIRAS TURMAS DE SEUS ALUNOS.

Figura 12 - Escola isolada da professora Alzira Paim Pires - Itabuna-Ba, 1923.

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves, Itabuna-BA.

b) Escolas Reunidas (1930/1935)

Era a reunião de até quatro turmas em um mesmo local (prédio), porém funcionando independentes entre si, como escolas isoladas. Esse tipo de escola só foi implantada em Itabuna em 1930, com um atraso histórico de 37 anos, se comparado ao Estado de São Paulo em que, desde o início da República, em 1893, já existia esta modalidade de escola. A primeira Escola Reunida instalada aqui funcionou no antigo prédio da prefeitura, localizada na rua Barão do Rio Branco,⁴³ após uma adaptação do prédio para tal finalidade. Um artigo

⁴³ Onde hoje funciona a Junta do Trabalho o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª vara de Itabuna (TRT).

publicado no *Jornal Oficial do Município*, de 1931, comenta o evento de inauguração do prédio escolar:

[...] preenchendo velha aspiração do professorado itabunense, cujas escolas, em sua maioria se achavam localizadas deficientemente e desprovidas do mobiliário indispensável, foi inaugurado no dia 07 de setembro o prédio destinado pela prefeitura para o funcionamento das Escolas Reunidas desta cidade.⁴⁴

Ainda segundo o artigo, a solenidade de inauguração foi bastante concorrida com a presença de autoridades políticas, professores, filarmônica “Euterpe Itabunense”, a qual acompanhou os “vários colégios devidamente uniformizados” até o prédio inaugurar-se. No local, o prefeito declarou aberta a sessão, havendo vários discursos de autoridades e poesias recitadas pelos colegiais sobre o 7 de setembro, data da Independência do Brasil, bem como a “inauguração de tão meritória obra”.

Após o ato de inauguração, o prefeito local Glycério Lima telegrafou ao interventor da Bahia com as seguintes palavras:

Interventor – Bahia – cumpro grato dever comunicar vossência acabo inaugurar Prédio Escolar cuja necessidade de Itabuna de há muito pleiteava devido má localização de suas escolas, soffrendo professorado innumeradas dificuldades. Respeitosas saudações.

Glycério Lima – Prefeito.

Em resposta recebeu o prefeito o seguinte telegrama:

Prefeito Itabuna – Agradeço gentileza comunicação inauguração Prédio Escolar e louvo vossos esforços em prol engrandecimento Itabuna, a cujo povo envio saudações cordiais.

General Barbosa – Interventor Interino

⁴⁴ *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, nº 20 em 12 de setembro de 1931.

Figura 13 - Rua Barão do Rio Branco, onde funcionou a Primeira Escola Reunida de Itabuna - 1931.

Fonte: Acervo pessoal de Nilton Ramos.

c) Grupos Escolares (1935...)

Escolas com mais de cinco turmas, entendida como escola graduada de várias salas de aula e professores, que seriam reunidas em um só prédio, construído ou adaptado para tal fim, com uma organização administrativa e pedagógica moderna do ensino primário. Apesar de os Grupos Escolares já estarem implantados na organização do sistema escolar brasileiro desde o início da República, aqui em Itabuna só foi encontrada referência a este tipo de organização escolar, 30 anos depois.

A criação do primeiro grupo escolar ocorreu no ano de 1935, período posterior ao da pesquisa, com o Colégio Lúcia Oliveira, cuja inauguração foi marcada com muitas comemorações pelas autoridades e comunidade local. Sobre este evento o jornal Oficial do Município, de 09 de novembro de 1935, comenta:

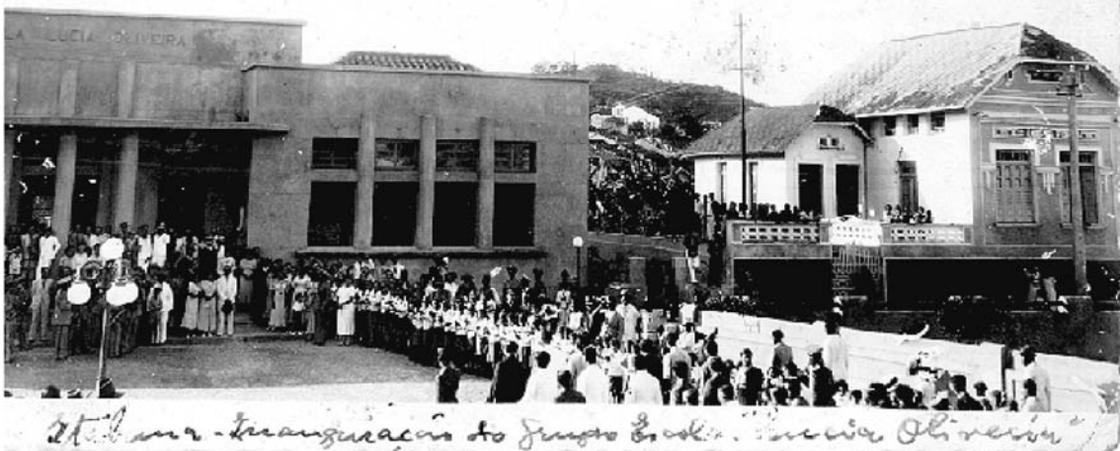


Figura 14 - Inauguração do primeiro grupo escolar de Itabuna, o Lúcia Oliveira - 1935.

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves de Itabuna-Ba.

[...] no dia 5 do corrente foi a inauguração do Prédio Escolar e da Escola Lúcia Oliveira, com as presenças do Exmo^o. Sr. Cap. Juracy Magalhães, governador do Estado, Dr. Gileno Amado, d.d. Secretário da Fazenda Estadual, Prefeito Dr. Claudionor Alpoim, deputado Dr. Antônio Cordeiro de Miranda, autoridades, representantes das sociedades locais, filarmônicas "Euterpe Itabunense" e "Amantes da Lyra", cavalheiros e exmas. Famílias da alta sociedade itabunense, representantes da imprensa, colégios e grande massa popular.

A inauguração foi presidida pelo Governador do Estado. As autoridades presentes fizeram uso da palavra e foram unânimes em valorizar a obra meritória construída pelo município, com a colaboração do Governo do Estado, a qual iria atender aos múltiplos interesses de Itabuna.

3.4 Organização das escolas

Depois dessa visão panorâmica das características gerais das escolas itabunenses até os anos 30, analisar-se-á os modos internos, segundo os quais elas se organizavam. Constatou-se que não era permitida a formação de salas de aula com a coexistência dos sexos. Os modos de organização eram diferenciados, ou seja, escola para meninos e escola para meninas. Contudo, nos locais onde era insuficiente o número de alunos de um e de outro sexo, mesmo tratando-se da zona urbana, recorria-se a um expediente administrativo para que fosse possível o funcionamento das escolas mistas (co-educação). Em se tratando da zona rural, essa prática já era um fato usual. O gráfico número 5 mostra a distribuição das escolas, considerando-se a seguinte organização: Escolas do sexo feminino, Escolas do sexo masculino e Escolas mistas.

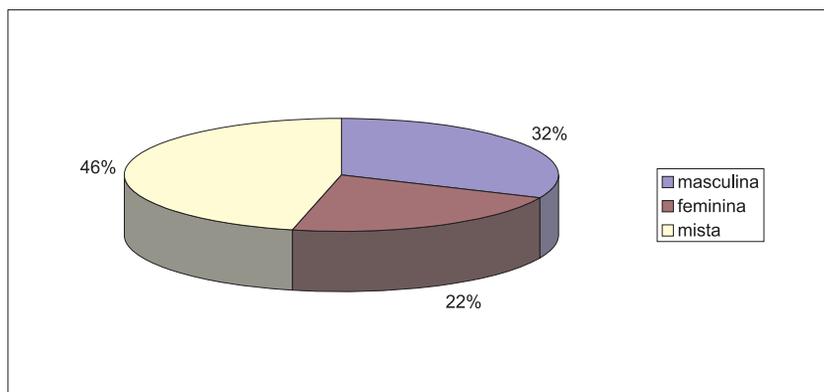


Figura 15 - Organização das Escolas Municipais de Itabuna-BA por Gênero, 1906/1930.

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna, 1900/1930.

Das 42 escolas municipais, 13 escolas eram masculinas, nove femininas e 20 mistas, o que corresponde em números percentuais a 32%, 22%, 46%, respectivamente. Observa-se também um número maior de escolas masculinas em relação às femininas, questão já discutida anteriormente.

3.5 Gastos do município com a instrução Pública de 1906 -1930

A partir de 1549, quando para aqui veio Tomé de Souza, o primeiro governador geral do Brasil, e trouxe três padres e dois irmãos coadjuvantes para trabalharem na conversão das almas e fundação de colégios no Brasil, as fontes de recursos para o custeio do projeto educacional já estavam previstas. A primeira fonte foi um dote para a construção e equipamento dos colégios, e a segunda, a doação de terras para usufruto dos trabalhos religiosos e para delas buscar seu sustento material (MOLEVADE, 1997:52), iniciando-se, assim, o processo de financiamento do setor público ao processo educacional no Brasil.

Com a expulsão dos jesuítas em 1758, o Marquês de Pombal elaborou um novo modelo de financiamento para a educação, “o subsídio literário”, uma taxa a ser cobrada pelas Câmaras Municipais sobre a venda de carnes, vinhos e aguardentes, a qual assegurava o pagamento dos professores. A partir daí, principalmente em decorrência do Ato Adicional de 1834, os governos Imperial e Provincial organizaram os seus sistemas tributários, próprios para financiar a educação. O sistema municipal, porém, ficou privado desse poder (MELCHIOR, 1993).

Com o advento da República, os princípios federalistas se impuseram e os Estados tornaram-se autônomos. A Bahia, no seu texto Constitucional de 1891, propõe que o ensino primário seja organizado pelos municípios, nos termos do art. 109 § 6º, da Constituição e em um dos seus dispositivos estava previsto o encargo de custear as escolas públicas. Maria da Conceição Silva afirma que “o Município ficaria obrigado a aplicar, no mínimo, a sexta parte da sua receita bruta, além de impostos que, por força de lei, seriam destinados à instrução, como o chamado imposto de captação, no limite de dois mil réis por contribuinte (art. 12)” (SILVA 1999:46).

Cabe destacar a problemática que estava imbricada nessa legislação. Com a descentralização do ensino, muitos problemas decorreram, e o primeiro deles diz respeito aos poucos recursos financeiros dos municípios. O custeio da educação para muitos municípios baianos constituía-se num encargo insustentável pela penúria financeira na qual viviam, questão amplamente discutida pelos educadores e pelos parlamentares da época.

Isso concorria para que o ensino baiano não atingisse sequer 50% da sua população em idade escolar. Os jornais da época questionavam “a fragilidade dos nossos municípios” frente às deficiências e dificuldades encontradas no ensino primário. Diante da fragilidade da rede de ensino, o governo estadual, de Araújo Pinho (1908/1911), buscou reorganizar a administração do ensino, estabelecendo limites e novas atribuições aos municípios, a saber:

Ao Conselho Municipal só cabia criar, transferir ou suprir escolas; decretar taxas e valorizar a criação do fundo escolar. Ao Estado cabia organizar, regular, superintender e dirigir a instrução (SILVA, 1997:53).

Analisando o novo ordenamento das atribuições dos municípios relativo à instrução primária, observou-se que não se alteraram substancialmente. A questão principal, ou seja, os recursos financeiros, permaneceu a mesma, intocável. A saída apresentada para superar as dificuldades financeiras dos municípios foi a criação de um “fundo escolar para o custeio das escolas”, cuja aplicabilidade ficava a desejar.

A partir da Constituição baiana de 1891, o Código de Postura de Itabuna de 25/01/1908 estabeleceu, no capítulo IX, relativo às escolas, os gastos do município para com a Instrução Pública, ficando assim definido, no artigo 5º do documento: “Para manter a disposição da presente Lei, já foi votada no atual orçamento a verba de R\$ 12:400\$00 (doze contos e quatrocentos mil réis), conforme a Lei nº 27 de dezembro de 1908, Cap. V, art. 7º e § 1º”.

A percentagem de gastos com a educação em Itabuna durante o período em estudo pautou-se nos índices estabelecidos pela Constituição Estadual de 1891, que considerava a aplicação da sexta parte da sua receita bruta municipal na Instrução Pública. Para se ter uma idéia mais clara da aplicação dos recursos, elaborou-se um gráfico para acompanhar a evolução dos índices aplicados.

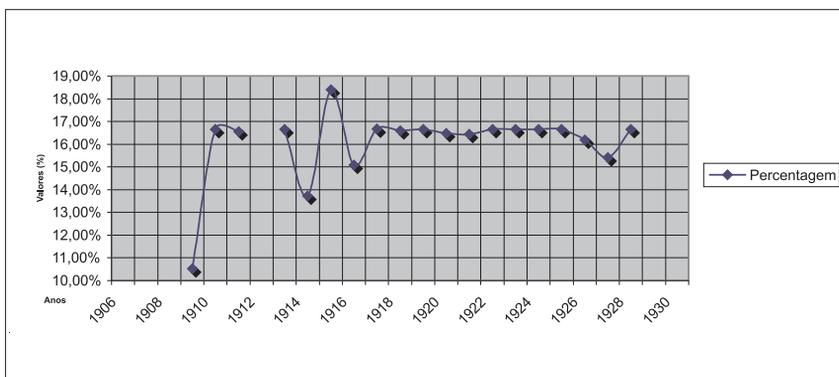


Figura 16 - Percentagem da Receita Municipal Gasta com Instrução Pública de 1906 a 1930.

Fonte: Atas das sessões do Conselho Municipal de Itabuna de 1906 a 1930.

Obs: Os dados relativos às despesas com instrução pública nos anos de 1912, 1929 e 1930 não foram encontrados.

Analisando o gráfico, constata-se que, após 1910, período em que a vila de Itabuna se torna cidade, a aplicação das verbas para a educação sofreu pequenas alterações na sua distribuição entre os anos de 1910 a 1930, sempre próximas ao índice constitucional. As variações para baixo, relativamente significativas, ocorreram nos anos 1914, 1916 e 1927 e, para cima, apenas no ano de 1915.

O cumprimento dos preceitos constitucionais relativos aos gastos com a instrução pública do município, naquele período, teve provavelmente como um grande aliado o acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado. Sua ação ficou bastante evidenciada na Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Itabuna do dia 30/01/1920, na qual foi lida a resolução do Tribunal de Contas do Estado, rejeitando o orçamento do município para o exercício de 1920. Exigiu-se modificação na verba “Instrução Pública” e a retificação dos ordenados dos professores, de acordo com as leis estaduais em vigor. Quanto aos demais pontos, “que são erros de cópias, sem maiores conseqüências”, mais adiante foi lido o parecer da comissão:

[...] Assim, entende a comissão que deve ser discutido e votado o seguinte projeto: O Conselho Municipal em conformidade

com a decisão do Tribunal de Contas nos autos do orçamento deste Município para o corrente exercício de 1920, ficaram deste modo corrigidas as irregularidades do mesmo orçamento: Art. 2º Capítulo II da despesa, destinada a Instrução Pública, fica elevada a R\$ 43:533:333, assim distribuídas: I) Ordenado Escolar 2:400\$000. II) Ordenado de 10 professores de 2ª classe com sede na cidade a 22:000\$000 cada. III) 25% sobre o ordenado dos professores para o auxílio dos alugueis de casas 5:500\$000. IV) Ordenado de 05 professores de 3ª classe com sede nos distritos rurais a 1:600\$000 cada 8:800\$00. V) 25% sobre os ordenados dos professores de 3ª classe para auxílio do aluguel de casa 2:200\$000. VI) Material Escolar 2:633\$333 Art. 2º a verba consignada no § 3 do Art. 2º Capítulo II da despesa, destinada a obras públicas fica reduzida a R\$ 35:167.667. Art. 3º Feitas no Orçamento as correções indicadas na presente lei seja remetido ao Tribunal de Contas da nova copia da lei orçamentária, para os devidos fins, como estabelece a lei 1102 de 11 de agosto de 1615- Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário [...].⁴⁵

Analisando as atas do Conselho Municipal, fica evidente a atenção do Executivo e Legislativo para fazer cumprir as determinações legais, modificando as despesas previstas na lei orçamentária municipal recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Na tabela 7, os dados encontrados demonstraram que os gastos de receita anual do município com a instrução pública no período em estudo mantiveram uma média anual em torno das determinações da Constituição de 1891 que determinava para esse gasto o equivalente a 1/6 da receita municipal, o que correspondia a 16,66% do orçamento do município. Nesse período, destaca-se ainda que o ano de 1919 teve um crescimento de 11,35% no percentual destinado à educação. Por outro lado, é importante observar o crescimento da receita municipal. Este quase quadruplicou no período, o que, evidentemente, fez com que os recursos com a instrução pública também acompanhassem proporcionalmente este crescimento.

⁴⁵ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, sessão extraordinária em 03 de janeiro de 1920.

Tabela 7 - Receita e despesas do município de Itabuna com Instrução Pública: 1908/1927

Anos	Receita do Município	Gasto com Instrução	Percentual
1908	117:810\$000	12:400\$000	10,52%
1909	130:140\$000	21:690\$000	16,66%
1910	130:140\$000	21:694\$338	16,67%
1911	149:386\$000	24:750\$000	16,56%
1912			
1913	258:520\$500	43:086\$750	16,66%
1914	225:580\$000	30:566\$000	13,54%
1915	150:000\$000	27:586\$000	18,39%
1916	225:580\$000	30:566\$666	11,95%
1917	260:700\$000	43:450\$000	16,66%
1918	291:970\$000	50:825\$000	17,40%
1919	260:000\$000	63:333\$000	24,33%
1920	260:000\$000	43:533\$000	16,48%
1921	260:000\$000	42:733\$333	16,43%
1922	270:100\$000	45:016\$666	16,66%
1923	270:100\$000	45:016\$666	16,66%
1924	270:100\$000	45:016\$666	16,66%
1925	330:000\$000	55:000\$000	16,66%
1926			
1927	400:000\$000	61:680\$000	15,42%

Obs: Faltaram informações nos anos 1912, 1926.

Fonte: Atas do conselho municipal de Itabuna 1908/1927 com os valores da época.

Sabe-se, no entanto, que esse crescimento não era suficiente para suprir as necessidades do ensino itabunense, considerando que muitas crianças estavam fora do sistema de ensino por absoluta falta de escolas no município. A saída encontrada foi a implantação do fundo escolar já previsto em lei estadual.

Em Itabuna tem-se notícia desse movimento através de um artigo publicado no jornal *A Época* (1927), o qual faz comentários sobre a sessão preparatória para a implantação da caixa escolar, expondo que a verba teria por finalidade auxiliar o comparecimento à escola das crianças pobres, que passam à míngua de recursos, pelo fornecimento de roupas, calças, livros e outros objetos escolares. Prossegue o artigo parabenizando a sociedade local pelo “generoso empreendimento”, coloca os

serviços da imprensa à disposição da comissão que elaborará os estatutos e tece o seguinte comentário: “[...] para que todos, num esforço desinteressado tomem parte da campanha sacrossanta que se inicia [...]”.

Em seguida a esses comentários, publica a ata preparatória para a implantação da Caixa Escolar do Município, que é transcrita na íntegra:

Ata da primeira sessão preparatória para a fundação da Caixa Escolar da Cidade de Itabuna.

Aos nove dias de outubro de 1927, nesta cidade de Itabuna e sala do paço municipal, presentes o professor Enéas Alves da Silva, inspetor regional da 12.^a circunscrição, o Exmo. Sr. Dr. Altino Serbeto de Barros, Juiz de direito, desta comarca, o exmo. Sr. Dr. Boaventura Moreira Caldas, promotor público, o Exmo. Sr. Cel. Henrique Alves dos Reis, Intendente deste município, o professorado local e várias pessoas gradadas que esta subescrevem foi pelo primeiro assumida a presidência desta sessão, e explicados os fins da mesma que é a fundação da Caixa Escolar, desta cidade, e evita a leitura dos regulamentos do Ensino Estadual em vigor. Em seguida o presidente convidou para 1.^a e 2.^a secretarias as senhoras professoras Arminda Costa e Maria Conceição da Cruz Bonfim. Constituindo a mesa provisória, o presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse usar. Pelo Dr. Boaventura Moreira Caldas, foi proposto que a mesa constituída nesta sessão continue a servir até a organização definitiva da instituição da Caixa Escolar e que se nomeasse uma comissão dos Srs. Drs. Deocleciano Portela, Gileno Amado, e José Soriano de Sousa Netto, para organização dos estatutos constitutivos da Caixa Escolar desta Cidade, como sociedade civil de caráter beneficente nos moldes dos regulamentos e Lei do ensino estadual vigentes. Em discussão a essas propostas, o Exmo. Sr. Dr. Altino Serbeto de Barros, propos um aditamento que dessa comissão fizesse parte como autoridade escolar o Dr. Boaventura Moreira Caldas, e que ficasse designado o próximo Domingo para a segunda sessão preparatória na qual a comissão eleita apresentará o projeto de estatutos; propôs ainda que todos os presentes assinem esta ata como demonstração de solidariedade à idéia da fundação da Caixa Escolar. Em discussão as propostas supras, foram aprovadas unanimemente. Do que para constar

lavrou-se esta que lida e achada conforme, vai assinada pela diretoria provisória e por todos os presentes assinado pelo Cel. Intendente o seu representante Cel. Miguel Moreira. Eu, Arminda Costa, Maria Conceição da Cruz Bomfim, Altino Serbeto de Barros, Dr. Rulfo Galvão, Miguel Fernandes Moreira, Deocleciano Portela, professor João Alcântara, Jerônimo Joaquim de Almeida, Agenor Gomes, por si e pelo “Jornal de Itabuna”, Osório Pereira de Araújo, Moreira Caldas, Brasília Baraúna D’Almeida, Alzira Pain Pires, Maria da Luz Alves da Silva, Alice da Silva Ferreira, Brasília Ferreira Pinto, Mathilde da Silva Pacheco, Otaciana Heraclia Ferreira Pinto, Helena Barbosa, Alice Pinto Leite, Albertina Barbosa.⁴⁶

Percebe-se que o esforço para ampliar e organizar a rede escolar baiana e itabunense esbarrava inevitavelmente na questão básica, os custos. Em outras palavras, os poucos recursos financeiros disponíveis para a educação nos orçamentos aprofundavam cada vez mais os graves problemas existentes na organização e funcionamento do ensino e na tarefa de combater o analfabetismo, questão amplamente denunciada.

⁴⁶ Jornal *A Época* em 15 de outubro de 1927, número 119, folha 4.

Escolas Isoladas: verticalizando a análise

4.1 Caracterização

Considerando o cenário administrativo e institucional entre 1906 e 1930, a instrução pública de Itabuna, nesse período, caracterizou-se pelo ensino em escolas isoladas, entendida como escola de um só professor que não se subdivide em classes e nela estudam crianças de diferentes séries e diferentes idades. O uso do termo “escola” aqui significa uma classe única de alunos.

Baseando-se em estudos de Boaventura, fica esclarecido que as escolas isoladas na Bahia equívalem ao que se denominava escola unitária, em outros Estados:

Na Bahia, chama-se de escola isolada à escola unitária, escola de um só mestre, que tem a seu cargo crianças de distintas idades e graus de ensino, funcionando em uma única sala. Mas pormenorizadamente a escola unitária, como o próprio nome indica, é aquela que não se subdivide em classes, de acordo com o grau de instrução e outras características dos alunos, mas se constitui de uma classe única, na qual o mesmo professor tem a responsabilidade de prover a educação de todos os alunos (1977:11).

Segundo Boaventura (1977), em 1966, existiam 11.170 unidades escolares existentes na Bahia, e 8.773 eram escolas isoladas, representando, na época, 78,5% das escolas. Então, se em 1966, o número de escolas isoladas no Estado da Bahia ainda era tão expressivo, o que

pensar da situação educacional do município de Itabuna em período anterior ao citado?

Sabe-se que a existência das escolas isoladas não foi uma prática localizada em Itabuna; ultrapassou as fronteiras regionais e nacionais. Também são encontradas em outros países como, por exemplo, a Austrália, que apresentava um nível de desenvolvimento socioeconômico superior ao nosso, e uma política social mais justa e, ainda assim, essas escolas permaneciam. A esse respeito Boaventura, assim, se expressou:

Mas o problema não é só nosso. É universal. Parecerá fora de lugar falar em fins da primeira metade do século XX, desta classe de escola; porém não devemos esquecer que mais de 60% das que funcionam no mundo inteiro são escolas unitárias e que enquanto existam pequenos núcleos de população e o problema de transporte e alimentação não se resolve, continuará funcionando este tipo de centro de ensino (AGUILAR apud BOAVENTURA, 1977:13).

Nesse sentido, considerando a contextualização histórica, a estrutura política e econômica de Itabuna durante as primeiras décadas deste século, entende-se que aqui não poderia ter surgido outra modalidade de ensino que não fosse a do tipo “escolas isoladas”, justificada pelo pouco desenvolvimento que esta região ainda apresentava e as condições precárias de vida de boa parcela da população. Portanto, as escolas isoladas eram um fato incontestável, consideradas como única solução viável para localidades com população pequena. É bom lembrar que o tipo de escola isolada era adotado não só pelas redes públicas municipal e estadual, mas também pela rede particular.

Como se pode verificar, o sistema de escolas isoladas foi o que predominou durante todo o período em estudo no sistema escolar local e que perdura também nos nossos dias, embora com número reduzido, e ainda tende a continuar por muito tempo considerando-se que a questão é estrutural. Este tipo de escola é decorrente das características socioeconômicas de cada região, enquanto certas dificuldades se mantiverem: falta de trabalho, falta de moradia, falta de boas estradas e transportes etc., a tendência ainda é a sua continuidade.

4.2 Instalação/mobiliário

As escolas do Município de Itabuna, durante o período em estudo, apresentavam uma infra-estrutura considerada como inadequada ao seu funcionamento. Os estabelecimentos eram improvisados em espaços ociosos de armazéns, depósitos, barcaças, galpões, casas residenciais etc., com o objetivo de suprir as carências existentes de prédios próprios para as escolas.

Considerando-se as instalações físicas onde funcionavam as escolas, constatou-se que não possuíam os requisitos legais exigidos para o seu funcionamento, conforme estava estabelecido no ato de 31 de dezembro de 1889, art. 9º, o qual dizia que: “Toda escola deve ter o seu prédio próprio, destinado exclusivamente a ela, obedecendo a todas as prescrições higiênicas estatuídas em regulamento e, feito de acordo com o plano previamente aprovado pela autoridade competente”. Assim, o dispositivo constitucional tornava-se letra morta. Tudo era exatamente contrário ao estabelecido. Segundo depoimentos, os alunos sentavam-se em caixotes, tamboretas e bancos improvisados, muitas vezes sem encosto. Faltavam, geralmente, instalações hidráulicas e elétricas; serviço de higiene e conservação; material didático (cadernos, livros, quadros, giz etc). Enfim, as condições de trabalho eram precaríssimas, contrariando os requisitos técnicos e pedagógicos estabelecidos em lei.

Inúmeros estudos na literatura nacional (RIBEIRO, 1991; ROMANELLI, 1990; SILVA, 1997; BARRETO, 1999), analisando o quadro educacional nesse período, identificam em outras áreas do Brasil as mesmas mazelas apontadas nas escolas itabunenses: instalações inadequadas, falta de mobiliário, falta de professores com formação em magistério, dentre outros. Cabe, portanto, reconhecer que os problemas educacionais não estavam localizados apenas em Itabuna; tratava-se de uma característica geral da educação em âmbito nacional.

A busca de corresponder ao sonho positivista Republicano de combater o analfabetismo e expandir a educação a todas as camadas da população e, por outro lado, assegurar a posição de destaque da cidade de Itabuna, que já se tornava um pólo de referência econômico-regional, era urgente e imprescindível. Mas, para que tais objetivos se con-

cretizassem, era preciso formar uma elite intelectual local com a finalidade de executar o projeto político de desenvolvimento sonhado pelos seus desbravadores.

Nesse sentido, o fundador de Itabuna, José Firmino Alves, via o crescimento vertiginoso da cidade com preocupação, considerando, pois, a inexistência de um quadro intelectual para pensar a sociedade e ocupar adequadamente os cargos administrativos e técnicos. Em outras palavras, para que a classe emergente dos proprietários de fazendas de cacau se constituísse efetivamente, enquanto classe dirigente hegemônica, fazia-se necessária a formação de uma elite intelectual para elaborar a concepção ético-política da sociedade, segundo os seus interesses (SÁ, 1979:25). Salvo melhor juízo, isso pareceu a preocupação inicial desse grupo pioneiro.

Dáí, o bloco dirigente, com o apoio dos partidos políticos que lhe davam sustentação, buscava fortalecer as suas bases políticas com a participação de intelectuais que vinham de outras regiões, principalmente de Sergipe e de Salvador, na perspectiva de imprimir um novo ritmo de desenvolvimento ao município e, por outro lado, formular o projeto político-ideológico local da época. Aqui chegaram João Batista Soares Lopes e Joaquim Xavier (médicos); José Zacarias de Souza Freire e Arthur Nilo de Santana (farmacêuticos); Benigno de Azevedo (maestro); Lafayete de Borborema (advogado); Firmino Eloy de Almeida (engenheiro-agrônomo), dentre outros (SILVEIRA, 2000).

Esses profissionais lideraram mudanças significativas tanto na infra-estrutura como na superestrutura da cidade, assumindo a responsabilidade e o controle dos negócios públicos. Dentre as prioridades definidas, estava a instalação de novas escolas para expandir a rede de ensino, política que priorizava o aspecto quantitativo da educação.

Assim, os governantes municipais, nesse período, procuraram ampliar cada vez mais a rede escolar. Entretanto, faltavam prédios escolares próprios, com condições adequadas para instalação das escolas. Então, recorria-se ao expediente de “aluguel” de imóveis, pelo visto sem qualquer critério de exigência, mesmo porque não existiam muitas opções de escolha na época, considerando-se que a cidade crescia aceleradamente, resultado de um fluxo migratório muito grande. No livro *Memórias da Professora Sancha Galvão*, ela expõe que: “[...] Itabuna

estava crescendo muito, chegava gente de diversos lugares; não havia casas suficientes. As famílias tinham que ficar em casas de parentes e amigos por muito tempo” (GALVÃO, 1993:99). Isso significa que faltavam casas em Itabuna até para abrigar os seus habitantes; pode-se imaginar a carência de espaço físico para instalação de escolas?

Retomando a questão das instalações e condições precárias das escolas, tudo leva a crer que não era uma realidade apenas em Itabuna. Silva (1997), nos estudos realizados sobre o *Ensino Primário na Bahia: 1889–1930*, demonstra que esta questão era uma situação generalizada na Bahia e no país. Assinala, ainda, que existia uma unanimidade quanto às inconveniências de se manter escolas em espaços alugados e em condições inadequadas. Os empecilhos eram tanto de natureza administrativa quanto pedagógica. Relata que os diretores gerais da Instrução Pública foram unânimes em seus relatórios pela defesa da construção de prédios escolares, tendo em vista a inconveniência de manter aulas em espaços alugados ou na própria residência do professor, o que se constituía uma prática comum nesse período.

Ainda segundo a mesma autora, já em 1890, no governo de Hermes da Fonseca, o então secretário, Sátiro Dias, sugeriu a criação de um fundo escolar propondo as possíveis fontes de recursos destinadas às edificações de prédios escolares, a partir de modelos simples e com plantas arquitetônicas modernas, cabendo ao Estado executá-las, liberando uma verba anual de 100 contos de réis (100;000\$000), até que os prédios projetados fossem concluídos. Mas, enquanto se esperava a construção, mantinha-se a prática do aluguel.

Além do que já foi apresentado, a autora constata a escassez de providências imediatas para sanar as questões acima apontadas. Coloca que o tempo se arrasta e, junto com ele, surgem novos problemas: a falta de vagas nas escolas, a precariedade do mobiliário escolar, a falta de material escolar, dentre outros. E, nesse sentido, surgem várias denúncias contra os governantes, pelo descaso com a educação, através de relatórios dos inspetores escolares, de jornais, de protestos de professores. Em um relatório do inspetor do 4º Distrito (1894), sobre as instalações das escolas em municípios do Recôncavo Baiano, este atestava a ausência de prédios, mobiliários etc., assim se expressando: “[...] Na Feira de Santana por exemplo, cidade das mais educadas e impor-

tantes do Estado, declarou-me uma professora que as meninas traziam cadeiras de casa para a escola, por faltar a esta mobília correlativa a frequência, sendo que fora obrigada a aproveitar-se de simples caixões, que realmente vi” (SILVA,1997).

A atuação do governo municipal de Itabuna para mudar o quadro educacional no que se refere às instalações escolares e mobiliários inadequados ao ensino, nos primeiros anos de sua instalação, iniciou-se no governo do Intendente engenheiro Olyntho Bathista Leone (1908 -1912), quando o conselheiro Adolfo Maron, em 05/08/1910, apresentou o projeto de Lei para a compra de uma casa do capitão Américo Primitivo Santos, situado na praça Silva Jardim, hoje praça José Bastos (onde fica o Fórum Ruy Barbosa), para estabelecer uma das escolas do município, sendo encaminhado o projeto à Comissão de Obras Públicas que, após a avaliação, apresentou o seu parecer:

Art. 1- Fica o Intendente autorizado a comprar uma casa na praça Silva Jardim pertencente ao Sr. Capitão Américo Primitivo dos Santos, situada na praça “Silva Jardim” para melhor instalar a Escola Pública Municipal do Sexo Masculino. Art. 2- Sendo esta compra realizada ficará esta casa para funcionar a escola municipal do sexo masculino. Art. 3- Podendo depender com a dita compra do engenheiro. Parecer: Deve efetuar a compra do prédio para a instalação da Escola Pública Municipal do sexo masculino.⁴⁷

Ainda com vistas à questão da melhoria das instalações escolares, observa-se que, só após dois anos da compra da primeira casa para a instalação de uma escola com prédio próprio, foi autorizado ao Intendente do município efetuar a compra do segundo prédio situado na rua Joaquim Nabuco para nele funcionar a escola municipal, em 1912. Para tanto, o conselheiro Filadélfio Almeida propôs a seguinte emenda ao projeto: “[...] contanto que o referido prédio satisfaça às exigências estabelecidas para o caso”. Essa emenda tinha o objetivo de

⁴⁷ Ata do Conselho Municipal de Itabuna em 11/10/1910. p. 83.

assegurar as recomendações previstas em lei necessárias para o bom funcionamento de uma escola.

Paralelamente às ações do governo municipal, o governador do Estado, Araújo Pinho (1910), através do poder Legislativo, aprova uma Lei autorizando despesas de 50 contos de réis (50:000\$000) para a construção de prédios escolares nos municípios. Todavia, dava-se preferência às cidades mais próximas da capital. Somente em 1913, no governo J. J. Seabra, a cidade de Itabuna foi contemplada com uma verba para esta destinação. Em ofício ao Conselho Municipal, o coronel intendente, Antônio Gonsalves Brandão (1914), comunica haver adquirido um grande prédio situado na rua Barão do Rio Branco (onde hoje encontra-se instalado o Fórum da Justiça do Trabalho), pertencente ao espólio do falecido Olyntho Bathista Leoni, para instalação de um prédio escolar, e assim se referiu:

Lançando mão para tal fim da quantia de 12:000\$000 recebido do Estado em Novembro de 1912, a título de subvenção para auxílio da compra de um prédio escolar neste município cuja quantia mandou dar entrada desde então nos cofres da municipalidade como já consta do balancete de receitas e despesas do mês de novembro do corrente ano.⁴⁸

O documento citado ainda informa que o Intendente também mandou embargar uma obra contígua ao prédio, por se tornar prejudicial à construção da escola e, para que a mesma se tornasse mais higiênica e aprovada aos fins a que se destinava, pretendia desapropriar uma pequena casa ao lado, a fim de fazer um jardim que teria utilidade e embelezamento.

Apesar das medidas para melhorar a rede escolar municipal com a aquisição de alguns prédios para instalação das escolas já existentes, suas condições, na grande maioria, continuavam precárias. Os problemas de espaço físico inadequado e mobiliários escolares permaneciam crônicos. As providências pelos governantes para minimizar as deficiências da rede física escolar do município eram tomadas mui lenta-

⁴⁸ Ata do Conselho Municipal de Itabuna em 17/08/1914, p. 200v – Livro 1910/1914.

mente, contrastando com a aparente prioridade dada à educação que aparece na documentação. Tomou-se como exemplo uma medida adotada em 1920 no governo do coronel Adolfo Maron, que foi a aprovação de um projeto de lei no qual o Intendente ficava autorizado pelo Conselho Municipal a alienar, em concorrência pública, com as formalidades legais, prédios de propriedades do município, situados na rua Barão do Rio Branco. O resultado das alienações deveria ser aplicado na construção de escolas nos pontos mais povoados da cidade.⁴⁹ Entretanto, essa discussão não reaparece na documentação seguinte para se ter ciência de como o problema foi tratado daí por diante.

Para minimizar a questão da falta de prédios próprios do município para o funcionamento das escolas, era concedido um adicional de locação nos salários dos professores itabunenses, no valor de 25% para auxiliar no aluguel dos espaços para instalação das escolas, no valor de 4:900\$000 anuais, conforme se pode comprovar no orçamento de despesas com a instrução pública para o ano de 1914.⁵⁰

Pode-se observar que, mesmo propondo tais medidas, as ações do governo municipal ainda eram tímidas e insuficientes para atender às necessidades e minimizar a situação precária na qual a rede física das escolas se encontrava. Dessa forma, as críticas eram levantadas por quase todos os segmentos da sociedade, declarou a professora Litza Câmara, hoje com 81 anos de idade e muita lucidez:

quase sempre não existiam carteiras para alunos e professores, tanto nas escolas da sede quanto nos distritos. As carteiras eram na maioria das vezes improvisadas com bancos, caixotes, tábuas ou, em alguns casos, fornecidas pelos próprios estudantes que traziam de suas próprias casas ou até mesmo mandavam fabricar.

E continua a professora dizendo que, em 1943, quando iniciou as suas atividades docentes aqui em Itabuna, a situação das escolas ainda era precaríssima. Descreve a questão assim:

⁴⁹ Ata do Conselho Municipal de Itabuna em 13/09/1920 p. 11 - Livro 1920/1923.

⁵⁰ Ata do Conselho Municipal de Itabuna em 15/12/1913. p. 182 v e 183.

[...] os recursos para manter as escolas eram levantados pelos próprios professores e alunos; através de jograis, hortas escolares, festas etc. [...]. Olha, quando eu cheguei nesta escola em Itabuna ela já funcionava há mais de dez anos, e só havia caixotes e nada mais [...]. Eu consegui com a comunidade construir uns bancos dos mais baratos (três bancos), e uma mesinha. E consegui fazer um quadro negro [...] (entrevista realizada em 1999).

Em face à situação das escolas, atente-se para o que comentava, nesse período, um jornal de circulação local, *A Época*, ligado à facção do poder em um artigo intitulado “A Falta de Material Escolar e a Má Localização das Escolas”, descrevendo o quadro caótico em que se encontrava a educação no Brasil, na Bahia e sobretudo em Itabuna. Iniciava dizendo que os estadistas ainda não haviam compreendido bem seus deveres com relação à Instrução Pública e que, diante das dificuldades, ao invés de tomarem medidas práticas, enveredavam em dissertações acadêmicas. Por isso, o recenseamento de 1920 apontava um percentual elevadíssimo de analfabetos, com um índice de 75%. Em seguida, compara o Brasil com outros países da América do Sul e diz que este tem feito pouquíssimo pela instrução da infância, salvo raras exceções, como é o caso dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Este último, “em dois anos, fundou mais de duas mil escolas”.

Continuando o artigo, complementa: “[...] na Bahia, por suas tradições veneráveis pelos filhos notáveis que tem dado ao país”, a questão está em vias de solução. Mas o que se nota, entretanto, “é uma espécie de desleixo” com a educação.

Prosseguindo, traça um quadro da situação educacional local:

Em Itabuna, se as escolas fossem dotadas do maternal indispensável e mais equitativamente disseminadas não só na cidade, como também na zona rural, os poderes públicos até elogios dos mais rasgados mereciam. As escolas itabunenses, porém, estão mal providas de material, e, além do mais, sua localização nenhum critério lógico obedece. Há ruas onde se encontram duas ou três escolas e em outras nenhuma. No distrito de

Macuco, para uma população infantil superior a trezentas almas, há duas escolas apenas. Em Ferradas a Escola do Sexo Feminino há muito tempo está sem professora. E em Palestina, a única escola existente é fruto da iniciativa particular.⁵¹

Essa análise da questão sugere que a educação, tanto nacional como estadual e local, continuava com os mesmos problemas do início da República, ou seja, com a rede física das escolas completamente deficitária, marcadamente improvisada e mal distribuída. E, passadas algumas décadas, fim da República Velha, o quadro geral da educação ainda permanecia inalterado. Esse problema também é demonstrado numa mensagem do governador Góes Calmon (1928), quando afirma que a instrução era “o alicerce das democracias”. Portanto, era preciso criar escolas, porém “distribuindo-as com critérios e justiça” (SILVA, 1997).

O diretor da Instrução Pública da Bahia, Anísio Teixeira, num minucioso relatório apresentado ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1928, assim se expressou quanto às instalações materiais das escolas baianas.

A reorganização do ensino por ele proposta só teria sentido na medida que o Estado se responsabilizasse em construir prédios adequados à ação pedagógica. “A rigor, Anísio Teixeira já começa a inovar neste campo [da construção escolar] desde o tempo em que fora diretor da instrução, de 1924 a 1929 na Bahia. Pra ele era necessário inverter a compreensão de que a nomeação do professor deveria ser a questão central da escola, porque isso jogava para segundo plano o lado pedagógico, a intenção de centrar a educação no aluno”. As poucas unidades construídas eram ainda pontos isolados, já que segundo Anísio Teixeira, o atual sistema escolar conta com unidades escolares em cerca de 1200 localidades. Isso significava que deveria possuir o estado igual número de prédios para atender a capital e ao interior (SILVA, 1997:74-75).

Como se vê, as mesmas discussões e denúncias quanto ao cenário caótico da educação ocorridas em nível nacional e estadual aconte-

⁵¹ Jornal *A Época* Ano- XII 03/04/1929 nº 462.

ciam com o ensino no município. As tentativas do governo local de dotar a rede escolar municipal de condições físicas e materiais permanentes debatiam-se frente aos empecilhos de diversas naturezas, mas, sobretudo, os de natureza política, considerando-se a relevância social que era atribuída à educação pelo poder público municipal.

4.3 Quem eram os alunos das escolas primárias?

Embora se reconheça que houve um esforço considerável para a ampliação da rede escolar do Município de Itabuna entre 1906 e 1930, o número de escolas instaladas não foi suficiente para atingir a população em idade própria de escolarização. Isso gerou a hipótese de que as escolas existentes destinavam-se a atender somente a uma determinada parcela da população e, portanto, não era extensiva a todas as crianças dos 7 aos 14 anos, e, sim, privilégio de determinados grupos sociais. Daí caber o seguinte questionamento: Quem eram os alunos que freqüentavam as escolas? A que classe social pertenciam? A escassez de fontes dificulta, em parte, uma análise mais profunda dessa questão, pois não existem registros das escolas da época, para que se possa levantar dados mais específicos sobre matrícula escolar, endereço, freqüência, idade do aluno, avaliação, dentre outros. Alguns elementos, todavia, são capazes de apontar pistas para se estabelecer as características dos alunos que freqüentavam as escolas na época em estudo. E, nesse sentido, fez-se uso dos seguintes indicadores: deficiência quantitativa da rede escolar, sobrenome das famílias e as condições socioeconômicas das crianças freqüentadoras da escola.

Quanto à primeira questão, “deficiência quantitativa da escola”, aspecto já abordado anteriormente no capítulo 2, tomou-se como exemplo o ano de 1920, quando se tinha uma demanda potencial de alunos em idade escolar de 7 a 14 anos (vide tabela 3), num total 4.893 alunos, e a oferta de vagas era de apenas 2.250 vagas, significando que 45,98%, quase a metade das crianças, não tinham acesso à educação escolar, ficando patente a seletividade, ou seja, a escola não atendia a todas as crianças em idade escolar. Essa questão chegou a ser denunciada pela imprensa local, conforme já se comentou anterior. E, assim,

vivia-se a dicotomia entre o discurso positivista republicano de educação para todos e a prática efetiva da falta de escolas, considerando-se que, ao mesmo tempo em que o Estado defendia a necessidade de alfabetizar as massas populares, não assegurava seu acesso e nem sua permanência na escola.

Um outro indicador que também permitiu fazer uma triangulação para caracterizar qual o aluno que tivera acesso à escola foi o sobrenome de família. De posse da lista do resultado geral dos exames escolares dos alunos de escolas públicas e particulares do Sistema de Ensino do Município, publicada no jornal local *A Época*, em 18/11/1917, escolheu-se aleatoriamente uma das escolas públicas. A opção recaiu sobre a Escola denominada de Número 1, na tentativa de buscar informações sobre a origem familiar dos alunos através dos depoimentos de testemunhas como: Moacir de Menezes⁵² e, sobretudo, Otoni Silva e sua esposa, Eva Barreto Silva, cujas idades não afetam as suas lembranças. Assim, tornou-se possível encontrar as informações desejadas, como se vê na Tabela 8.

⁵² Moacir Garcia de Menezes nasceu em Itabuna, em 21 de março de 1961, filho de José Alves de Menezes e Beatriz Garcia de Menezes. Aos três anos de idade iniciou os seus estudos da pré-escola na Escolinha Municipal Domingos Bonfim, em 1965. A seguir estudou no Colégio Nossa Senhora da Glória (Gato de Botas), onde cursou da pré-escola até a quarta série. Continuou os estudos até o quinto ano primário com as professoras Néli Araújo e Nair Assis. É uma pessoa portadora de “necessidades especiais”, contudo possui uma grande capacidade de memorização, é um autodidata, que a partir de fontes orais dedica-se ao estudo e pesquisa histórica da cidade de Itabuna.

Tabela 8 - Escola número 01 de Itabuna - Relação de alunos com respectivos nomes de famílias e funções exercidas pelos pais - ano 1917

Aluno	Pais	Função
Alice Maria Kruschewsky	José Kruschewsky	Engenheiro, conselheiro/ Intendente/delegado de polícia
Valdemar Lorens	Laudelino Lorens Amália Lorens	Conselheiro professora
Urânia Matos	Sem identificação	
Esmeralda Alves dos Reis (D. Senhorazinha)	Henrique Alves dos Reis	Coronel da Guarda Nacional/ fazendeiro/Intendente Municipal
Maria Joaquina dos Santos	Sizenando Jesuíno dos Santos	Comerciante Político
Agenor Nery Brandão	Antônio Gonçalves Brandão	Intendente/comprador de cacau da firma Bherman
Antônio Joaquim Pereira	Sem identificação	
Abdon Silva	Amâncio Ferreira da Silva Ernestina Cardoso da Silva	Ourives
Ophínio de Andrade	Dr. Benjamin de Andrade	Intendente
Osvaldo Gércia	Sem identificação	
Edson de Almeida Franco	Aníbal de Almeida Franco	Delegado de Polícia
Aristóteles Pires de Oliveira Pinto	Augusto Pires de Oliveira Pinto Augusta Pires de Oliveira Pinto	Cacaucultor – Senhora de Caridade
Aníbal Gusmão de Matos	Sem identificação	
Agrício Barreto	Sem identificação	
Ida Matos	Sem identificação	
José Bastos	Antônio Teixeira Bastos	Comerciante
Arnolfo Raposo Benevides	Antônio Raposo Benevides	Fazendeiro
Zulmira de Rodrigues Pereira	Sem identificação	
Francisco Esteves de Lima (Irmão)	Glicério Esteves de Lima	Coronel da Guarda Nacional Intendente e Comerciante.

Fonte: Jornal A *Época* em 18/11/1917.
MENEZES, Moacir Garcia de. 1999 (entrevista).
SILVA, Otoni. 1999 (entrevistado).

Como se observa nessa tabela, dos 19 alunos da relação acima, identificou-se um número de 12 crianças com sobrenomes de famílias vinculadas a pessoas com posições políticas e sociais de destaque na sociedade local, o que corresponde a 64% dos alunos. Embora a amostra seja pequena e se refira a apenas um Colégio, o fato denota, sem sombra de dúvidas, qual a criança que tinha acesso à escola. Segundo as evidências dessa tabela, quem freqüentava a escola eram, na sua grande maioria, os filhos de coronéis, de políticos, de grandes negociantes ou profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), expressão de grupos sociais dominantes. Ficaram sem identificação familiar sete alunos que, em termos percentuais, representam cerca de 36%. Supõe-se que estes não pertenciam a grupos privilegiados por não terem seus nomes associados a componentes desses grupos, correspondendo a outros

setores sociais: os filhos de açougueiros, dos trabalhadores rurais, alfaiates e pequenos comerciantes. Embora os dados não permitam fazer generalizações por se tratar de uma pequena amostra de estudantes, contudo, percebe-se que os alunos que freqüentavam as escolas pertenciam às classes com poderio político e econômico. O depoimento de Otoni Silva (1999) deixa claro a quem a escola se destinava, fortalecendo a hipótese levantada.

[...] A educação não era para todos... Naquela época só os afortunados tinham direito à educação. As famílias que tinham recursos mandavam os seus filhos para Salvador, se formavam lá... A classe média, naquele tempo, era classe digna, você distinguia melhor. Hoje é o cansaço, o sacrifício, naquele tempo não; você exercia sua profissão e mantinha seus filhos no colégio... O pobre mesmo, não estudava, não.

Dando continuidade ao depoimento de Otoni Silva, numa pergunta sobre as condições socioeconômicas dos seus colegas, este respondeu que, de modo geral, todos da turma tinham condições econômicas boas, sendo seus pais funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais e alguns fazendeiros. A partir dessas informações, supõe-se que quem tinha acesso à educação eram os filhos das classes abastadas e as provenientes das classes média e alta. Perguntado ainda se o negro freqüentava a escola e se existia discriminação racial, assim se expressou: “Havia muitos pretos, mas era na lavoura do cacau e, também, não havia distinção de cor não”. No entanto, a presença de negros na escola não era um fato tão comum, considerando-se que outros depoentes afirmaram a existência nas salas de aulas de uma ou outra criança negra, fato confirmado através de fotografias da época. E, segundo a professora Lindaura Brandão,⁵³ “as crianças negras não freqüentavam a escola, não. Na Piedade, por exemplo, não tinha negro. E na rede pública o número era muito pequeno”.

⁵³ Professora Lindaura Brandão nasceu em Itabuna, no ano de 1906. Fez o curso primário nesta cidade. Formou-se em professora primária em 1924, no Instituto Nossa Senhora da Piedade em Ilhéus (foi da primeira turma). Iniciou sua vida de profissional ensinando na rede municipal, na rua da Palha, em 1925 e depois passou a ensinar no Colégio Divina Providência, ocupando o cargo de diretora durante o período de 1944 a 1981 e ainda hoje (1999), continua trabalhando no colégio.

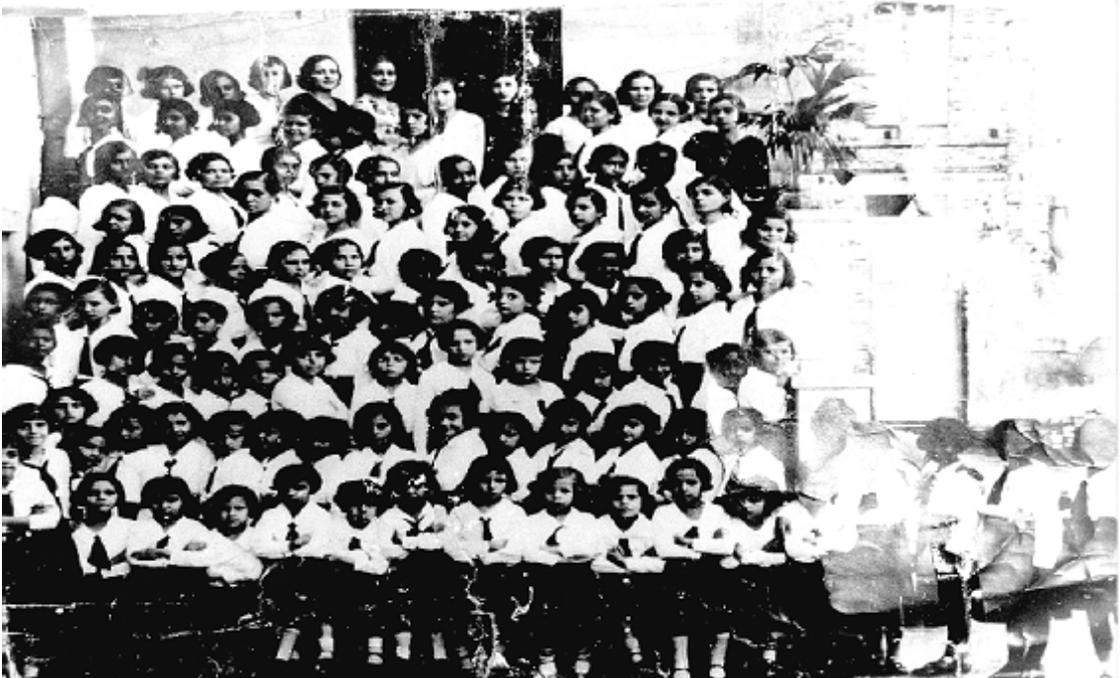


Figura 17 - Foto de uma escola Itabunense onde se identifica a presença de alunos negros 1920.

Fonte: Acervo da Fundação Henrique Alves-Itabuna-Ba.

Pelo visto, percebe-se que a discussão sobre a presença dos negros nas escolas de Itabuna é uma questão importante e precisa ser aprofundada, principalmente considerando-se a inexistência de estudos acerca da temática. No entanto, no momento, aqui não constam, por escassez de fontes, postergando para estudos futuros.

Um outro aspecto utilizado para caracterizar o aluno da época foi a sua entrada tardia no processo de escolarização. De modo geral, não havia preocupação das famílias em colocar o aluno na escola em idade própria, ou seja, aos sete anos de idade. Mas, em se tratando especialmente das classes sociais mais pobres, a escola não era vista como uma condição necessária para a sobrevivência, nem como um direito assegurado na constituição, imprescindível para o exercício da cidadania. Segundo Souza (1998), “a escola ainda não era uma instituição globalizadora”, os pais não aferiam muita importância à educação, quando muito, viam a educação como um fim em si mesma, ou seja, bastava aprender a assinar o nome ou ler uma carta. Nessa perspectiva, matriculava-se os filhos, quando podiam liberá-los do traba-

lho doméstico ou mesmo do trabalho infantil, tão necessário para complementar a renda familiar.

É assim, pois, que os dados vêm dar fundamento à hipótese de que o ensino era seletivo, e o acesso à escolarização era privilégio dos filhos da classe dominante, ou seja, daqueles que detinham os poderes econômico e político, das famílias mais ilustres e abastadas da cidade, para no futuro formar o bloco intelectual e dar conta da relação orgânica entre representantes e representados. Em outras palavras, formar um bloco dirigente, para apossar-se da sociedade política, obtendo, assim, sua hegemonia, ou seja, o domínio político e administrativo do município (MARANGONI, s.d.).

4.4 Quem eram os professores?

O professor era considerado uma pessoa pública, de reputação ímpar, capaz de se responsabilizar pela formação do povo e deveria conduzir as crianças e os jovens para o caminho do saber e virtudes cívicas, em conformidade com os valores republicanos. O magistério era reconhecido como uma profissão “digna e edificante”, cujos profissionais gozavam de grande prestígio social. Alunos da época, como Otoni Silva e Elza Cordier,⁵⁴ caracterizaram os seus professores através de depoimentos com as seguintes expressões: “Bacharel em Direito; grande orador; grande pesquisador; grande professor de francês; colégio de família intelectualizada; notável filólogo; homem culto”. Essas referências demonstram o prestígio social e a cultura geral de que eram possuidores os professores da época e que, por sua vez, faziam parte da plêiade de pessoas ilustres da localidade.

⁵⁴ A professora Elza Cordier tem hoje 80 anos, filha de Itabuna. Fez o curso primário fundamental no Colégio Divina Providência. Formou-se em professora primária em 1939, em Salvador, no Colégio Instituto Normal de Educação. Iniciou no ensino público estadual no Distrito de Mutuns. Em Itabuna, ensinou no Colégio General Osório e exerceu outras funções administrativas no magistério. Pelo seu temperamento alegre e descontraído, freqüentava intensamente a sociedade local.

Nesse período, só ingressava na carreira do Magistério público o professor habilitado em uma Escola Normal. Essa era uma regulamentação imposta pelo Estado que se estendia aos municípios. Dessa forma, a qualificação dos professores se constituiu num dos maiores problemas que o governo municipal teve que enfrentar na época. Então, a questão era: como criar um quadro de professores qualificados na rede de ensino de Itabuna, se esta encontrava-se tão distanciada da capital e, na região, ainda não existia uma Escola de formação de professores?

Diante dos fatos, tornou-se impossível criar um quadro de professores titulados, com formação em Escola Normal. Assim, o governo, sem condições de atender às exigências legais do diploma e do concurso para ingresso no sistema público de ensino municipal, por falta de recursos humanos com titulação adequada, passou a desconsiderar as normas estabelecidas pelo Estado. E nomeava professores sem a formação específica em magistério, para integrar o quadro do magistério municipal, dispondo dos recursos humanos viáveis, naquela época.

A esse respeito o presidente do Conselho, em 1916, Gileno Amado, num dos seus discursos na sessão municipal, afirmou que na Legislação do Município, não existia lei que regulasse o acesso à carreira do magistério e, portanto, era preciso fazê-lo. Naturalmente, o assunto deveria ser orientado pelas leis do Estado e acrescentou: “é preciso organizar um regulamento para o serviço da Instrução Pública em Itabuna, que regule o processo de nomeação dos professores, instituindo o concurso para os que não tiverem diploma do Estado”.

As informações encontradas nos arquivos, nos livros e transcritas nos relatórios também destacam que quase todos os professores possuíam uma cultura geral e uma grande erudição, sendo vistos pela população com grande admiração e respeito.

Cientes da importância do registro histórico, desses profissionais da educação, buscou-se resgatar o nome dos primeiros professores da rede de ensino de Itabuna (1906/1930), com suas respectivas qualificações e escolas onde lecionavam:

Tabela 9 - Relação de Professores, 1908 a 1926

NOME	DATA*	REDE	FORMAÇÃO
Adalgisa Araújo	1928	Particular	n.d**
Adolfo Silva	1922-30	Particular	Aluno-mestre
Albertina Barbosa	1928	Municipal/Particular	Aluna-mestra
Albertina Cavalcante de Oliveira	1917	Municipal	Leiga
Alberto Soares	1923	Particular	n.d.
Alice da Silva Ferreira	1923	Municipal	Aluna-mestra
Alice Pinto Leite	1928	Particular	n.d.
Alice Rocha	s.d.	Particular	Aluna-mestra
Álvaro Passos	s.d.	Particular	n.d.
Alzira Paim Pires	1923	Particular	Aluna-mestra
Amália Ferreira Lorens	1908	Municipal	Aluna-Mestra
Amélia Leira Lopes	1919	Municipal	Aluna-mestra
América Freire	1917	Municipal	Leiga (Esc. Dat.)
América Guimarães	s.d.	Particular	Aluna-mestra
Américo Guimarães Costa	1925	Particular	Padre
Anita Albernaz Leite	s.d.	Particular	Aluna-mestra
Antonieta Guimarães	1917	Municipal	Leiga
Arminda Costa	1928	Municipal	Aluna-mestra
Áurea Alberica Alves Leite	1919	Municipal	leiga
Brasília Baraúna de Almeida	1919	Particular/Municipal	Aluna-mestra
Brasília Ferreira Pinto	s.d.	Municipal	Leiga
Carlos Zinzerman	s.d.	Particular	Padre
Claudionor Alpoim	1926	Particular	Médico
Etelvina de Araújo Mendonça	s.d.	Estadual	Aluna-mestra
Euclides Dantas	s.d.	Particular	n.d.
Euthalia Maria de Oliveira	1917	Municipal	Leiga
Guilhermina Cabral	1928	Municipal	Leiga
Helena Barbosa	1928	Municipal/Particular	Aluna-mestra
Joana Bastos	1909	Municipal	Aluna-mestra
José Carlos M. Ayres de Almeida	1917	Municipal	Leigo
José Sá de Nunes	1908-	Estado	Bacharel
Julia Guimarães Costa	1925	Particular	Aluna-mestra
Julieta Mota	1928	Municipal	Leiga
Julio Virgilio de Lima	1917	Municipal	Bacharel
Leonor Santos Pacheco	1928	Particular	Aluna-mestra
Lindaura Brandão	1925	Municipal/Particular	Aluna-mestra
Lucia Oliveira	1909	Estadual	Aluna-mestra

NOME	DATA*	REDE	FORMAÇÃO
Luiz Alves Linguon	1917	Municipal	Leigo
Manuel Guedes Galvão	1914	Municipal	Bacharel
Maria Amélia A Santana	1914	Particular	n.d.
Maria Amélia Bastos	1910	Particular	Aluna-mestra
Maria Conceição Bonfim	1928	Particular	Aluna-mestra
Maria da Luz Alves da Silva	1928	Particular	Aluna-mestra
Maria de Alseria	1914	Municipal	n.d.
Maria do Carmo Ferreira	1910	Particular	Aluna-mestra
Maria dos Anjos	1928	Particular	Aluna-mestra
Maria Isaura Pereira da Silva	1919	Municipal/Estadual	Aluna-mestra
Maria José Borba Tourinho	1917	Municipal	Aluna-mestra
Marieta Galvão	1914	Municipal	Bacharel
Mathildes da Silva Pacheco	1919	Particular	Aluna-mestra
Otaciana Heráclia F. Pinto	1928	Municipal/Particular	Aluna-mestra
Raimundo Guimarães Costa	1926	Particular	
Rosa de Lima Guimarães	1908	Municipal	Aluna-mestra
Sancha Galvão	1928	Particular	Aluna-Mestra
Teodora Moreira Santos	s.d.	Particular	Aluna-mestra
Valentim da Costa Lima	1914	Municipal	Aluno-mestre

Fontes: Atas do Conselho Municipal de Itabuna (1910/1930).

Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908/1916, gestão Olyntho Leone, nº1.

Menezes, Moacir Garcia de (entrevistado em 23/11/99).

Observações:

(*) Data registrada nos documentos.

(**) n.d. (não declarada)- s.d. (sem data).

Nessa tabela observa-se que, até o ano de 1930, havia 56 professores no Sistema de Ensino⁵⁵ do município, sendo 22 professores da rede municipal, 25 da rede particular, cinco que pertenciam concomitantemente à rede Particular e Municipal, e apenas três eram da rede Estadual e uma da rede Municipal e Estadual. Pelo visto, o número de professores do sistema de ensino era insuficiente para atender a grande demanda populacional em idade escolar da época. Dos 31 professores da rede⁵⁶ pública, quatro pertenciam à rede estadual, todos

⁵⁵ Sistema de Ensino é aqui entendido como o conjunto de elementos (complexo de regras), que intencionalmente organiza toda a educação formal do município.

⁵⁶ Rede - conjunto das instituições de ensino pertencentes a diferentes organizações, quer sejam: municipal, estadual ou particular.

formados em escolas normais e 28 integravam a rede municipal. Desse, dez eram professores leigos. A falta de professores com titulação específica pelas Escolas Normais foi um dos grandes enfrentamentos que o ensino público municipal de Itabuna viveu, no início da sua implantação, o que, de certa forma, inviabilizava a expansão do ensino primário.

Naquela época o ingresso na carreira do magistério público municipal era feito por indicação, ou seja, o nome do professor era encaminhado ao Conselho Municipal para ser apreciado pelos Conselheiros e, em seguida, o Intendente era autorizado a fazer a nomeação. Em outras palavras, a nomeação de um professor para integrar o quadro das escolas municipais só poderia ser efetivada, após o nome do candidato ser submetido à apreciação dos conselheiros e autorizada a sua nomeação pelo Intendente. Foi possível compreender qual era o procedimento utilizado para prover o cargo de professor nesse período através de um parecer da Comissão de Fazenda Orçamento e Contas, apresentado à mesa do Conselho sobre as contas do Município no exercício de 1916, dando ênfase à questão da Instrução pública, onde declarava:

[...] A criação dessas escolas e as despesas por elas determinadas não foram jamais comunicadas ao conselho, que entretanto, se reunia regularmente como também não lhe foram submetidas a votação dos respectivos professores, alguns dos quais sem diploma que os habilite⁵⁷ (grifo nosso).

Nesse documento, vê-se claramente que, de um lado a rede de ensino municipal estava fora do controle do Poder Legislativo (Conselho Municipal) e, por outro lado, o Poder Executivo (o Intendente) usava de princípios pouco democráticos na sua administração, pois nomeava professores para o exercício do magistério sem a prévia apreciação e autorização do Conselho Municipal, ficando evidenciado o “poder” de mando do Executivo e, conseqüentemente, a interferência

⁵⁷ Ata do conselho Municipal de Itabuna, em 19/08/1912, livro 1910/1914.

das forças políticas. Merece atenção a disputa existente entre grupos políticos locais pela busca da hegemonia.

As disputas pelo prestígio político faziam-se sentir em todos os segmentos sociais e no que tange especificamente à educação. É importante que se atente para este requerimento e o parecer que se segue:

Requerimento do professor Valentim da Costa Lima pedindo um favor igual ao que compensou o excesso de serviço de sua colega D. Amélia F. Loréns em vista de terem sido anuladas as leis sancionadas pelo coronel Firmino Ribeiro de Oliveira no primeiro Semestre do corrente ano. À Comissão de legislação e justiça a Instrução Pública para dar o parecer⁵⁸ (grifo nosso).

Veio a mesa com o parecer da comissão de Instrução Pública os decretos 03 e 04 de 04 de março baseado em leis Estaduais, mandando que o professor Bacharel Manuel Guedes Galvão e o professor Valentim da Costa Lima a reassunção das funções do seu cargo, e tornando sem efeito o de número 03, ato de 12 de janeiro do mesmo ano, sendo posto a votação, foram aprovados por 5 votos contra 2. Sendo aprovado nesta mesma sessão por unanimidade vez que já tivera sido discutido em outras sessões (grifo nosso).

Esses dois documentos demonstram claramente a interferência e disputa das forças políticas nos atos do poder executivo pela defesa dos interesses das classes dominantes, e sua conseqüente influência nos interesses presentes no campo da educação.

Também foi relevante investigar se a composição do quadro de professores, nesse momento, era constituída de maior número de professores do sexo masculino ou feminino. Os dados coletados mostram que a rede de ensino se constituía, em sua maioria absoluta, de professores do sexo feminino. Dos 56 professores, 42 eram mulheres e 14 eram homens (conforme tabela nº 8), o que correspondia a 75% e 25%, respectivamente.

⁵⁸ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 19/08/1912, livro 1910/1914.

Esses dados servem para demonstrar que, nesse período, o magistério em Itabuna já era uma profissão tipicamente feminina, mesmo considerando-se que esta tenha sido uma profissão que começou masculina através do seu exercício pelos padres jesuítas e cuja tradição se prolongou até o século XIX.

Sob essa perspectiva do magistério enquanto profissão feminina, sabe-se que muitos foram os motivos que levaram ao desinteresse masculino por esta profissão, dentre eles pode-se destacar especialmente a falta de condições de trabalho e os baixos salários. Ao lado disso, deu-se início à criação das Escolas Normais para ambos os sexos, o que provocou profundas mudanças no magistério e, conseqüentemente, o progressivo aumento do número de mulheres nesta carreira; isso, de certa forma, facilitou a implementação do contingente de mulheres para compor o quadro de professores primários da instrução na Bahia (LIMA, 1997).

Referindo-se a essa questão, Lima (1997), participante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/UFBA, no seu artigo *Magistério e Condição Feminina*, confirma que a condição feminina no magistério baiano se manteve assim, a partir do século XX, e a composição da Escola Normal passou a ser predominantemente feminina. Ela oferece dados interessantes registrados nos arquivos do ICEIA (antiga Escola Normal), os quais demonstram que entre os anos de 1905 a 1931 freqüentavam as quatro séries 2.270 alunos, sendo 2.113 mulheres e 157 homens (LIMA, 1997:132).

Como se pôde observar, tanto os dados do ICEIA como o quadro do magistério municipal de Itabuna comprovam a tese de que o magistério primário já era então percebido como uma atividade eminentemente feminina. Pelo que se comprovou com os dados da pesquisa e a coerência com o pressuposto acima, vê-se que o magistério primário, embora prestigiado moralmente, é pouco valorizado socialmente, haja vista a sua baixa remuneração. Por outro lado, a sociedade em geral tem a crença de que a mulher é formada para se doar aos outros, seja à família, aos filhos, aos maridos ou aos alunos.

A discussão e análise da questão do Magistério sugerem um aprofundamento maior, entretanto, a análise se reduzirá a um número de variáveis limitadas. Dentre as já apontadas, enfatiza-se o aspecto que diz respeito ao ingresso na carreira do magistério em Itabuna, nesse momento histórico.

O professor primário, para ingressar na carreira do magistério municipal, habilitava-se inicialmente a ensinar na zona rural, e sua classificação correspondia à cadeira inicial. Dessa forma, teria que se deslocar para os distritos e vilas e, ainda assim, seus salários eram inferiores aos demais que lecionavam na cidade, considerando-se a classificação existente no Estado da Bahia. Os professores da capital eram denominados 1ª classe, os das cidades (perímetro urbano) correspondiam à 2ª classe; os dos distritos eram de 3ª classe e adjuntos. Enfim, havia no município três classes de professores. Paralelamente a essas categorias existia o cargo de Delegado Escolar.

Cabe destacar que, para exercer a função de professor, era preciso ser formado pelas Escolas Normais ou pelos Institutos de Educação. Tal exigência dificultava a composição do quadro de professores em Itabuna, o que, certamente, acabou provocando um outro problema, que foi a não ampliação da rede escolar, sendo justificada pelos políticos pela ausência de professores qualificados para lecionar, principalmente nos distritos e vilas mais distantes da cidade. E, por conseguinte, essa questão tornava-se mais grave, na medida em que as cidades se localizavam a uma certa distância da capital.

Para se ter uma idéia mais clara da problemática, é conveniente lembrar que, na região cacauzeira, local privilegiado não só pela localização geográfica e climática, mas também pelo poder econômico voltado para a exportação do cacau, só veio surgir a primeira escola de Ensino Normal no ano de 1920, em Ilhéus, com o Instituto Nossa Senhora da Piedade. E em Itabuna, no ano de 1934, quatorze anos depois, com o Colégio Divina Providência. Fica evidenciado, portanto, a complexidade da problemática educacional na Bahia, neste período em estudo. Dentro desse contexto, pode-se estimar a gravidade do quadro educacional no sertão baiano.

Ainda em relação ao problema do provimento dos professores nas escolas municipais de Itabuna, principalmente as localizadas na zona rural, o governo passou a desconsiderar as prescrições estabelecidas em lei e começou a admitir professores sem a titulação adequada, o que resultou no aparecimento do “professor leigo”. Dos 22 professores da rede de ensino municipal, dez eram leigos (conforme Tabela 8). Com isso, abria-se no município a possibilidade do aumento do número de

escolas. Supõe-se, no entanto, que o quadro de professores ficava comprometido, no que diz respeito à qualidade do trabalho docente.

4.4.1 O Professor Leigo⁵⁹

Sabe-se que o sistema educacional público no Brasil constituiu-se historicamente a partir do trabalho dos professores leigos, principalmente nas regiões do interior. Segundo Therrien, “a professora leiga, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, é a própria figura do sistema educacional público nas áreas interioranas” (THERRIEN, 1991:13). Os dados levantados não permitiram demonstrar com exatidão o nível de qualificação dos professores de todo o sistema escolar de Itabuna no período em estudo. No que diz respeito, porém, ao quadro de professores da rede municipal, esse era constituído de um percentual de quase 50% de professores leigos, conforme tabela 8. Pela falta de registros, buscou-se confirmar os dados partindo das informações de depoentes. Disse a Professora Litza Câmara:

[...] era leiga a imensa maioria dos professores do Município e alguns deles não possuíam sequer o curso elementar e, em geral, eram os habitantes do próprio povoado ou Distrito que exerciam o papel de professor, recebendo salários insignificantes e sendo responsabilizados pelo fracasso da escola pública.

Essa situação do professor leigo também foi comentada pela professora aposentada Edith Santana (1999):

[...] Quando eu ensinei em Mutuns e Itororó só havia professora leiga. Tinha muito professor leigo naquele tempo. Aqui em Itabuna também. Até no Colégio General Osório, do Estado, lembro de Terezinha Barbosa e Amelinha. Sabe quando melhorou? Quando começou a funcionar o curso normal no Colégio Firmino Alves à noite, aí iniciou a diminuição do número de

⁵⁹ Denominação atribuída ao professor que exerce funções docentes nas séries iniciais do ensino fundamental, sem a formação profissional exigida legalmente.

professores leigos... Um monte de professores foi estudar lá, tanto da rede Estadual como da rede Municipal (Entrevista concedida em agosto 1999).⁶⁰

É conveniente ressaltar, mormente do ponto de vista pedagógico, que não restam dúvidas quanto ao valor da profissionalização para o exercício do magistério, sobretudo em se tratando da importante missão de “educar”. Todavia, salvo melhor juízo, a situação do analfabetismo em Itabuna ainda seria mais grave se o governo não tivesse lançado mão desses professores, uma vez que não é o professor a única variável responsável pelas mazelas da educação. Sabe-se que é um conjunto de fatores de ordem socioeconômica e cultural mas, sobretudo, de ordem política.

Ainda segundo Therrien:

[...] o fracasso da escola pública não é meramente um fracasso “administrativo”, e não pode ser imputado à presença da professora leiga. Em determinados contextos, é ela que ainda salva a escola pública. Afinal, esse fracasso generalizado na maioria das regiões brasileiras ocorre também nas áreas e salas onde lecionam professoras “formadas” nos moldes pedagógicos que regem as estruturas da escola tradicional (1991:14).

Cabe, portanto, reconhecer que esta é uma questão bastante polêmica e de difícil solução. Tanto assim que a manutenção do professor leigo na rede de ensino, especialmente nas escolas municipais, perdura até os dias atuais, principalmente nos sertões nordestinos, onde os governos recorrem a esses profissionais freqüentemente por serem uma mão-de-obra bem mais barata e acessível e pela escassez de professor qualificado.

Em 1917, identificou-se um ofício do coronel intendente, Manoel da Fonseca Dórea, comunicando ao Conselho Municipal que

⁶⁰ O curso normal do Colégio Firmino Alves (noturno) foi autorizado a funcionar em março de 1958, destinado aos alunos trabalhadores que desejavam seguir a profissão de professor primário.

havia recebido orientações do secretário do interior relativas ao exercício da função por parte de professores municipais não diplomados. Em atendimento às recomendações, orientava a supressão da efetividade dos professores: América Freire, da Escola mista de Ferradas; Euthalia Maria de Oliveira, da cadeira mista de Mutuns; Albertina Cavalcante de Oliveira, da cadeira mista do Arraial da Palha; Antonieta Guimarães de Lima, da cadeira mista de Macuco; Luiz Alves Liguon e José Carlos Moreira Ayres de Almeida, das Escolas número 4 e 9 desta cidade, conservando-os nos ditos cargos interinamente até que fossem substituídos por alunos-mestres, conforme preceitua a lei.⁶¹

Diante dos fatos, tudo levava a crer que, embora existissem intenções de se fazer cumprir a lei, na prática isso se inviabilizava, considerando-se a inexistência de alunos-mestres na cidade para ocupar as vagas dos professores leigos. Ficava evidente que uma lei (a legalidade) não mudava absolutamente nada no quadro educacional, permanecendo, na verdade, tudo no mesmo. Os professores seriam substituídos, quando houvesse professor diplomado. Diante dessa realidade, era preciso criar condições objetivas para se fazerem as mudanças necessárias e se esboçar um quadro educacional novo, com certeza, mais promissor.

4.4.2 O Professor Adjunto

Em 1910 foi aprovada e sancionada a Lei n.º 07 de 09 de agosto, autorizando o intendente, engenheiro Olyntho Batista Leone, a criar a categoria de professores adjuntos conforme documento a seguir:

O engenheiro Olyntho Batista Leone, Intendente de Itabuna.

Faço saber a todos os seus habitantes que o Conselho Municipal da cidade de Itabuna decretou e eu sancionei a seguinte lei: Lei nº 7 O Conselho Municipal de Itabuna decreta: Art. 1º. Fica o Intendente autorizado a criar lugares de professores adjuntos para as escolas municipais da sede do município cujo número de alunos de frequência efetiva for superior de 50 alunos. Art. 2º Da

⁶¹ Ata do conselho Municipal de Itabuna, em 10/09/1917, p. 93v, livro 1914/1917.

verba “Ensino Público” e quando permitirem as forças do município, sairá o ordenado dos professores adjuntos. Art. 3º O preenchimento dos lugares dos professores adjuntos será feito como determina a lei nº 579 de 3 de Outubro de 1904. Art. 26º e seus parágrafos. Art. 4º Fica sem efeito a lei de nº 3 de 28 de julho do corrente ano, que criou mais uma escola do sexo masculino. Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões do Conselho municipal em 09 de Agosto de 1910.⁶²

Segundo informações contidas em documentos oficiais do município, professor adjunto era o auxiliar do professor, em escolas com frequência efetiva superior a 50 alunos e uma matrícula acima de 60. Em ofício do coronel intendente, de nº 92 e 93, datados de 11/10/1916, requeridos pelo conselheiro Leopoldo Freire, as informações contidas eram bastante elucidativas quanto aos critérios de que se dispunha para a nomeação de professores adjuntos na rede de ensino municipal, ressaltando que:

Estes lugares só serão preenchidos quando alguns dos regentes das escolas urbanas o requeiram provando ter uma frequência efetiva de 50 alunos e uma matrícula de mais de 60; De posse do requerimento o Intendente manda-o ao Delegado Escolar para informar, e de acordo com esta informação deliberará; §3º Serão suspensas de funções ou removidas para outra escola as adjuntas quando se verifica a ausência dos requisitos exigidos no §1º deste artigo. §4º Os adjuntos só perceberão seu ordenado quando em exercício e deverão as petições em que requererem seus pagamentos justar o atestado de exercício do professor junto ao qual servir. Art. 9º: Revogam-se as disposições em contrário. 08 de outubro de 1917.⁶³

Esse documento expõe as condições para o ingresso dos professores na carreira do magistério, enquanto professor adjunto. A nomea-

⁶² Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna, de 1908 a 1916, gestão Olyntho Batista Leone, n.º 1.

⁶³ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 11/10/1916, p. 57v, livro 1914/1917.

ção estava condicionada às necessidades dos regentes das escolas, ou seja, aquele professor responsável por uma classe com uma frequência superior a 50 alunos teria direito a requerer um professor adjunto para auxiliá-lo. As nomeações estavam sujeitas às informações do Delegado Escolar, para em seguida serem efetivadas pelo Intendente. Os professores adjuntos poderiam ser transferidos para outras escolas ou mesmo ser dispensados, quando seus serviços se tornassem desnecessários.

Em 1919 identifica-se um ofício da professora América Freire, da cadeira mista do arraial de Conceição de Ferradas, acompanhado de um mapa demonstrativo com mais de 73 alunos matriculados e frequência média de 52 alunos da referida escola, solicitando ao Conselho Municipal a criação de um lugar de professor adjunto. A escassez de fontes impediu o acompanhamento do processo e a constatação do deferimento ou não-deferimento do que foi solicitado. Mas todos os indícios levam a crer que o pedido não foi atendido, vez que, nesse período, identificou-se a dispensa de três professores adjuntos, considerados “avulsos” até nova resolução do Conselho Municipal.⁶⁴ A dispensa desses professores adjuntos foi justificada pelas autoridades alegando dificuldades financeiras que o município estava enfrentando e, nesse sentido, era necessário reduzir as suas despesas.

Dessa situação de excesso de alunos em sala de aula decorreu um outro desdobramento, o da prática da “gratificação”. O professor da cadeira com excesso de serviço poderia requerer ao Intendente uma gratificação como recompensa pelo acúmulo de trabalhos, conforme demonstra este requerimento do professor Valentim:

Assunto: Requerimento do Professor Valentin da Costa Lima voltado com o parecer da comissão de Legislação, Justiça e Instrução pública, cuja comissão em seu parecer é de acordo que seja dada ao professor Valentin da Costa Lima uma gratificação de 400\$000 como recompensa ao excesso de serviço que teve o dito professor. Pediu a palavra Dr. Soares Lopes e requereu que fosse votado nesta sessão o requerimento do pro-

⁶⁴ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 15/10/1918, p. 64, livro 1917/1919.

fessor Valentin da Costa Lima, sendo submetido a casa e foi aprovado.⁶⁵

Essa prática de gratificação para os professores pelo excesso de alunos em sala de aula, pelo visto, não resolvia os problemas que os professores enfrentavam na rede de ensino público municipal, neste período em estudo. Pelo que se constatou, estes recursos utilizados pelos governantes incentivavam o clientelismo, a prática assistencialista e demagógica; estratégias políticas freqüentemente utilizadas para encobrir os graves males de que o sistema de ensino padecia. Portanto, o que se fazia necessário era a implantação de uma política pública de educação que fosse além dessas práticas clientelistas, que se buscasse soluções mais definitivas para a melhoria da educação no município, como por exemplo: melhores salários para os professores, condições adequadas de trabalho e ampliação do número de escolas, dentre outros.

4.4.3 O Delegado Escolar

O Delegado Escolar era o agente responsável pela inspeção e fiscalização das escolas do município, encarregado de fazer cumprir as normas estabelecidas pelo Regulamento da Instrução Pública do Estado da Bahia e Regulamentos Municipais. O cargo de Delegado Escolar foi previsto desde o projeto de lei que definia o quadro do funcionalismo público do Município em 1912, pelo intendente Cel. Antônio Gonçalves Brandão. Oficialmente criado através da Lei número 09 de 15 de julho de 1912 do Conselho Municipal de Itabuna, era assim definido: “Faço saber a todos os seus habitantes que o Conselho Municipal de Itabuna decretou e eu sancionei sob o n.º 09 a seguinte lei: ‘Artigo 1º. Fica criado o lugar de Delegado Escolar, vencendo o ordenado de três contos de reis (3:000\$00), devendo este cargo ser ocupado por pessoa diplomada. Artigo 2º. Revogam-se as disposições em contrário’”.⁶⁶

⁶⁵ Fonte: Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 29/08/1912, folha: 65, livro 1910/1914.

⁶⁶ Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908 a 1916, Gestão Olyntho Batista Leone, nº 01.

Na presente lei pode-se verificar a exigência de pessoa diplomada para ocupar o cargo de Delegado Escolar. Tal medida provocou muitas discussões entre os governantes e políticos, sendo levantado o seguinte questionamento: como nomear pessoa com titulação em nível superior para ocupar o referido cargo, se o número de profissionais com titulação no município era tão restrito?

Após muitas discussões sobre a questão, foi enviada ao Conselho Municipal uma proposta de emenda de lei, no que se refere à última parte do artigo, a qual exigia a “nomeação de Delegado Escolar de pessoas diplomadas,” para que fosse revogada. Foi alterado o artigo com um parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Instrução Pública, o qual dizia que o artigo 1º foi revogado, a partir da seguinte argumentação:

Considerando a falta de pessoa diplomada para exercer o cargo de Delegado Escolar neste Município é de parecer que seja revogado o aludido artigo. Podendo ser exercido o lugar de Delegado por pessoa de comprovada idoneidade vencendo o ordenado de 250\$000 mensais pela verba da Instrução Pública. O Conselheiro Domingos Lopes, Eliezer Augusto Lopes, vota contra o parecer e propõe a seguinte emenda: O lugar de Delegado Escolar deverá ser ocupado por pessoa diplomada em direito ou por outra qualquer comprovando aptidão e idoneidade a juízo do Conselho.⁶⁷

Para exercer o cargo de Delegado Escolar foi escolhido o advogado Gileno Amado, nomeado pelo intendente interino, Cel. Antônio Gonçalves Brandão, em 19/08/1912, porém seu exercício durou pouco tempo, visto que, em ato de 22 de outubro do mesmo ano, foi escolhido Olavo dos Santos, funcionário público do município, para assumir as funções de Delegado Escolar, em substituição a Gileno Amado.

Nesse período, o Conselho Municipal procurou deliberar acerca das atribuições do Delegado Escolar, apresentando uma emenda aos artigos da lei de número 20, de 16 de outubro de 1908. Artigo XVII do Capítulo III. Ao Delegado Escolar compete:

⁶⁷ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, em 29/11/1912, p. 102v, livro 1910/1914.

§1º A fiscalização do ensino em todo Município com observância ao regulamento do Ensino do Estado. §2º Inspeccionar o ensino, a disciplina, a administração e a higiene de todas as escolas do Município, pelo menos 02 vezes por mês, sob pena de multa de 10\$000 a 50\$000 imposta pelo Intendente. §3º Fazer a devida inspeção de modo que as escolas tenham mobília e casa em condições higiênicas §4º Que os professores do ensino sejam de clara intuição. §5º Que os programas, horários, livros e demais material sejam aprovados por lei. §6º Que a escrituração das escolas sejam de conformidade com os modelos estabelecidos no regulamento Estadual. §7º Que a assiduidade, zelo e procedimento dos professores denotem o bom desempenho de suas funções. §8º Que tudo mais quanto possa interessar a boa marcha do ensino e aproveitamento dos alunos obedeça ao que está escrito por lei. §9º Lavrar no livro competente da escola o termo da sua visita, mencionando tudo quanto for digno de louvor ou de ensino, atestando o exercício dos professores e as faltas que este cometerem durante o mês e a freqüência dos alunos. §10º Inventariar o material da escola quando o professor assumir ou deixar a cadeira, lavrando no livro competente, o respectivo termo, do qual o professor extrairá cópias para ser remetido a secretaria da Intendência por intermédio da secretária da Intendência por intermédio do Delegado escolar. §11º Compete ainda comunicar ao Intendente as faltas e procedimentos dos professores e tudo quanto lhe for por aquele requisito com relação as escolas aos professores, aos alunos e aos serviços em geral. §12º Fornecer ao Intendente as informações que achar necessário com relação aos prédios escolares local, estado higiênico em que se achar para as necessárias providencias. §13º Auxiliar ao Intendente e o conselho em tudo quanto for para o desenvolvimento da Instrução Pública Municipal. §14º Apresentar semestralmente um relatório circunstanciado do sistema e método do ensino, aproveitamento dos alunos, procedimentos dos professores, estado higiênico das escolas, da mobília e demais material escolar. §15º Satisfazer todas as requisições e recomendações do Intendente e conselheiro com relação as funções do seu cargo. §16º Atestar mensalmente o exercício dos pro-

fessores, e frequência média dos alunos das escolas municipais, quando pelos professores lhes forem solicitados.⁶⁸

Observa-se, nesse documento, uma extensa lista de atribuições conferidas ao Delegado Escolar, deixando-o sobrecarregado tanto no aspecto burocrático-administrativo quanto no pedagógico. Suas principais funções eram: inspecionar escolas, verificar disciplina, fiscalizar higiene, comprovar assiduidade dos professores e alunos, atestar falta e frequência, inventariar material, enviar relatório ao Intendente, dentre outros. Quanto à questão técnico-pedagógica, deveria verificar a prática do professor, o material didático utilizado, organizar e realizar os exames finais e outros. A carga excessiva de trabalho atribuída ao Delegado Escolar acabava dificultando a execução da tarefa básica que deveria realizar: uma atitude orientadora da ação educativa.

Com a implantação do serviço de inspeção escolar, através da nomeação dos Delegados Escolares, esperava-se que a realidade da educação pública do Município de Itabuna melhorasse. Esta expectativa deve-se ao Projeto de Lei nº 25 da Comissão de Instrução Pública, que dizia:

[...] no justo intuito de bem concorrer para o progresso do ensino público deste município, e, compreendendo que o cargo que se pretende criar é momentoso e de justa necessidade, para uma boa fiscalização dos serviços públicos nos vários departamentos com a sociedade, é de parecer que seja convertido em lei o presente projeto, para efeito de ser criado o cargo de Delegado Escolar [...]⁶⁹ (grifo nosso)

Parece, entretanto, que os resultados não foram exatamente os esperados. Os inspetores enfrentaram grandes dificuldades que vão desde a distância dos distritos até a falta de informações sobre o número de escolas existentes e sua localização, como já denunciava o jornal de circulação local *A Época*, em 1909:

⁶⁸ Ata do Conselho Municipal de Itabuna, p. 113/114, livro 1910/1914.

⁶⁹ Ata do Conselho Municipal de Itabuna.

[...] pelas condições do ensino primário em nosso meio não é responsável o Delegado Escolar, Dr. Otacílio de C. Lopes, que apesar de insistentes pedidos feitos ao Sr. Diretor da Instrução do Estado desde o ano passado, ainda não recebeu a relação das escolas neste município.⁷⁰

Essa situação não foi possível ser melhor esclarecida pela escassez de informações nas fontes pesquisadas, como por exemplo: condições materiais, livro de registro de inspeções, aproveitamento dos alunos, livros didáticos, práticas pedagógicas, dentre outros. O único registro relatando as atividades dos inspetores foi o seguinte informe: “Mensagem do Dr. Oswaldo Oliveira, Delegado Escolar, demonstrando o movimento e a necessidade das escolas desta cidade. Ciente”, no expediente da sessão do Conselho Municipal do dia 01/05/1921”.⁷¹

Vale esclarecer que a fiscalização das escolas Estaduais e Particulares também era feita pelos Delegados Municipais, segundo depoimento da professora Elza Melo.⁷²

O Delegado Escolar fiscalizava as escolas do Estado, do Município, particulares e profissionais... As escolas particulares geralmente seguiam o programa das escolas públicas, algumas com mais interesse e tinham todo conforto... Os Delegados visitavam, assistiam, corrigiam os livros da escola, verificavam matrícula. Se era escola como o “Lúcia Oliveira” que tinham mais de dez professores era examinado o livro de ponto, o livro de algumas professoras e dava-se o visto em todos eles... ia-se também nas salas de aulas. Mas, havia ocasião em que a visita era mais ligeira porque o Delegado já tinha conhecimento do trabalho de cada regente, e, às vezes, ia-se a diretoria lavrava o visto do livro de ponto e pronto (entrevista realizada em 18/03/1999).

⁷⁰ Jornal *A Época*, em 03/04/1929, p. 462, ano 1929.

⁷¹ Jornal *A Época*, em 07/03/1921, p. 231, livro 1920/1923.

⁷² A professora Elza Melo nasceu em 1913. Formou-se no Instituto Normal da Bahia, veio para Itabuna no ano de 1931. Começou a lecionar na rede pública de ensino pelo Estado a partir de 1930. Exerceu a regência de classe durante dois anos. Desempenhou as funções de diretora de colégio, inspetora de ensino, delegada escolar e supervisora educacional.

Sem dúvida, a tarefa dos delegados escolares não era fácil. Eles tinham a missão de coordenar todo o trabalho de implantação e organização escolar ocupando, portanto, um lugar importante na história da educação regional. E, para contribuir com o processo de reconstrução da memória histórica, no período em questão, foi possível recuperar o nome dos primeiros delegados escolares a partir de fontes primárias.

Tabela 9 - Relação dos Delegados Escolares da Cidade de Itabuna: 1906/1930

Data de Nomeação	Nome	Formação
19/08/1912	Dr. Gileno Amado	Bacharel
22/10/1912	Sr. Pedro Olavo dos Santos	Funcionário da Prefeitura
1921	Dr. Oswaldo Oliveira	Bacharel
30/05/1924	Dr. Alípio Lopes	Médico
1925	Dr. Reynaldo Sepúlveda	Advogado
1928	Dr. Octaciano de Carvalho Lopes	Advogado
1929	Dr. Otacillio de C. Lopes	Não identificado

Fontes: Atas do Conselho Municipal de Itabuna.
Jornal "A Época" de 1917 a 1929.

4.5 Remuneração dos professores

A remuneração dos professores era estabelecida a partir da categorização das escolas por critério de localização: escolas de 1ª classe, as localizadas na capital; de 2ª classe, na zona urbana, e as de 3ª classe, aquelas situadas nos distritos. A partir das diferentes categorias de escolas e funções assumidas, a remuneração dos professores se diferenciava. Assim, havia distinção da remuneração do Delegado Escolar, seguido dos professores do perímetro urbano; dos distritos rurais e dos adjuntos. Os valores eram definidos segundo tabela Estadual.

Para que se possa visualizar melhor os valores relativos à remuneração dos professores da rede municipal, elaborou-se um quadro demonstrativo sobre os seus vencimentos, com um intervalo de tempo de 5 em 5 anos.

Tabela 10 - Remuneração dos Professores da Rede Municipal de Itabuna: 1910 a 1925

Pessoal/Função	Ordenado Mensal				
	1909	1915	1920	1925	1930
Delegado Escolar*	250\$000	200\$000	200\$000	200\$000	-
Professor elementar 2. ^a classe	133\$333	156\$250	166\$666	304\$583	-
Professor elementar 3. ^a classe	116\$666	116\$666	116\$666	240\$000	-
Professor Adjunto	-	100\$000	111\$083	-	-
Professor curso complementar	-	200\$000	-	-	-

Fonte: Atas do Conselho Municipal de Itabuna 1900 a 1930.

* A partir de 1912.

Obs.: 1930, ausência de dados.

Analisando a tabela salarial, constata-se uma diferenciação de proventos entre os profissionais da educação. Estabelecendo uma comparação nos valores dos vencimentos no ano de 1915, viu-se que os Delegados Escolares percebiam vencimentos 28% acima dos vencimentos dos professores de 2^a classe e estes, por sua vez, tinham em média 56,25% acima dos vencimentos dos adjuntos.

Observa-se, também nessa tabela, que os salários se mantinham sem aumento por um longo período, a exemplo do professor de 3^a classe, cujos salários mantiveram-se estacionados em R\$ 116\$000 (cento e dezesseis mil réis), desde 1909 até 1920, portanto 10 anos sem aumento salarial. Nota-se, ainda nessa tabela, que o salário do professor complementar era diferenciado, equiparava-se ao salário de Delegado Escolar.

Percebe-se, portanto, que não havia uma política de valorização do magistério e, nesse sentido, criavam-se formas adicionais de “incentivos” para melhorar os baixos salários dos professores. Um desses recursos era a gratificação pelo excesso de serviço. O professor que tivesse uma carga horária de trabalho extra poderia requerer esse benefício. Isso, porém, ficava a critério do Intendente e, certamente, dependia das influências políticas, para que fossem atendidas as reivindicações. Uma outra forma de obter um adicional salarial estava vinculada ao desempenho escolar do aluno. “A Lei nº 02 de 29/03/1909, Artigo 3º, §2º, dizia: os professores municipais que provarem, no fim de cada ano letivo, o aproveitamento de seus alunos, a juízo de uma comissão

examinadora nomeada pelo Intendente, perceberá uma gratificação de R\$ 200\$000 (duzentos mil réis).”

Ao lado desses benefícios, surge um terceiro incentivo: o de freqüência dos alunos. O intendente interino, Cel. Firmino Ribeiro de Oliveira (1912), regulamenta uma nova lei de número 4, publicada em 21 de maio de 1912, que incentivava vantagens ao professor que assegurasse a freqüência dos alunos no período letivo:

Art. 1.º - Fica criada uma gratificação de 300\$000 anuais para cada escola que tiver freqüência durante os meses letivos além da lotação, 10 até 20 alunos. Art. 2.º - Para o professor aproveitar os benefícios desta lei, deverá mandar diariamente a secretaria da intendência, um boletim da freqüência diária da escola “para os da cidade” e semanalmente para as dos arraiais. Art. 3.º - Os que não satisfazem as disposições do art. 2.º perderão o direito a qualquer gratificação. Art. 4.º - O intendente fica autorizado a abrir crédito necessário afim de atender ao pedido justo do professor Valentim da Costa Lima, relativo ao exercício de 1911 de acordo com o art. 1.º desta lei. Art. 5.º - fica concedido igual favor a professora Amália Ferreira Lorens. Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.⁷³

Do que se verificou em 1913, todas essas vantagens foram canceladas. O projeto de lei nº 5 que, dentre outras medidas, teve o objetivo de conter os gastos do município dizia: “[...] fica abolida a gratificação dos professores municipais [...]”.⁷⁴

Essa medida chama a atenção em função de que, nesse momento histórico, a economia cacauera estava em equilíbrio. Não havia, pois, oscilação entre a oferta e a procura mundiais de cacau e cotações, contrariamente ao que acontecia em todo o país, decorrente da retração dos mercados e da queda acentuada no volume de negócios, resultante do desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial (1914/1918). De

⁷³ Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna, Gestão Olyntho Leone, em 23/04/1912.

⁷⁴ Atas do Conselho Municipal de Itabuna, em 19/05/1915, folha 158/v.

acordo com Garcez e Freitas (1997:29), a comercialização e produção do cacau não sofreram solução de continuidade. Longe disso, o que houve foi uma tendência cada vez maior, tanto no volume quanto nos preços do produto, mesmo no período pós-guerra.

Diante desse contexto socioeconômico, não se encontram razões para justificar os argumentos e as medidas adotadas pelos poderes públicos locais, no que diz respeito à redução salarial dos professores. Mais uma vez, os fatos comprovam que a questão da educação repousa, fundamentalmente, numa análise mais profunda da realidade social concreta, numa perspectiva totalizadora, não podendo ser analisada de forma fragmentada. Além disso, é, sobretudo, uma questão de vontade e decisão políticas.

A despeito de tão grave medida, de redução salarial do professor, dos baixos salários que percebiam e da falta de regularidade no pagamento, tanto na rede municipal quanto na estadual, motivando uma série de constrangimentos e privações, não se encontra registro de qualquer reação de indignação e protestos por parte dos professores ou pela imprensa local.

Como se observa, muito embora a retórica dos governantes considerasse a educação como prioridade para o desenvolvimento sócio-cultural e, por outro lado, reconhecesse o trabalho do professor como de fundamental importância para este fim, as ações na prática se distanciavam dos discursos. Silva, na sua tese de doutorado sobre o Ensino Primário na Bahia, analisa esta questão do desrespeito ao professorado baiano da época e comenta:

Se na capital do Estado havia tamanho desrespeito ao professorado, em nada diferia a situação daqueles que ainda mais sofriram as agruras da longitude no interior. Esses, sem voz diante da dificuldade de comunicação, conviviam com a falta de pagamento, em total esquecimento por parte do governo (1997:93).

Pelo visto, a questão da falta de valorização do profissional da educação é um fato incontestável, que vem se constituindo historicamente. Um artigo do jornal *A Época*, em 1925, teceu o seguinte comentário:

[...] Mas a remuneração do professorado não corresponde aos sacrifícios que deste se exigem e muitas vezes se atrasa, submetendo a sérios vexames os preceptores da infância. Mal pagos e muitas vezes com os vencimentos atrasados, os professores para cumprir sua elevada missão precisam de grande dose de estoicismo, e como este não se pode exigir de todos, a instrução deixa muito a desejar (Jornal *A Época*, 03/04/1929, n.º 462).

Assim, não há como negar que esta questão não era pontual, pois estava localizada tanto no interior dos municípios como na capital, tanto no Sul quanto no Norte do País.

4.5 Organização do trabalho escolar

4.5.1 O pensamento pedagógico

Com o novo Regime Republicano, a configuração global da sociedade se altera, principalmente a estrutura socioeconômica, passando a receber influência mais direta de um capitalismo mais moderno, o norte americano. Segundo Ramalho (1976),

o surto modernizador que se iniciava, vai atuar nos diversos níveis da sociedade e produz questionamentos nas idéias e valores estabelecidos, na organização jurídico-política, nas ênfases da economia e inevitavelmente na formulação da prática educativa (RAMALHO, 1976:73-74).

Neste contexto, a educação brasileira é marcada pelas idéias de expansão da rede escolar (entusiasmo pela educação) e da desanalfabetização do povo. Para concretizar estas idéias, a educação carecia de reformas e adaptações. Daí, tomaram como modelos os princípios pedagógicos europeus e sobretudo norte-americanos que passaram a se constituir paradigma para grande parte da intelectualidade brasileira.

O novo conhecimento pedagógico introduzido sobretudo pelos colégios americanos não tardou a conquistar “o senso comum pedagógico dos educadores,” e houve um esforço para a renovação escolar e

para a superação do arcaísmo do sistema educacional vigente; buscou-se seguir as “inovações pedagógicas” implementadas no sistema educacional brasileiro sob a influência dos ideais da escola nova.

Tal concepção, no final dos anos 20, com as conferências Brasileiras de Educação promovidas pela ABE (Associação Brasileira de Educação) foi amplamente discutida entre os intelectuais e a sociedade civil, materializando-se nas escolas que buscavam redirecionar os seus padrões didáticos e pedagógicos. Em outras palavras, buscavam implementar nas escolas as “idéias novas”, fruto de um processo de transplante cultural, tendo como base um tipo de sociedade “urbano-industrial”, próprio das sociedades capitalistas avançadas (RIBEIRO, 1991; GHIRALDELLI, 1990; RAMALHO, 1976).

Os defensores da Escola Nova influenciavam nas diretrizes de uma política escolar respaldada nos princípios escolanovistas que se delineavam para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Nessa direção, foram realizadas muitas reformas em vários estados do país, por exemplo: Lourenço Filho, em 1923, no Ceará; Anísio Teixeira, em 1925, na Bahia; Mário Casassanta e Francisco Campos, em 1927, em Minas Gerais; Fernando de Azevedo, em 1928, no Distrito Federal; e Carneiro Leão, em 1928, em Pernambuco.

Para se ter uma idéia mais clara sobre as reformas ocorridas, Nagle expõe abaixo o ideário que refletia os princípios educacionais:

A reforma de ensino implicava na ampliação da rede escolar; na criação de instituições escolares e paraescolares; na criação de órgãos técnicos para melhorar o complexo administrativo escolar; e remodelação do ensino, compreendida como uma nova concepção sobre a infância, à luz da psicologia, portanto, sendo necessário uma nova didática, uma nova pedagogia e uma nova metodologia. Esta remodelação traduzia os princípios do escolanovismo (NAGLE, 1974 apud FREIRE, 1989:203).

Em Itabuna observa-se um interesse por estes movimentos renovadores, não só por parte dos professores, como também nos discursos dos governantes. Num relatório do Intendente Manoel da Fonseca Dórea (1917), percebe-se que eram refletidos os ideais dos movimentos renovadores da educação dos anos 20, ao afirmar que “[...] o pro-

blema capital da instrução municipal é principalmente o de sua organização racional sob uma feição integral e uniforme com adaptação de métodos modernos, observação rigorosa dos preceitos higiênicos e, sobretudo, o de sua instalação decente e cômoda”⁷⁵ (grifo nosso).

Pelo visto, os professores da Rede Escolar de Itabuna buscaram acompanhar o que entendiam ser tendências pedagógicas da Escola Nova, dando ênfase ao método ativo de ensino-aprendizagem, incentivando a liberdade da criança, os trabalhos manuais nas escolas e método de trabalho em grupo. Uma das primeiras escolas a introduzir os novos métodos de ensino foi a Escola Americana, da professora Sancha Galvão. A professora foi formada pela Escola Normal Instituto Ponte Nova (Ba, 1906) de missionários presbiterianos norte-americanos. Somava-se a essa formação sua grande experiência profissional adquirida nas escolas missionárias, pagas pelas Igrejas Batistas.

A professora iniciou a sua escola em Itabuna em 1925, com pessoas de sua família. É registrado aqui um fragmento do livro de *Memória da Professora Sancha Galvão*, a qual relata momentos da Escola Americana em Itabuna, durante esse período:

[...] No princípio daquele ano, resolvi começar a escola com os três. A salinha da frente podia comportar umas oito ou dez crianças. Maneco fez duas carteirinhas de caixão de querosene. Comecei a ensinar aos três. Em pouco tempo espalhou-se que eu era professora e que ensinava pelos métodos americanos, que já havia ensinado em diversos lugares etc. (grifo nosso).

Dr. Rulfo Galvão, um médico conceituado que tinha sido casado a primeira vez com uma moça professora que tinha estudado na Escola Americana Taylor Egídio, na Bahia, começou a fazer propaganda deste método. Os filhos dele do segundo casamento eram pequenos e os do primeiro, Alberto e Orlando Galvão, estavam todos no ginásio na Bahia. Havia um negociante muito rico, Sr. Martinho Conceição (era até o proprietário da nossa casa), que

⁷⁵ Ata da 5ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Itabuna, em 14/03/1917.

tinha vários filhos pequenos e veio falar-me para ensinar à mais velha, menina dos seus seis anos. Disse-lhe que não tinha mobília. Pediu-me o modelo de uma carteira para ele mandar o oficial lá tomar as medidas e fazer uma para a filha (grifo nosso).

Foram chegando alunos; os pais iam fazendo a propaganda. Já havia carteiras pelo corredor, crianças pela sala de jantar e o pior era que eu não podia rejeitar, porque pediam, imploravam, diziam:

Ponha aí o meu, num cantinho.

E, assim, ia cedendo [...].

E, complementa adiante:

[...] Cresceu bastante o prestígio da Escola Americana. No segundo semestre já não havia lugares nas duas salas para os alunos. A minha casa ficava perto da escola; eu tinha uma classe para a salinha onde tinha sido a primeira escola [...] (GALVÃO, 1993:103/104).

Dessa pequena, mas rica descrição, podem-se levantar algumas questões bastante interessantes para a análise em foco: A primeira diz respeito aos novos métodos de ensino, pois ficou demonstrada a importância que se atribuía aos métodos modernos, diga-se de passagem, americanos, transplantados de outras realidades sócio-político-culturais bem diferentes da realidade nacional, e introduzidos nas escolas sem uma preocupação com a realidade sociocultural, econômica e pedagógica local. Diante dos fatos pergunta-se: até que ponto as importações desses princípios educacionais modernos implantados em locais com realidades econômicas e culturais tão distintas significavam melhorias para o ensino?

Essas preocupações encontraram eco nas palavras de Ribeiro (1991), ao comentar que as distintas situações infra-estruturais das sociedades nascem em diferentes situações superestruturais e, portanto, educacionais. Então, como implantar as idéias novas (de países com instituições seculares) sem levar em consideração as instituições e as antigas práticas já existentes aqui? Ou ainda, a inexistência de um sistema de ensino, como era o caso específico de Itabuna? E

ainda a falta de formação profissional e a desvalorização dos professores? Assim, parece que a questão ficava muito no nível das intenções pelo desejo de “consumo das idéias novas,” contudo, sem condições objetivas de realizá-las.

Apesar das questões levantadas, foi possível observar que o entusiasmo e otimismo dos educadores predominaram aqui nesse período, permitindo perceber que a rede escolar, nesse instante, sofria os reflexos do pensamento pedagógico moderno. O seu quadro de professores, ora em formação, já possuía um número significativo de alunos-mestres (professores formados em escolas Secundárias Normais) vindos da capital, ou mesmo da Europa e Estados Unidos, (pe. Carlos Zimmerman, alemão; Maria Carolina (Mariquinha) portuguesa; Gilda Santos, estudou na Suíça, onde as tendências escolanovistas já eram veiculadas desde o séc. XIX). Nesta direção, Reis Filho afirma. “[...] de todos estes procedimentos pedagógicos, o método intuitivo, graças aos discípulos de Pestalozzi, difundiu-se na Alemanha a partir de 1825 e ao longo do século XIX, por toda a Europa e Estados Unidos, chegando a ser considerado o método pedagógico por excelência [...]” (REIS FILHO, 1995:68).

Face a esse contexto, perguntou-se às professoras Litza Câmara e Elza Cordier, estudantes na época, ambas formadas pelo Instituto Normal de Educação da Bahia, sobre a questão dos modelos e métodos pedagógicos da época. Estas recordaram o período, comentando o comportamento característico das escolas frente aos princípios educacionais, dizendo:

[...] Até o curso fundamental não se notava muito. Mas na escola Normal em Salvador, sim. Porque já estava em completa ebulição a Escola Nova, que já havia começado desde a década de 20. Também sofria uma influência muito grande, por exemplo, da professora Gilda Santos que estudou na Suíça, tinha também o padre Carlos Zimmerman alemão, que fugiu da guerra; padre Torram era pesquisador, professor de canto e uma professora portuguesa Dona Mariquinha que era irmã de Pe. Luiz Vieira (CÂMARA, 1999).

Analisando também essa questão, Souza (1998) constatou que a característica da renovação escolar da época estava na força dos novos

métodos. O método intuitivo foi o símbolo da modernização do ensino. Surgiu na Alemanha no final do século XVIII, por iniciativa de Basedow, Campe e sobretudo Pestalozzi, que, por sua vez, buscou respaldo nas idéias de filósofos e pedagogos como Bacon, Locke, Hume, Rousseau, Rabelais, Comenius, Froebel, entre outros. O método intuitivo consiste “na representação de objetos ou imagens e em sua elaboração na imaginação e na inteligência do aluno” (LUZURIAGA, 1996: 233). Esse era o fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição do conhecimento decorria dos sentidos e da observação. Portanto, compreendia-se que a intuição não consiste na simples recepção passiva das impressões ou sensações do interior, mas supõe também a participação ativa. Daí Pestalozzi valorizava a psicologização do ensino, ajustando-o ao funcionamento da vida infantil. Isso significa negar a lógica predominante do “método tradicional” de ensino, em que se dava ênfase à memorização e repetição, na perspectiva da abordagem dedutiva do saber o qual partia do simples para o complexo, do particular para o geral (SOUZA, 1998:159).

4.5.2 O Currículo

O segundo aspecto a destacar no que tange à organização do trabalho escolar é a questão curricular. Considerando as reformas educacionais implantadas nos vários Estados, a Bahia apresentou também uma proposta de reformulação do ensino primário baiano em 1925, apoiada na perspectiva de “escola primária integral”, idealizada por Anísio Spínola Teixeira, definida no artigo 65 da Lei nº 1.846 que colocava a organização curricular, nestes termos:

Será sobretudo educativa buscando exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade, ministrando-lhes noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento do pensamento e da expressão: guiando-lhes as atividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidando, finalmente, do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados e o conhecimento das regras

elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino às particularidades e ao ambiente [...] (NAGLE, 1974 apud RIBEIRO, 1991:90).

Com as reformas educacionais, conseqüentemente os currículos e os conteúdos programáticos tornaram-se alvo de reformas. Foram elaborados de acordo com o princípio do humanismo clássico e a tendência científica (positivista) vigente na época. Rabelo Ribeiro, num estudo sobre a educação do Pará durante o ciclo da borracha: 1870-1913, chama a atenção quanto à metodologia de ensino desenvolvida neste período:

Os conteúdos eram ministrados através de aulas teóricas e práticas, onde era enfatizado o método racional, o método da lógica e da razão proposto por Conte, onde a observação e a experimentação do objeto de estudo eram prioritários (RIBEIRO, 1996:136).

Para efeito de referência foi possível identificar a grade curricular do curso primário fundamental das escolas do município a partir dos resultados dos exames finais publicados em jornais da época. Compunha-se o mencionado curso das disciplinas abaixo:

Tabela 11- Quadro de Disciplinas dos Cursos: Primário Elementar e Primário Complementar das Escolas do Município de Itabuna-BA:1906/1930

Curso Primário Elementar	Curso Primário Complementar
1º Português	1º Português
2º História do Brasil	2º História do Brasil
3º História Natural	3º História Natural
4º Geografia	4º Geografia
5º Aritmética	5º Aritmética
6º Desenho	6º Desenho
7º Francês	7º Francês
8º Trabalhos Manuais	8º Ensino Religioso
9º Ensino Religioso	9º Educação Física
10º Educação Física	10º Caligrafia e Ditado
	11º Música

A partir dessa grade curricular, vê-se a predominância de disciplinas de cunho propedêutico (teórico) sobre as atividades práticas. Contudo, pode-se aventar alguns elementos que apontavam para a influência da ideologia positivista. Segundo as falas de depoentes foi confirmado que através das metodologias aplicadas nas escolas, a ênfase era dada à formação prática, tendo em vista os novos processos de ensino da experimentação, concebido a partir do método intuitivo. A professora Litza Câmara, estudante da época, experienciou essa tendência cientificista da educação e assim se expressou:

[...] em Salvador, nós tínhamos gabinete de Física, uma sala pra química, outra pra História Natural, mas se aprendia mais com padre Carlos desenhando do que lá naquela sala. Um dia Dr. Sá de Oliveira, que era o “ás” na Faculdade de Medicina, fez um experimento com pólvora e explodiu a sala e ficamos 2 meses sem aula [...].

Esse depoimento esclarece a hipótese de que o ensino na Bahia e, por extensão, em Itabuna, também, sofreu a influência do pensamento positivista e do método intuitivo. Mas, pelo que se constatou na grade curricular acima e de acordo Rabelo Ribeiro (1997), os programas de estudo, no período, demonstravam um caráter enciclopédico dos conteúdos, e o ensino buscava pautar-se, de forma concreta, através da observação e experimentação, elementos essenciais do método racional, um dos dogmas da filosofia positivista. Estavam, portanto, instauradas as contradições.

A escassez de fontes no que diz respeito às metodologias de ensino não permitiu uma análise mais minuciosa acerca dos conteúdos trabalhados nas salas de aula. Esses elementos seriam imprescindíveis para uma identificação mais consistente das tendências pedagógicas empregadas e influências ideológicas que perpassavam o período em estudo. Mas, através do testemunho de depoentes, porém, encontram-se vestígios de uma prática em que se ensinava através da leitura com interpretação, do ditado, da cópia, do uso da caligrafia para “consertar” a letra. O uso da tabuada era muito freqüente, fazia-se sabatina e muitas provas e exercícios orais. A

professora aposentada, Elza Cordier, assim se expressou ao ser interrogada sobre a questão:

Olha, nós pegávamos as matérias português e aritmética que naquele tempo não se chamava matemática. A tabuada, aquilo era “religioso”, não é? Quanto ao português, uma coisa que ajudou muito mesmo e cria o hábito de leitura, foram as cópias e as composições que o aluno tinha que fazer e, isso era uma coisa obrigatória, não? (entrevistada em 27/03/1999).

Cabe destacar que, apesar desse forte movimento renovador de mudanças quantitativas e qualitativas (ampliação da rede escolar e transformações pedagógicas) implementadas na educação, vivia-se movimentos contraditórios. Se, de um lado, tinha-se o grupo dos renovadores, do outro lado havia a resistência dos conservadores. E, nessa dinâmica das ambigüidades e contradições próprias de uma sociedade que se modernizava, os professores conviviam com ambas as realidades: “os métodos modernos”, a escolarização para todas as crianças (o ideal) e as “práticas tradicionais”, o analfabetismo (o real).

4.5.3 Os Exames Escolares

Nas escolas elementares e complementares da Rede de Ensino do Município de Itabuna, a cada encerramento do ano letivo realizavam-se os exames escolares finais para todas as crianças que freqüentavam as aulas, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. Aconteciam, aproximadamente, no final do mês de novembro ou início de dezembro.

Os exames tinham como objetivo verificar o nível de conhecimento do aluno em cada matéria e qualificá-lo na série que cursava. Os assuntos versavam sobre todas as matérias do programa, de acordo com a série em que o aluno estava. Um artigo publicado no jornal da cidade se referiu à questão dizendo:

[...] Todas as escolas públicas e particulares têm por dever apresentar alunos para exames, pelo menos uma vez por ano, a fim de que seja testemunhado publicamente algo dos esforços daqueles que se comprometem a educar a infância.

Assim, confiamos que as demais escolas, que por qualquer motivo não atendem a essa obrigação exigida pelo regulamento do ensino, não deixarão de esforçar-se o mais possível, a fim de que no ano vindouro não se tornem mais passíveis dessa falta [...].⁷⁶

A organização dos exames escolares era coordenada pelo delegado escolar que constituía uma “Banca Examinadora”, composta geralmente de 4 membros, formada por professores, autoridades e intelectuais da cidade, nomeados pelo Juiz de Direito da Vara e Crime. Um artigo publicado no jornal *A Época*, de circulação local, em 1929, informava sobre a maneira como o sistema era organizado:

O Dr. Otaciano de Carvalho Lopes, Delegado Escolar deste município está organizando a lista das comissões que devem funcionar nos exames das escolas públicas da cidade e do interior a se realizar no corrente mês.⁷⁷

Ainda a esse respeito, um outro artigo do mesmo jornal (1928) apresentava a programação prevista para os exames finais e elogiava os esforços dos professores itabunenses pelo bom desempenho das crianças nos exames finais, conforme se vê logo abaixo:

Tiveram início no dia 12 corrente os exames de promoções finais das escolas primárias deste município. No dia 12 foram examinados os alunos das escolas da Monte Pio dos Artistas regida pela professora Maria dos Anjos e das professoras Brasília Baraúna, Alice Cordier Pinto, Maria da Luz, da Cidade, e Adalgisia Araújo, de Mutuns.

No dia 13 foram examinados os alunos das escolas regidas pelas professoras Lindaura Brandão, Alzira Pacheco, Armindo Costa e Guilhermina Cabral.

No dia 21, foram examinadas as crianças das escolas “Aurora Juvenil” dirigida pela professora Julieta Mota e das professoras

⁷⁶ Jornal *A Época*, n.º 2, em 18 de novembro de 1917.

⁷⁷ Jornal *A Época*, n.º 516, em 02 de novembro de 1929.

Albertina Barbosa, Lúcia S. Oliveira, na Cidade, Leonor Santos, de Ferradas, e Teodora M. Santos, de Macuco.

No mesmo dia foram submetidos a exame os alunos do colégio “10 de Janeiro” dirigido pela professora Alzira Pain Pires.

No dia 22 foram examinados os alunos da “Escola Americana” e do colégio “Catharina Paraguassú” dirigidas respectivamente pelas professoras Sancha Galvão e Helena Barbosa.

No mesmo dia, submeteu-se a exames os alunos das escolas regidas pelas seguintes professoras: Maria Conceição Bonfim, Alice Ferreira e Otaciana Pinto.⁷⁸

A Banca Examinadora era constituída de um presidente e dos examinadores, geralmente em número de três. Tomou-se 02 exemplos de formação de Bancas Examinadoras:

Colégio São Vicente de Paulo/1925

Resultado Geral do Colégio São Vicente de Paulo, realizados em 16, 17 e 18 de novembro- Banca Examinadora, teve como presidente a Dr^a. Alzira Franco. Examinadores: Dr. Reynaldo Sepúlveda; Dr. Armando Freire; Professora Alice Leite, Padre André Costa, Professor Américo Guimarães e Dr. Raymundo Costa.⁷⁹

Colégio Divina Providencia/1929

Resultado dos exames efetuados no Colégio Divina Providencia, nos dias 16 e 17 do corrente, presididos pelo Exmo. Snr. Dr. Reynaldo Sepulveda M.D. Delegado Escolar, fazendo também parte da comissão examinadora o Bacharel Exmo. Snr. Dr. Benjamim de Andrade e o Exmo. Dr. Celso Fontes Lima.⁸⁰

Os exames, é conveniente lembrar, revestiam-se na época de um rigor excessivo. Eram constituídos de provas escritas e orais sobre os conteúdos de todas as matérias estudadas durante o ano. A professora Lindaura Brandão (1999) esclarece como era o processo:

⁷⁸ Jornal *A Época*, n.º 40, em 24 de novembro de 1928

⁷⁹ Jornal *A Época*, n.º 54, p. 2, em 28/11/1925

⁸⁰ Jornal *A Época*, n.º 54, em 28 de novembro de 1928

Primeiro os alunos faziam uma prova escrita. Se passassem na escrita iriam para a prova oral. O ensino era muito puxado. Os pais pressionavam muito os filhos para passarem de ano. Quando passavam era aquela alegria e se perdiam era uma tristeza (entrevistada em 26/10/1999).

Os documentos mostram que os alunos eram classificados segundo o seu desempenho nas provas escritas e orais e obtinham as médias segundo uma escala de valores, atribuída a partir do seu desempenho, obedecendo à seguinte classificação:

10 e 9, aprovação com distinção e louvor;
8 e 7, aprovação plenamente;
6, 5 e 4, aprovação simplesmente;
3, 2 e 1, reprovação.

Depois de demonstrada a forma como os alunos eram “classificados”, tomou-se como ilustração o resultado dos exames das escolas municipais no ano de 1917:

Escola n.º 1 Regida pela prof. D. Amália Ferreira Lorens.

Alice Maria Kruschewsky e Valdemar Lorens – Distinção.

Escola n.º 4 - Regida pela professora Anita Albernaz Leite.

Urânia Matos e Esmeralda dos Reis - Plenamente - Maria Joaquina dos Santos – Simplesmente.

Escola n.º 5 - Regida pela prof. D. Maria José de Borba Tourinho.

José Cardoso de Mendonça - Distinção. Agenor Nery Brandão e Antônio Joaquim Pereira - Plenamente.

Escola n.º 7 - Regida pela prof. D. Alice Rocha.

Abdon Silva e Ophinicio de Andrade - Distinção. Oswaldo Garcia - Simplesmente.

Escola n.º 9 - Regiado pelo prof. Carlos Moreira Ayres de Almeida.

Raimundo Lima, João Pastor e Pedro Cardoso Araújo Filho - Plenamente. Alípio Cardoso, Zeuxis Alves Munis, Paulo Salomão e Manoel da Costa – Simplesmente.⁸¹

⁸¹ Jornal *A Época* n.º 2 em 18 de novembro de 1917.

Um fato que chamou a atenção, quanto aos resultados dos exames finais dos alunos, foi o número reduzido de alunos, por professor, submetido aos exames. Na escola nº 1, por exemplo, só dois alunos submeteram-se aos exames. Daí o questionamento: os outros alunos dessa escola não fizeram exames? Por que não aparecem os seus nomes, se cada classe tinha em média 50 alunos? Será que foram reprovados? Ou será que só eram selecionados para prestar exames os alunos com possibilidades de aprovação? Infelizmente os dados reunidos não permitiram elucidar as questões levantadas.

Como se constatou, havia uma preocupação excessiva com o sistema de provas e exames. Desse modo, após a conclusão das quatro primeiras séries do curso elementar, o aluno era submetido a exames de qualificação, perante uma banca examinadora externa para a obtenção do “Certificado de Estudos Elementares”, a qual lhe assegurava a passagem para o curso complementar. Depois de mais dois anos de estudos no curso complementar, era submetido novamente aos exames finais, perante uma outra Banca, para a obtenção do “Diploma de Estudos Primários”. Terminados os exames, o presidente registrava em ata o nome dos alunos aprovados que passaram para a série seguinte ou tinham concluído o curso primário fundamental.

Além do que já foi demonstrado, o aluno que desejasse dar prosseguimento aos estudos seria submetido a mais um outro exame, o exame de “suficiência”. Era uma espécie de admissão que assegurava ao aluno o ingresso no Curso Secundário, no colégio onde fosse prosseguir seus estudos. Para submeter-se aos exames o aluno teria que estar bem preparado. E, para tanto, muitos deles freqüentavam cursos particulares, conforme se verificou numa nota no jornal *A Época*, a qual anunciava que o Colégio São Vicente de Paulo mantinha um curso particular “preparatório”, que funcionava das 19 às 21 horas.⁸²

Uma outra professora, a Sancha Galvão, da Escola Americana, também ministrava cursos preparatórios para os alunos que iam submeter-se aos exames de suficiência/admissão (GALVÃO, 1993:105).

⁸² Jornal *A Época*, n.º 17, p. 4 em 04/03/1925.

De acordo com as fontes, os exames escolares finais eram realizados no Paço Municipal (Prefeitura), no salão nobre, sob a presidência do Intendente Municipal. Esse evento educacional era aberto à presença do público. Participavam dos exames todos os alunos das escolas primárias deste Município quer fossem públicas ou particulares, da cidade ou dos distritos.

Pelo que se constatou, os Exames Escolares eram eventos que se revestiam de uma grande relevância social. Este artigo descreve um quadro bastante interessante da questão, o que permite ter uma idéia mais precisa do fato:

Um fato edificante para a honra da administração de nossa comuna, realizou-se hoje, com toda a solenidade, no Paço Municipal, com os exames de alunos das escolas municipais sob a presidência do honrado Sr. Cel. Intendente, que não poupa esforços por melhorar as condições precárias da Instrução Pública em Itabuna, demonstrando, assim, o mais perfeito conhecimento dos seus elevados deveres e a firme vontade de cumprilos pontual e rigorosamente. Frutos de sua benemérita administração que tem mantido em dia o pagamento do professorado resgatando-lhes, até os atrasados das administrações passadas, deve S. Exa. estar hoje jubiloso com a solicitude com que espontaneamente as professoras municipais apresentaram a exame os seus alunos. Foram estas as exmas. Sras. D. Amália Lorens, Maria José Borba Tourinho, Amélia Leira Lopes e Senhorinhas Alice Rocha da Silva e Judith Pinto Leite. A convite do Coronel Intendente, serviram como examinadores os Exmos. Sr. Dr. Valentim da Costa Lima, integro Juiz substituto, Dr. Lafaiete Borborema, Soriano Neto e Severino Souza, talentosos advogados no nosso foro e as distintas professoras D. Maria José de Oliveira e Silva, Amália Lorens e Senhorinha Judith Pinto Leite. Terminados os exames, cujos resultados daremos no próximo número, o Cel Intendente foi saudado num mimoso discurso pela gentil aluna Maria da Glória Lopes. Em seguida recitou com muita graça e encantos a interessante Adélia Kfoury, e, depois, a graciosa Zaira Loréns ofereceu ao Cel. Intendente um rico bouquet de flores naturais com um cartão em que se lia a inscrição: “Lembrança das escolas municipais”, em nome do

Cel. José Kruschewsky agradeceu em eloqüente discurso salientando a significação do auspicioso fato, o Deputado Gileno Amado. Damos ao Cel Intendente os nossos efetivos aplausos, em nome de Itabuna, como um incentivo para que continue neste rumo seguro e patriota.⁸³

Esse artigo, numa descrição sintética, oferece informações que ilustram sobre os Exames Escolares das escolas itabunenses. Percebe-se, logo, que o ato acadêmico representava um evento significativo para a sociedade da época. Por sua vez, transformava-se, também, num fato político altamente concorrido e de grande relevância social para a cidade, a julgar pela composição das Bancas Examinadoras, das quais participavam, além dos Professores das Escolas, altas personalidades da comunidade local, como: médicos, advogados, juízes, dentistas etc. Certamente, a participação neste processo de exames de avaliação dos alunos das escolas do município estava condicionada a critérios como a formação acadêmica, prestígio social e domínio de uma cultura geral por parte dos examinadores.

Um dos pontos que nos pareceu importante destacar no momento foi as representações simbólicas que estavam presentes nas “Bancas Examinadoras”. Elas caracterizavam o prestígio social dos seus componentes, era uma marca do valor sociocultural que o cidadão desfrutava na sociedade e, sobretudo, de poder.

⁸³ Jornal *Á Época*, Nº 02, p. 1 em 13/11/1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as características da organização escolar primária no município de Itabuna, abrangendo as redes pública e privada, denominadas, naquela época, de Instrução Pública, buscou-se inicialmente investigar as relações que articulavam as questões socioeconômicas, políticas e a educação formal, considerando-se os aspectos estruturais e conjunturais daquele momento histórico.

Para o desenvolvimento da análise deste trabalho, procurou-se estabelecer critérios argumentativos partindo da relação do fenômeno educativo com o contexto social mais amplo, ou seja, com a realidade social concreta.

Assim, a revisão teórica feita pôde fornecer um quadro de referência ajustado para a análise histórica e empírica do tema. Buscou-se compreender a questão em estudo a partir do conceito básico de dialética, considerando-se que esta concepção permite explicar a realidade em constante movimento como um todo organicamente estruturado, dentro de uma realidade globalizante.

Sob essa perspectiva, considerou-se o pensamento marxista, ressaltando-se especialmente os estudos gramscianos relativos ao conceito de “bloco histórico” e “hegemonia” em que a dinâmica das relações sociais revelaram que as formações sociais são produtos de sua evolução histórica. Isso significa dizer que as escolas, enquanto instituições estratégicas da sociedade civil, têm um papel fundamental na manutenção do bloco histórico, o qual, através da propagação da ideologia, forma o censo comum unificador, imprescindível à sua manutenção.

Procurou-se demonstrar, inicialmente, que a infra-estrutura do município estava ligada à produção do cacau, atrelada à monocultura de exportação. Esse fato favoreceu para acelerar o crescimento regional, o que motivou o interesse pelas terras do Sul da Bahia. E, após a

fixação do homem nesta região, no período entre 1890/1930, o cacau despontou como a principal economia do Estado, partindo de um modelo econômico à base da economia primária de exportação.

Esse modelo foi muito bem assimilado na região cacauzeira, principalmente quando aqui se instalaram grupos econômicos poderosos, conforme já foi demonstrado anteriormente, viabilizando os interesses do capital internacional. Naturalmente, esse fato refletiu nas bases econômicas e sócio-culturais da sociedade local, reproduzindo modelos manifestos na evolução da Instrução Primária do Município. Pelo seu caráter ideológico e de concepção pedagógica, esses modelos eram fatores determinantes para a manutenção e reprodução da estrutura social vigente.

Foi examinada a educação dentro desse contexto social de contradições e interesses de classes. E, a partir da sua realidade concreta e dinamicidade, procurou-se responder aos questionamentos levantados sobre a educação de Itabuna, dando retorno à hipótese elaborada, dentro do período proposto para estudo.

Para responder à principal questão levantada: que educação foi implantada nas escolas primárias de Itabuna, durante o período de 1906/1930, considerando-se as especificidades socioeconômicas e políticas da região cacauzeira na época? E, analisando a hipótese elaborada de que o ensino de Itabuna refletia, principalmente, os interesses dos grupos sociais hegemônicos, foi demonstrado o importante papel que a escola tinha a desempenhar, enquanto aparelho ideológico de estado (AIE), na expressão de Althusser, e que atuava no interesse da estrutura de dominação da classe hegemônica local. Nessa direção, constatou-se a utilização do desenvolvimento da rede de ensino em favor de uma determinada classe social. As escolas foram organizadas de modo a atender as necessidades dos filhos da pequena burguesia cacauzeira emergente e não da sociedade em geral. Fica evidenciado, por conseguinte, que a classe hegemônica monopolizava as instituições de ensino e, neste sentido, impunha os seus interesses e valores como se estes fossem de consenso de toda a sociedade local. Isso reafirma o posicionamento, como foi discutido anteriormente, de que as múltiplas formas como a educação se configurava estavam impregnadas de significados ideológicos.

Tudo leva a crer que as políticas públicas de desenvolvimento

educacional eram definidas a partir dos interesses da pequena burguesia cacauêira, representada pelos coronéis do cacau e grandes comerciantes exportadores. Esta organização se fez numa perspectiva de ordem mais quantitativa. Os dados comprovam que existia uma preocupação por parte das autoridades políticas de ampliar cada vez mais o número de escolas. Mas, se essa ampliação em números absolutos representou, de um lado, um crescimento significativo de escolas, principalmente nos primeiros anos da emancipação política, de outro lado a rede escolar infelizmente não correspondia ao ritmo de crescimento populacional de crianças em idade escolar (7 a 14 anos), deixando à margem do processo de ensino um número significativo de crianças, agravado cada vez mais pela intensa migração para a região.

Vê-se, através dos dados coletados, que foi realmente notável o número de escolas criadas através dos atos administrativos do governo municipal nesse período. Todavia, ficou comprovado que o fato de se criarem escolas através de leis e decretos não significava a sua efetiva implantação, ou seja, existia um distanciamento entre o dito e o feito, entre o legal e o real.

A pesquisa ainda revelou que, em todo o período estudado, o número de vagas da rede escolar itabunense não cobria a demanda existente e, mesmo assim, a partir de 1920, o poder público local deixou de criar escolas, sendo ocupado este espaço pelo setor privado. Isso nos pareceu um fato curioso. Os dados registrados apontam que, num período de dez anos (1920/30), só foram instaladas três escolas municipais (vide tabela 4), número insignificante em relação às escolas criadas durante o processo inicial de organização do ensino municipal. Em contrapartida, a rede privada implantou dez escolas, nesse intervalo de tempo. Presume-se que o número cada vez crescente de escolas particulares visava a suprir a falta de vagas na rede escolar pública do município, cuja conseqüência era o quadro de exclusão social sempre ampliado. Estudos posteriores e pesquisas em outras fontes poderão elucidar as razões dessa alteração. No momento, a intenção é de apenas registrar esse fato como um dado relevante a ser analisado.

Face aos dados apresentados, é necessário refletir sobre a expansão das escolas particulares no município e o compromisso do poder público para com a maioria da população itabunense, vez que, neste

período, o número de escolas não era suficiente para atender às necessidades, considerando-se que, em 1930, já existia uma demanda em idade escolar presumível de 7.428 crianças e uma oferta de matrícula de apenas 2.800 vagas. Nesse sentido, o processo de seletividade das escolas públicas era uma realidade. Esses fatos dão fundamento à tese de que as crianças das classes populares, de modo geral, ficavam à margem da escola. Portanto, este mecanismo de exclusão escolar evidenciava que as classes dominantes visavam prioritariamente ao atendimento de suas necessidades enquanto classe, contradizendo o discurso republicano de escola para todos.

Analisando as características gerais da rede escolar do município, desenvolvidas no período em estudo, constatou-se que ela se organizava tendo como suporte normativo as deliberações educacionais emanadas das leis e decretos estaduais, ajustadas ao Código de Posturas do Município de 1908, o qual estabelecia o regulamento municipal do ensino. Verificou-se, ainda, uma rede de ensino com graves dificuldades em suas instalações físicas e na aquisição do mobiliário: as escolas eram improvisadas em espaço do tipo galpões, barcaças, salões, com deficiência de mobiliário etc., além de faltarem professores diplomados, para que se pudesse efetivar o sonho republicano de combater o analfabetismo e ofertar educação para todas as crianças e para a população em geral. O atraso educacional da região era considerável em relação ao quadro nacional. Constatou-se que o município só veio a ter uma escola na modalidade de grupo Escolar no ano 1931, modelo já existente desde o início da República em outros locais do país.

Além disso, foi verificado que pedagogicamente as escolas ensinavam através da leitura interpretativa, do ditado, da cópia, dos exercícios de caligrafias, do uso da tabuada, das declamações e exercícios orais. No entanto, vale ressaltar que já se registrava preocupação com os métodos modernos de pensamento liberal e positivista. Quanto a esse aspecto, percebeu-se, na análise da grade curricular e através de depoimentos, uma tendência em ofertar uma educação fundamentada no ideário pedagógico escolanovista, muito embora estas “idéias novas”, na maioria das vezes, ainda se confundissem com a pedagogia tradicional, baseada na memorização e repetição. Os depoentes assim se expressaram sobre a questão: “[...] as cópias eram indispensáveis”;

“explorava-se muito a memorização”; “tinham que saber de cor toda tabuada [...], fazia-se sabatina.”

Por outro lado, também foi enfatizada a prática do estudo pela observação e experimentação em algumas escolas, através do uso do laboratório em algumas disciplinas do currículo, como: biologia, física e outras. Entretanto, salientaram que não era uma prática freqüente, em se tratando das escolas elementares, as quais se limitavam, quase que exclusivamente, à memorização. No ensino da matemática, principalmente, usava-se freqüentemente a técnica da sabatina. Quanto ao ensino de português, utilizavam-se seguidamente os exercícios de caligrafias e das cópias de textos e, pelo que pareceu, essa prática perdurou por muito tempo e continua ainda hoje, em algumas escolas.

No que diz respeito ao sistema de avaliação, estavam previstos nos atos normativos os exames de final de curso para verificar o nível de conhecimento do aluno e qualificá-lo para a série seguinte. Os exames eram realizados a partir de uma banca examinadora, coordenada pelo delegado escolar, com a participação dos professores e autoridades locais. Foram constituídos os exames de provas escritas e orais e, ao final do curso elementar, era concedido um diploma de curso primário. Esse evento tinha um significado social muito grande, sendo aberto ao público em geral, tornando-se um acontecimento político-social de relevância. Diante desses fatos, vale insistir na reflexão de que a escola não era para todos e reproduzia a relação orgânica da sociedade de classes da época.

Uma outra dificuldade apontada para dotar a rede pública de ensino das mínimas condições de trabalho foi a escassez de professores. Essa dificuldade se impôs mediante dispositivos normativos para ingresso na carreira do magistério público, o qual dizia só poder exercer o cargo do magistério o professor habilitado em Escola Normal. Nesse sentido, essa exigência se constituía numa grande limitação para se ampliar a rede pública de ensino em Itabuna.

Durante a pesquisa, também se observou o prestígio social que o professor ocupava na sociedade local. A profissão era reconhecida como “digna e edificante”, e o professor tinha o papel de conduzir as crianças para o caminho do saber e das virtudes cívicas e sociais. Viu-se, contudo, que não havia uma política de valorização do magistério, muito

embora houvesse, por parte dos governantes, um discurso constante de valorização destes profissionais, porém, na prática, isso não se efetivava. Tal fato foi muitas vezes denunciado pelas representações de classes dos professores através dos meios de comunicação, mas, infelizmente, até hoje a questão continua sem maiores soluções.

No trabalho ficou ainda demonstrado que o professor, ao ingressar na carreira do magistério municipal, ocupava inicialmente uma cadeira na zona rural e só após dois anos de serviço naquele local poderia pedir remoção para a cidade. Assim, os professores do município distribuíam-se em três classes: 2ª classe (cidade); 3ª classe (distritos e vilas) e os professores adjuntos (auxiliares dos titulares). Os professores de 1º classe só existiam na capital. Para fiscalizar e inspecionar as escolas havia o cargo de delegado escolar, ocupado por uma pessoa de comprovada idoneidade moral e preferencialmente com curso superior, sendo da escolha do Intendente.

Efetuada essas considerações podemos buscar uma resposta para a hipótese que esteve presente ao longo do trabalho de que o ensino implantado nas escolas primárias de Itabuna, no período em estudo, refletia os interesses e as relações de “poder” que se estabeleceram entre a classe política e economicamente dominante e o conjunto da sociedade.

Segundo o que foi investigado, a hipótese comprova que a educação no município de Itabuna, desenvolvida no período de 1906 a 1930, atendia aos interesses da pequena burguesia cacauzeira, classe emergente, constituída dos coronéis do cacau, grandes proprietários de terras e dos comerciantes exportadores, os quais procuravam constituir e organizar uma rede de ensino voltada para atender aos seus filhos que, provavelmente num futuro próximo, iriam formar o bloco dirigente do município.

Um outro ponto que ratifica tal hipótese diz respeito à continuidade dos estudos no nível imediatamente superior ao curso primário, ou seja, o grau de escolaridade ofertado pelo sistema de ensino itabunense aos seus munícipes resumia-se ao ensino primário. Desse modo, foi negado pelo Estado (poder local) o direito constitucional à educação aos estudantes itabunenses, por um bom período de tempo. Cabe destacar que os estudantes pertencentes às classes economicamente privilegiadas viajavam para as capitais ou mesmo para fora do país com o objetivo de dar continuidade aos estudos, enquanto que os

estudantes das classes populares paravam de estudar. Portanto, a educação era privilégio de poucos e um sonho para as classes populares, maior parte da população.

Com o crescimento surpreendente da economia agro-exportadora do cacau, concomitantemente ao crescimento populacional, era preciso ampliar o grau de escolaridade para os seus habitantes. E, nesse sentido, a classe hegemônica reuniu-se e decidiu criar o “nível superior de ensino” (curso complementar) que permitisse a continuidade do curso elementar primário (questão tratada anteriormente nos capítulos 2 e 3). De acordo com os dados, ficou demonstrada a criação de duas escolas públicas do curso primário complementar no ano de 1910. Uma destinada ao sexo feminino e outra, ao sexo masculino. Ao término desse curso, os alunos abastados iam fazer o curso secundário na capital ou até mesmo fora do país. E aos filhos dos trabalhadores só restava a “esperança” de um dia poder dar continuidade aos estudos. Em outras palavras, a educação só tinha o caráter de continuidade para os alunos das classes privilegiadas. Quanto aos estudantes pobres, o caráter era de terminalidade, questão que já havia sido gestada nas reformas educacionais da Primeira República e consolidada com a reforma Francisco Campos e com as Leis Orgânicas do Ensino.

É importante salientar, ainda, que as primeiras escolas de curso secundário da região pertenciam à rede privada de ensino. Inicialmente foi criado o Instituto Nossa Senhora da Piedade, em Ilhéus, no ano de 1920 e, dezesseis anos depois, em 1936, o Colégio Divina Providência, em Itabuna. Ambos ofereciam o Curso Secundário Normal de orientação confessional, funcionando em regime de internato e destinado a atender às necessidades e interesses das “senhorinhas” da região, filhas dos fazendeiros e comerciantes, compradores e exportadores de cacau. Ainda assim, nessa fase, observa-se que uma outra parcela de alunos – os do sexo masculino – ficava impedido de dar continuidade aos estudos, independentemente de condições econômicas, restando-lhe o ingresso no mercado de trabalho. Assim, para um determinado grupo de estudantes, a descontinuidade dos estudos estava condicionada exclusivamente à inexistência de escolas secundárias no município, enquanto que, para a outra parcela, a classe popular, aliada a este fator, estava a falta de condições econômicas.

Até 1938, os estudantes itabunenses, principalmente do sexo masculino, que não podiam sair para estudar fora, ficavam privados de dar continuidade aos estudos, de nível secundário. A burguesia local, então, buscou criar condições para oferecer a continuidade dos estudos para um nível de ensino imediatamente superior ao primário, ou seja, o curso ginásial. E, após várias reuniões com a comunidade, foi solicitado ao Estado, através do delegado escolar de Itabuna, Aziz Maron, autorização para funcionar o primeiro curso ginásial para ambos os sexos, no Colégio Divina Providência, de iniciativa privada, em dezembro de 1939.

Então, pelo visto, estava em parte resolvida a questão da continuidade dos estudos para uma parcela da população, a classe rica. Enquanto que, para os filhos dos trabalhadores, restou a exclusão. Tiveram que parar de estudar por um longo espaço de tempo, devido à falta absoluta de um curso ginásial público. Cabe destacar que, em Itabuna, o primeiro ginásio público com co-educação foi o Colégio Estadual de Itabuna, fundado em 1956, criado 20 anos depois da instalação do primeiro ginásio particular.

Diante dos fatos, ficou evidenciado que o sistema de ensino de Itabuna estava organizado de modo a atender aos interesses das classes hegemônicas, à semelhança do que acontecia com a educação brasileira nesse período. Além disso, a educação escolar foi analisada como um indicador de relevância social no desenvolvimento da evolução histórica, considerando-se que ela reproduz as relações sociais de uma dada sociedade. É exatamente esta lógica da centralização do poder e do saber nas mãos de alguns em detrimento da maioria, que dá suporte aos argumentos quando se afirma que historicamente a seletividade tem marcado a educação escolar no Brasil. E, certamente, em Itabuna, o processo não foi diferente do restante do país, em se tratando das camadas populares da sociedade.

Enfim, tem-se a certeza de que este trabalho não terminou. Pelo contrário, iniciou-se uma longa trajetória de construção da história da educação regional e precisa-se de novos incursões... Contudo, espera-se que as contribuições aqui contidas, bem como as possíveis omissões e lacunas nele encontradas, façam aguçar a curiosidade de outros pesquisadores, para que venham ampliar os estudos sobre história da educação no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS¹

Atas do Conselho Municipal de Itabuna de 1906 a 1930.

Livro de Registro de decretos do Conselho Municipal de Itabuna –1922 a 1927.

Livro de Registro de correspondências do Conselho Municipal de Itabuna de 1912 a 1929.

Livro de Registro de Leis do Município de Itabuna de 1908 a 1916 – Gestão Olyntho Leone nº 1.

FONTE IMPRESSA/PERIÓDICA

Jornal *A Época* de 1917 a 1923 e de 1925 a 1928.

BIBLIOGRAFIA REGIONAL/ESPECÍFICA

ANDRADE, José Dantas. **Documento histórico ilustrado de Itabuna**. Itabuna-Ba: Gráfica Editora, 1968.

ANDRADE, Maria Palma. **Itabuna**: estudo monográfico. Salvador: S.A Artes Gráficas Salvador, 1972.

ASMAR, Selem Rachid. **No país do cacau**. Itabuna: Colograf, 1987.

———. **Sociologia da microrregião cacaueira**. Itabuna: Itagraf, 1983.

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. **Notícia histórica de Ilhéus**. 3. ed. Itabuna – Bahia: Colorgraf, 1994.

¹ Fontes do Arquivo Público Municipal de Itabuna-Bahia.

CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional da UESC- Ilhéus - BA.

- BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Problemas da educação baiana**. Salvador: Gráfica Universitária, 1977.
- CAMPOS, Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. MEC, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1981.
- CAZORLA, Irene M.; REBOUÇAS, Tereza; GASPARETTO, Agenor. **Censo: resultado em Itabuna e Ilhéus-Bahia. Análise & Dados**. Salvador: CEI, v. I, nº 4, p. 93-101, mar., 1992.
- COSTA, José Pereira da. **Terra, suor e sangue: lembrança do passado/história da região cacauceira**. Salvador: EGBA, 1995.
- FALCÓN, Gustavo. **Os coronéis do cacau**. Salvador: UFBA, 1995.
- FERREIRA, José Alves de Souza. **Firmino Alves – fundador de Itabuna**. Itabuna: Itagraf, 1943.
- FERREIRA, Jurandir Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. IBGE, v. 2, 1958.
- FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: chão do cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GALVÃO, Nelson dos Santos. **Saudosas memórias: memórias da vida de uma professora evangélica no sertão do Brasil**. Rio de Janeiro: Swedenborg, 1993.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Bahia cacauceira: um estudo de história recente**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979.
- . **História econômica e social da região cacauceira**. Rio de Janeiro: Cruzeiro do Sul, 1975.
- GONÇALVES, Ribeiro O. **Ensaio histórico de Itabuna - o Jequitibá da Taboca: 1848-1906**. Itabuna: Imprensa Oficial da Bahia, 1690.
- ITABUNA. Prefeitura Municipal. Equipe Ubaldo Dantas. **Capital do cacau Itabuna: 1910 – 1985**. Itabuna, 1985.
- ITABUNA. Prefeitura Municipal Coordenadoria de Governo e assuntos estratégicos. **Itabuna em números**. 2 ed. Itabuna, 1996.
- LIMA, Marta Maria Leone. Magistério e condição feminina. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; ALVES, Ivya (orgs.). **Ritos, mitos e fatos: mulher e gênero na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

MACEDO, Janete Ruiz; RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Ilhéus: tempo, espaço e cultura**. Itabuna: Agora, 1999.

PALMEIRA, Maria José de Oliveira. **Educação e construção da cidadania do homem do campo**. Salvador: UFBA/ Empresa Gráfica da Bahia, (19??)

PEREIRA, Filho Carlos. **Terras do cacau**. Elos, Rio Grande do Sul: 1960, (19??).

QUADROS, Consuelo Novais S. de. **Formação do regionalismo no Brasil/ Bahia e São Paulo no século XIX**. Salvador: Arco-Íris, 1977.

ROSADO, Rita de Cássia S. de Carvalho. **Memória histórica: Colégio 2 de Julho, 1927 – 1997**. Salvador, Colégio 2 de Julho, 1997.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **O Poder Legislativo da Bahia**. Primeira República (1889 – 1930). Salvador: UFBA, 1985.

———. **Poder & representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa. Associação de Comunicação Social, 1992.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**. Introdução ao Estudo Geográfico. S. A Artes Gráficas, 1995.

SILVA, Bárbara Christine Nentwig; SILVA, Sílvio Carlos Bandeira de Mello. **Cidade e região do Estado da Bahia**. Salvador: UFBA, 1991.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. **O ensino primário na Bahia: 1889 – 1930**. Tese. (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da UFBA. Salvador. 1997.

SILVEIRA, Adelino Kfoury. **José Firmino Alves: o fundador de Itabuna**. Prefeitura Municipal de Itabuna: [s.n., 197-].

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia para o curso pedagógico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BIBLIOGRAFIA GERAL

BARRETO, Sônia Maria da Costa. **Políticas educacionais no estado do Espírito Santo de 1900 a 1930: um olhar histórico**. Vitória: EDUFES, 1999.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.

- Projeto de pesquisas:** propostas metodológicas. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- BERGER, Manfredo. **Corpo e alma do Brasil:** educação e dependência. Porto Alegre: DIFEL, 1976.
- BEST, J. W. **Como investigar en educación.** 2 ed. Madre: Marata, 1972.
- BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.
- BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania.** São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1987.
- CARONE, Edgar. **A República velha:** instituição e classes sociais. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1972.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa.** São Paulo: Megraw – Hill do Brasil, 1977.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.
- CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- DONGHI, Halperim. **História da América Latina.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 323.
- DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a Escola de Vigotski.** 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 2 ed., São Paulo: Cortez, 1991.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo do Brasil:** da Ideologia da Interdição do Corpo à Ideologia Nacionalista, ou de Como Deixar Sem Ler e Escrever Desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez: Brasília: INEP, 1989.

- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- . **Formação econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Nacional, 1974.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 8 ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.
- . **Pensamento pedagógico brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- . **Transformar o mundo**. São Paulo: FTD, 1989.
- GARCIA, Walter et al. **Professor leigo institucionalizar ou erradicar?** São Paulo: Cortez, 1991.
- GERAL, Maria do socorro coelho. **As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889)**. Rio de Janeiro: 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) UFMG.
- GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública/a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1984.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUZIRIAGA, Ymedina Lorenzo. **Pedagogia**. 4. ed. Tradução de Sólito Lourenço de Oliveira e J. B. Damasco Penha. São Paulo: Nacional, 1996.
- MACCIOCCHI, Maria-Antionietta. **A favor de Gramsci**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MACHADO, Lia Zanotta. **Estudo, escola e ideologia. Brasília**. Brasília: Brasiliense, s/d.
- MANACORDA, Mário Aligheiro. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1989.

- MARANGONI, Maria do Carmo. A noção de “bloco histórico”. In: **Revista Reflexão**, revista quadrimestral do Instituto de Filosofia e Teologia da PUCC. São Paulo. p. 53-57.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MELCHIOR, José Carlos. “Fundamentos e Orçamento da Educação”. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Município e educação**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. Brasília: 1993, p. 173-215.
- MENDONÇA, Ana Valeska Pollo Campos. A História da educação face à crise dos paradigmas? In: BRANDÃO Z. (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 67-74.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.
- MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível**: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil**: contos & de\$conto\$. Ceilândia: Idea, 1997.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira 1933 – 1974**. São Paulo: Ática, 1990.
- NASCIMENTO, Terezinha A. Q. R. dos S.; BENCOSTTA, Marcus e L. A. **O estudo de história de instituições educativas e conhecimento da história social de uma região**. 22. Reunião Anual da ANPED, 1999.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de material escolar, 1976.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesine de. **Metodologia da pesquisa**. Abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- PENIN, Sônia. **Cotidiano e escola**: a obra em construção. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RAMALHO, Jether Pereira. **Prática educativa e sociedade-um estudo de sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas – São Paulo: Autores Associados, 1995.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 11. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- RIBEIRO, Paulo de Tarso Rabelo. **A educação no Pará durante o ciclo da borracha: 1870-1913**. Tese (Doutorado em Educação). Marília: UNESP, 1996.
- RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.
- ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- SÁ, Nicanor Palhares. **Política educacional e populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- SAVIANI, Dermeval et al. **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados, 1993.
- . **Escola e democracia: Teorias de educação; curvatura da vara; onze teses sobre educação e política**. 12. ed. São Paulo: Autores Associados, 1986.
- . **Política e educação no Brasil: O papel do congresso Nacional na Legislação do Ensino**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- . **Síntese de história da cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SPEYER, Anne Marie. **Educação e campesinato: uma educação para o homem do meio rural**. São Paulo: Loyola, 1983.

THERRIEN, Jacques. A “Professora” leiga e o saber social. In: BRASIL. **Secretaria Nacional de Educação Básica**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 13-25.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

Este livro foi impresso na gráfica da
Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus - Bahia

Equipe da Imprensa Universitária

Coordenação Gráfica: Luiz Henrique Farias
Fotomecânica: Cristovaldo Caitano
Impressão: Davi Lima Macedo
Acabamento: Nivaldo Lisboa